

GLÁUCIA FURTADO BRASIL DE ALMEIDA

**AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS
PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS (PAPPS) NA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA DA AMA/Budeg´AMA**

Dissertação submetida à coordenação do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Avaliação de Políticas Públicas, na área de concentração Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alcides
Fernando Gussi

FORTALEZA

2012

GLÁUCIA FURTADO BRASIL DE ALMEIDA

Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
Universidade Federal do Ceará

Aprovada em: ____/____/____

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi
Coordenador

Prof. Dr. Eduardo Girão
Universidade Federal do Ceará
Avaliador

Prof.^{ra} Dr^a Alícia Ferreira Gonçalves
Universidade Federal de João Pessoa
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas graças concedidas, de força, coragem e saúde, que me permitiram enfrentar este desafio.

A meus pais, Beto e Cleide (*in memoriam*), que me ensinaram os valores que não passam, entre eles o gosto pelo estudo.

À minha família, especialmente ao esposo Edmílson, aos filhos Fernando e Cristiana e ao genro Pedro, pelas palavras de incentivo e pela participação durante todo o curso, acompanhando e vibrando em todas as suas etapas.

Às minhas irmãs, Gladys, Gláuria e Glícia, que, na prática dos valores herdados de nossos pais, continuam a instruir-se e a acreditar no potencial de transformação do estudo.

Aos colegas do grupo de pesquisa, que contribuíram com boas opiniões nas reuniões quinzenais, bem como ajudando na coleta e transcrição dos dados.

Ao professor-doutor Alcides Gussi, sempre disponível para as reuniões de facilitação, nos vários momentos em que se fez necessária sua mediação.

Aos meus companheiros de trabalho do Banco do Nordeste, especialmente os do Ambiente de Marketing, pela compreensão nas ausências, e os do Etene, pela disponibilidade para colaborar, franqueando informações sobre o programa estudado.

Às participantes da AMA/Budeg´AMA, por aceitarem nossa presença em inúmeros momentos de seus trabalhos, e por facilitarem a realização de nossa pesquisa, disponibilizando os dados necessários.

Para sermos solidários, precisamos viver o amor. E o amor é uma pessoa e se chama JESUS CRISTO. (Gláucia, 2012)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), gerido pelo Banco do Nordeste e aplicados na Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg'AMA), a partir dos seguintes questionamentos: a) Qual o alcance das modificações promovidas pelo PAPPS na AMA/Budeg'AMA no contexto das políticas públicas do Estado Brasileiro contemporâneo, entre projetos emancipatórios e regulatórios, com suas normas e regramentos? b) O que modifica/modificou no empreendimento, a partir do recurso recebido, no tocante a afirmação dos pressupostos da Economia Solidária nas relações socioeconômicas e políticas das participantes da AMA/Budeg'AMA? A metodologia utilizada foi composta de dados quantitativos, com a utilização e aplicação de questionário semi-estruturado e entrevistas em profundidade, de cunho qualitativo, realizadas com as Associadas da AMA/Budeg'AMA e com representantes das instituições envolvidas com a referida Associação: BNB, administrador do PAPPS e a Cáritas Arquidiocesana, coordenadora do projeto Rede Bodega. Como complemento a essa metodologia foram realizados vários momentos de observação-participante em ocasiões diversas: oficinas de capacitação, reuniões da Rede Bodega e Feiras de Economia Solidária. Embora os resultados tenham demonstrado que o PAPPS foi importante para a formação do Fundo Rotativo da AMA/Budeg'AMA, ele tem permitido apenas que as Associadas adquiram instrumentos para o trabalho (máquinas e matéria prima para a produção), não levando às Associadas a uma melhoria de vida, do ponto de vista econômico, de geração de renda para sua emancipação, ou que a partir dele o empreendimento possa se autossustentar. Nas demais vertentes da economia solidária o recurso tem ajudado na prática da autogestão, na produção que respeita as questões ambientais e fortalecido os laços afetivos entre essas mulheres.

Palavras-chave: Banco do Nordeste, PAPPS, AMA/Budeg'AMA, Economia Solidária Fundo Rotativo Solidário.

Abstract

The aim of this study is to assess the impact of the Program to Support Productive Projects Solidarity (PAPPS), managed by the Northeast Bank and applied to the Association of Women in Action (AMA/Budeg'AMA), from the following questions: a) What is the scope of the changes promoted by PAPPS in AMA/Budeg'AMA in the context of the public policies of the Brazilian State contemporary, between projects and emancipative regulatory, with its rules and rule? b) that modifies/changed in changes promoted by PAPPS in AMA/Budeg'AMA in the context of the public policies of the Brazilian State contemporary, between projects and emancipative regulatory, with its rules and regulation? c) the that modifies/changed in the enterprise, from the appeal received, regarding the statement of the assumptions of Solidarity Economy in socio-economic relations and policies of the participants of the AMA/Budeg'AMA? The methodology used was composed of quantitative data, with the use and application of questionnaire, semi-structured interviews and in-depth interviews conducted with the associated with the AMA/Budeg'AMA and with representatives of the institutions involved with the Association: the Northeast Bank, administrator of the PAPPS and Caritas Regional of Ceará, coordinator of the project Network Bodega. As a complement to that we had the observation-participant on several occasions: training workshops, meetings of the Management Committee of AMA/Budeg'AMA, bimonthly meeting of the Network Bodega and fairs of solidarity economy. Although the results indicate that the PAPPS promoted impacts in AMA/Budeg'AMA, allowing the creation of the Revolving Fund Solidarity, we cannot say, from an economic point of view, which has been improving the lives of associates, which has generated enough income to their emancipation, or that from him, the enterprise can be maintained over time. However, in other dimensions of solidarity economy: social, political and environmental, the appeal seems to contribute to consolidate brotherhood affective between those woman and collaborate for experience self-management and combined formation to an conscience what exercise production what respect environment.

Key-words: Northeast Bank, Program to Support Productive Projects Solidarity (PAPPS), Association of Women in Action (AMA/Budeg'AMA), Solidary Economy, Revolving Solidary Funds.

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projetos apresentados ao Banco (2005-2009).....	61
Gráfico 2 – Estados com maior % de recursos (2011).....	63
Gráfico 3 – Recursos do PAPPS de 2005 a 2011.....	64
Gráfico 4 – Entrevistadas distribuídas por Estado Civil (%).....	83
Gráfico 5 – Entrevistadas distribuídas por Idade (%).....	84
Gráfico 6 – Entrevistadas distribuídas por Escolaridade (%).....	84
Gráfico 7 – Entrevistadas por situação de Estudo Atual (%).....	85
Gráfico 8 – Situação de Moradia.....	86
Gráfico 9 – Compartilhamento de Moradia.....	86
Gráfico 10 – Primeiro Trabalho	87
Gráfico 11 – Trabalho com Carteira Assinada	88
Gráfico 12 – Realização do Trabalho Atual	89
Gráfico 13 – Outra atividade além da realizada na Associação	89
Gráfico 14 – Renda obtida com o trabalho da Associação	90
Gráfico 15 – Outra renda além da obtida na Associação	91
Gráfico 16 – Despesa mensal	92
Gráfico 17 – Recursos financeiros despendidos na produção.....	93

MAPAS

Mapa 1 – Fortaleza, com destaque para o Conjunto Esperança.....	27
Mapa 2 – Território de Fortaleza, dividido por bairro, com destaque para o Conjunto Esperança	81
Mapa 3 – Território da SER V, dividido por bairro, com destaque para o Conjunto Esperança	81

QUADROS

Quadro 1 – Questões básicas da pesquisa de avaliação	22
Quadro 2 – Entrevistas semiestruturadas com associadas	31
Quadro 3 – Entrevistas com Ex-Associadas.....	32
Quadro 4 – Entrevistados do Banco do Nordeste.....	33
Quadro 5 – Entrevistadas da Cáritas.....	34
Quadro 6 – Seleção de projetos do PAPPS	65
Quadro 7 – Comparativo: economia capitalista, PACs e ecosol.....	70
Quadro 8 – Tipos de fundo rotativo solidário	74
Quadro 9 – Controle de produtos da AMA/Budeg´AMA	97

TABELA

Tabela 1 - PAPPS – Distribuição do Crédito de 2005 a 2011	60
---	----

FOTO

Foto – Fachada da Associação AMA/Budeg´AMA.....	80
---	----

SIGLAS E ABREVIações

ASA - Articulação do Semi-Árido

AMA - Associação de Mulheres em Ação

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

COOPA – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos

COOPSOL – Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária

ECOSOL – Economia Solidária

EPS - Economia Popular Solidária

ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

FASE: Fundo de Apoio as Atividades Socioeconômicas do Nordeste

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FDR - Fundo de Desenvolvimento Regional

FRS - Fundo Rotativo Solidário

FUNDECI - Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IMF - Instituições Microfinanceiras

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PAC - Projeto Alternativo Comunitário

PAPPS - Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários

PMAS - Planejamento, Monitoração, Avaliação e Sistematização

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA AVALIATIVA	20
1.1. A pesquisa avaliativa em discussão	20
1.2. O sentido de avaliar	22
1.3. Tipos de pesquisa	23
1.4. Metodologia de pesquisa avaliativa	24
1.5. Etapas da pesquisa	25
1.5.1. Identificação do público-alvo e do lócus da pesquisa	26
1.5.2. Levantamento bibliográfico e documental	28
1.5.3. Observação-participante	29
1.5.4. Aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.....	29
1.5.5. Aplicação de entrevistas em profundidade	32
1.5.6. Análise dos resultados da pesquisa	35
CAPÍTULO 2: O PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS (PAPPS) DO BANCO DO NORDESTE NO CONTEXTO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA NEOLIBERAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS	38
2.1 Contexto político-econômico das ações em economia solidária, finanças solidárias, microcrédito e fundos rotativos solidários.....	38
2.1.1 Economia solidária	39
2.1.2 Finanças solidárias e microcrédito	45
2.1.3 Os fundos rotativos solidários	49
2.2 A trajetória da economia solidária no Banco do Nordeste: estrutura e funcionamento	54
CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO: A REDE BODEGA E A AMA/Budeg´AMA	66
3.1 A Cáritas	66
3.2 O projeto Rede Bodega	72

3.3	A AMA/Budeg´AMA	77
3.3.1	As origens	78
3.3.2	Perfil socioeconômico	82
3.3.3	O funcionamento	95
CAPÍTULO 4: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS (PAPPS) NA AMA/Budeg´AMA		101
4.1	Avaliação, na visão das participantes da AMA/Budeg´AMA	102
4.2	Avaliação, na perspectiva dos gestores do Banco do Nordeste	109
4.3	Avaliação, na perspectiva das representantes da Cáritas	118
4.4	Uma comparação: associadas, BNB e Cáritas	124
4.5	A avaliação dos impactos do PAPPS	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS		132
REFERÊNCIAS		138
APÊNDICES		148

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema a Política Pública de Economia Solidária e tem como objetivo avaliar os impactos¹ socioeconômicos, políticos e ambientais dos recursos constantes do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), financiado pelo Banco do Nordeste, centrando a pesquisa avaliativa na Associação de Mulheres em Ação (AMA/Budeg'AMA), integrante da Rede Bodega², de Fortaleza-CE, empreendimento solidário financiado pelo referido Programa.

O Banco do Nordeste, banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do Governo Federal. A missão do Banco é atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco do Nordeste atua em cerca de dois mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo. Um de seus direcionamentos estratégicos é o de estar voltado para o desenvolvimento regional, sendo órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), microcrédito e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos. Com o objetivo de cumprir sua missão, o Banco apóia a realização de estudos e pesquisas com recursos não-reembolsáveis, com vista a fomentar o desenvolvimento por meio de projetos de impactos, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste, indicando oportunidades de investimento na Região e também com esses recursos não

¹ Avaliação de impacto é definida como “mudanças significativas ou permanentes na vida das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (ROCHE, 2002, p.36).

² Criada pela Cáritas Arquidiocesana do Ceará, em 2004, o Projeto Rede Bodega tem por objetivo fomentar as ações de produção e comercialização de grupos/comunidades por meio dos Fundos Rotativos Solidários. Disponível em: <http://caritas.org.br>. acesso em: 10 de Janeiro de 2012.

reembolsáveis implementa ações de políticas públicas, entre elas, no caso específico às do PAPPS, voltadas para a Economia Solidária.

Caracterizado como um dos programas geridos pelo Banco, o PAPPS trabalha com recursos não reembolsáveis, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)³, instituído pelo Decreto da Presidência da República nº 94.386, de 28.05.1987, constituído de parte de lucro do Banco e parte do Governo Federal.

Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁴, em 2003, promoveu-se a articulação entre esta e o Banco do Nordeste, possibilitando a destinação de recursos do FDR para apoiar instituições que implantem Fundos Rotativos Solidários (FRS)⁵, sendo a referida decisão regulamentada por meio RD nº 5162, de 23.12.2003, consubstanciando à criação do PAPPS, a partir de 2005, mediante a assinatura de convênio com a referida SENAES (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Os recursos acima citados têm por objetivo apoiar políticas públicas voltadas para projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços situados na área de atuação do Banco, ou seja, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Contextualmente, isso revela parte de trajetória histórica dos movimentos sociais, que reivindicam apoio do Estado à economia solidária no país. A economia solidária inicia-se, no Brasil, ainda de forma pontual, no fim da década de 1980, tomando impulso a partir da segunda metade dos anos de 1990, resultado dos movimentos sociais que surgem em meio à crise do desemprego que grassava, dentre outros aspectos, pelo resultado da abertura

³ Fundo destinado a apoiar projetos de entidades civis organizadas e sem fins lucrativos, tendo priorizado, desde 2005, o financiamento de projetos de pesquisa, estudos e eventos relacionados à economia solidária.

⁴ Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp. Acesso em: 20 de Dez de 2011.

⁵ Metodologia que casa o financiamento de iniciativas produtivas e sociais comunitárias com ações de formação e organização popular, e estimulando o fomento de um patrimônio coletivo que se propõe permitir a comunidade organizada se tornar protagonista do seu próprio desenvolvimento socioeconômico, político e ambiental (SHMIDTH-RAHMER, 2007). As dimensões socioeconômicas, políticas e ambientais do FRS serão norteadoras da pesquisa avaliativa e será explicitada ao longo deste trabalho.

do mercado brasileiro aos países do mundo, na chamada era da “globalização” (SINGER 2000).

Segundo Vesapollo (2005), para compreender a fase do desemprego (p.370), é necessário uma análise do ciclo produtivo, das características do tecido produtivo e social, do papel do Estado, das relações entre os países e suas estruturas econômicas, dos interesses que permeiam a desordem global entre empresas e dos pólos geoeconômicos. Segundo o autor, essas dificuldades estão fortemente interligadas, são dependentes e decorrem da transformação do modelo fordismo para o pós-fordismo (p.370).

Assim, o acentuado desenvolvimento tecnológico aplicado ao método de produção, aumentou o ritmo e os encargos dos trabalhadores, sem corresponder em igual nível ao aumento de salário ou redução da jornada de trabalho. Antes, a grande indústria, que abrigava todos os processos de produção, migrou para um modelo de descentralização produtiva, aliada ao uso da informatização, provocando desemprego estrutural e desqualificando o trabalho já existente, com forte conteúdo de precariedade (VESAPOLLO p.370).

No Brasil, nota-se, nesse no mesmo período, de uma reação à institucionalização do projeto neoliberal, fortalecido com a eleição de Collor de Melo, em 1989, e que teve como estratégia a implantação de um Estado Mínimo, decorrente do modelo global produzido pelo Consenso de Washington, em que o Governo deixou de se responsabilizar pelos direitos sociais e se exime de suas responsabilidades voltadas para a sociedade civil (DAGNINO 2004).

Assim, a crença defendida era a de que se deveria eliminar qualquer intervenção estatal sobre o mercado, ou seja, o próprio mercado seria capaz de atenuar e corrigir as desigualdades sociais. Para os adeptos do neoliberalismo, era urgente reestruturar as atividades e funções desenvolvidas pelo Estado, pois, segundo eles, a crise vivida era decorrente, dentre outros motivos, das chamadas políticas de Estado do Bem Estar Social (DRAIBE & HENRIQUE, 1988).

Assim, para os neoliberais, as políticas públicas sociais, entendidas como as ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados

pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, eram consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e, responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessava a sociedade. Desse modo, a intervenção do Estado constituía uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa e a concorrência privada, podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado era capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio (HOFLING, 2001).

Uma vez mais, o livre mercado era apontado, pelos neoliberais, como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e o fomentador das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade. Entretanto, o próprio modelo neoliberal, que veio para cortar direitos da população (sociais e trabalhistas), justifica sua presença social como forma de administrar os conflitos gerados em sua consolidação. Assim, era necessária uma intervenção urgente, por parte do Governo, para tratar as questões sociais, em razão da pressão (interna e externa) para administrar a pobreza (CARVALHO, apud SILVA 2010).

Na visão de Furtado, que refutava o conceito de Estado Mínimo e de mercado defendida pelos neoliberais, “o Estado antecedia e regulava o mercado”, assim como deveria lutar para que o processo de reconstrução, pelo qual o país deveria necessariamente passar, dependia, também, do maior grau de participação do povo nas decisões” (apud BRESSER-PEREIRA, 2009 p.62).

Por outro lado, paradoxalmente, o projeto neoliberal teve como contraponto o marco democrático referendado pela Constituição de 1988, que consagrou o princípio da participação da sociedade civil emergente na luta contra o Regime Militar, empreendida por setores organizados da sociedade (DAGNINO 2004, p.95).

Para Dagnino (2004), o fortalecimento da política econômica baseada no neoliberalismo trouxe profundas consequências para as sociedades latino-americanas, entre elas a brasileira, promovendo uma “confluência perversa”, em que existem dois projetos antagônicos: um neoliberal e um democratizante participativo (DAGNINO, p.96).

Nesse paradoxo, a emergência desse movimento social da economia solidária, na década de 1990, no Brasil, ocorre como um movimento propositivo no campo da geração do emprego, trabalho e renda, conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e a do trabalho cooperativo com valores associados à solidariedade.

Assim, a economia solidária se depara com a contradição presente nas políticas públicas, no contexto do Estado contemporâneo, no embate entre a ação política emancipatória e a regulatória.

Nesse período, como se verá adiante, o movimento da economia solidária passou a demandar sistemas específicos de finanças para canalizar o fomento das suas redes de empreendimentos, mobilizando, tanto as entidades governamentais, quanto as organizações não governamentais, a partir da fundação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). Depois disso, surgem inúmeras outras iniciativas, tais como: o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, decorrente do movimento de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que se constitui braço da Universidade na organização de cooperativas e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), todas indicando o desenvolvimento da Economia Solidária em nosso país (SINGER, 2000).

Com a entrada, em 2003, do Presidente Lula ao governo, discute-se a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, via política pública. Em um processo de confluência, colaboração e parceria entre organizações espalhadas pelo país e de suas lutas políticas, travadas pelo conjunto de seus atores, se constituiu, em junho de 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cuja mobilização contribuiu para a criação, em 2003, da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (SINGER apud IPEA, 2004).

A criação da SENAES veio fortalecer as iniciativas de Economia Solidária e desencadear novas ações no setor público, a exemplo do Banco do Nordeste, que implementou seu Fundo Rotativo Solidário (FRS), conhecido por Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), em 2005, cujo financiamento se voltou para empreendimentos de economia solidária.

Nesse sentido, em abril 2005, foi lançada pelo Banco, em parceria com a SENAES e as redes da economia solidária, a primeira chamada pública, ou seja, o primeiro edital público para selecionar projetos de Economia Solidária a serem apoiados pelo PAPPS. Outros editais foram posteriormente lançados para toda Região Nordeste, mais precisamente em janeiro/2008 e julho/2010. Especificamente para o Estado da Bahia foi lançado um edital em junho de 2011 (BANCO DO NORDESTE, 2011).

Segundo SCHMIDT-RAHMER (2007), o objetivo dos FRS é colaborar para que os atuais beneficiários do Programa Bolsa Família encontrem uma porta de saída para uma vida melhor, descobrindo o potencial existente no lugar em que vivem e que as comunidades possam se desenvolver, gerando emprego e renda, além de fortalecer a identidade cultural, como parte integrante do desenvolvimento local (p.6).

Desse modo, o impacto do PAPPS, que utiliza a metodologia de FRS, e seus objetivos, é o pressuposto analítico que orienta a pesquisa avaliativa deste trabalho.

Pois é nesse contexto antagônico que floresce a prática dos Fundos Rotativos Solidários – modalidade de financiamento solidário, alvo desta pesquisa avaliativa em torno do PAPPS, nos quadros da Economia Solidária, com a proposta de estabelecer uma nova ordem político-socioeconômica e ambiental, não somente para minimizar as desigualdades, mas, sobretudo, para promover a inclusão (SCHMIDT-RAHMER 2007 p.6).

Assim, utilizando a metodologia do FRS, o PAPPS emerge no momento em que o mercado define suas leis de oferta e procura, compra e venda, aliando-se ao desemprego estrutural da economia face às tecnologias mais modernas que têm sido implementadas, em que mais pessoas são excluídas, principalmente às do meio rural ou das periferias das grandes cidades (SCHMIDT-RAHMER 2007, p.6).

Diante disso, esta pesquisa justifica-se como forma de aprofundar os estudos sobre os recursos destinados aos projetos de Economia Solidária, gerenciados pelo Banco do Nordeste, já que o tema vem se revestindo de importância a partir da expansão das políticas públicas, ampliadas no Governo

Lula, e que tendem a consolidar-se no Governo Dilma, com o Plano Brasil Sem Miséria⁶ e outros dele decorrente.

Para atingir o objetivo de avaliar o impacto do PAPPS, escolhemos realizar um estudo de caso de um empreendimento de economia solidária, financiado com recursos do referido Programa. Trata-se da Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg´AMA), integrante da Rede Bodega de socioeconomia solidária, projeto idealizado pela Cáritas Brasileira – Regional do Ceará, em torno dos FRS's, e implementado em vários municípios do Estado do Ceará e região metropolitana de Fortaleza, receptora de recursos do PAPPS. Assim, esta pesquisa propõe verificar os impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais ocorridos na AMA/Budeg´AMA, a partir de sua inserção na Rede Bodegas, em 2007 e beneficiada com os recursos do PAPPS, em 2008.

Como pesquisadora e funcionária do Banco do Nordeste, avaliar os impactos do PAPPS, destinado pelo BNB aos programas sociais, me fará descobrir até que ponto o referido recurso tem impactado na organização da AMA/Budeg´AMA e, por extensão, na vida de suas associadas. A perspectiva avaliativa aqui proposta, se centra em descobrir, mediante uma avaliação de impacto, interfaces entre o PAPPS e o empreendimento receptor dos recursos, no caso a AMA/Budeg´AMA, a partir das seguintes perguntas: o que modifica no empreendimento, a partir do recurso recebido, no tocante a afirmação dos pressupostos da Economia Solidária? Quais são os limites para a continuidade dos empreendimentos de economia solidária financiados por essas políticas do Banco do Nordeste? Enfim, qual o alcance dessas modificações, no contexto contemporâneo, das políticas públicas de economia solidária?

E, como objetivos específicos, este trabalho se propõe: a) identificar as políticas de Economia Solidária e suas diferentes estratégias (microfinanças solidárias, microcrédito e FRS); b) construir a trajetória das políticas de Economia Solidária no Banco do Nordeste, especificamente do PAPPS (2005-2011) e sua metodologia de FRS; c) conhecer a trajetória, a organização e o funcionamento da AMA/Budeg´AMA, como um empreendimento de economia

⁶ Com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população foi lançado pela Presidente da República Dilma Rousseff, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, direcionado a famílias extremamente pobres que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>

solidária e sua interface com o BNB por meio da metodologia de FRS; .d) verificar se a implementação da metodologia dos Fundos Rotativos Solidários potencializou e modificou o empreendimento de economia solidária, no caso em estudo, a AMA/Budeg´AMA.

Para isto, essa dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro traz o percurso metodológico da pesquisa avaliativa, descrevendo a metodologia adotada, os instrumentos de coleta de dados utilizados e o modo como esses dados foram analisados e interpretados.

No segundo capítulo, apresenta-se o debate sobre o contexto político, a partir da crise do capital que ocorreu no Brasil nas últimas três décadas do século XX, e o surgimento da economia solidária, bem como uma discussão sobre finanças solidárias, microcrédito e a trajetória do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários do Banco do Nordeste, destinado a apoiar empreendimentos de economia solidária, mediante a aplicação da metodologia de Fundos Rotativos Solidários (FRS).

No terceiro capítulo, discorrer-se sobre o estudo de caso da AMA/Budeg´AMA, empreendimento de economia solidária e motivo de nossa pesquisa avaliativa, procurando antes conhecer esse organismo chamado Cáritas, coordenadora do Projeto Rede Bodega e sua proposta de apoio a FRS, que acontece desde à década de 1980.

No quarto capítulo, promove-se a avaliação do impacto do PAPPS na AMA/Budeg´AMA, a partir dos dados quantitativos e qualitativos obtidos na pesquisa avaliativa, sob o ponto de vista dos atores envolvidos: as mulheres que formam a Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg´AMA), gestores do Banco do Nordeste e representantes da Cáritas.

Por fim, nas considerações finais, discute-se as inferências a partir das análises realizadas.

CAPÍTULO 1

O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA AVALIATIVA

Como enfatizado na introdução, o presente estudo tem por objetivo principal avaliar os impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg'AMA), a partir da aplicação de recursos do programa naquele empreendimento de economia solidária.

Assim, torna-se imperioso delinear uma metodologia de trabalho capaz de desenvolver a pesquisa avaliativa proposta.

Para tanto, este primeiro capítulo traz, inicialmente, uma discussão sobre a pesquisa avaliativa. Posteriormente, descreve-se o tipo de pesquisa, com ênfase na avaliação de impactos, categoria em que se insere o estudo, e as metodologias de pesquisa avaliativa, apresentando as abordagens escolhidas e as técnicas utilizadas, com suas respectivas etapas metodológicas, delineando o percurso da pesquisa.

1.1 A pesquisa avaliativa em discussão

A pesquisa avaliativa constitui tema um tanto novo no Brasil, conforme Rodrigues (2008, p. 37):

Sobre o campo de avaliação das políticas públicas no Brasil, vale dizer que se trata de uma área de produção de conhecimento ainda em formação, tendo em vista a própria avaliação ser uma experiência recente no Brasil.

Assim, a aplicação de pesquisas avaliativas no país teve início na década de 1980, quando a área de educação foi escolhida para uma avaliação de um de seus importantes segmentos: o ensino e a aprendizagem. Somente nos fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 é que a experiência se estende aos demais países da América Latina, coincidindo, no Brasil, com o processo

de redemocratização e a emergência da política neoliberal (RODRIGUES, p. 39-41).

Ainda de acordo com Rodrigues (2008), a temática é tão nova, que “a primeira produção bibliográfica mais acabada sobre o tema é de 2006, a obra de Nilson Holanda e que se volta, especificamente, para a avaliação *ex-post* de programas e projetos” (RODRIGUES, p. 37-38).

Nessa linha, e por entender que ainda é novidade no Brasil, Rodrigues (2008, p. 43) enfatiza que seus pressupostos ainda se baseiam muito em modelos importados:

As políticas públicas no Brasil têm como referência os modelos desenvolvidos em países como Estados Unidos, França e Inglaterra, que desenvolveram seus estudos científicos na década de 1970, modelos esses padronizados e de abordagens lineares, em detrimento de uma abordagem processual e contextualizada, que permitiria uma crítica à própria política, desde a sua formulação (2008, p.43).

Em relação ao advento relativamente recente das avaliações no Brasil, o próprio Holanda (2006), enfatiza que as pesquisas de avaliação, tanto teóricas quanto práticas, se constituem em temas novos, embora ressaltando que no plano internacional exista há mais de dois séculos (HOLANDA, p.133).

E, confirmando os dois autores, Silva e Silva (2008) destaca que a “avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo da pesquisa social em desenvolvimento, verificando-se sua expansão a partir dos anos 60, nos Estados Unidos” (SILVA E SILVA, p.44).

Pelos entendimentos já referidos, e conforme Ala-Harja-Helgason (ano 2000, p. 7), segundo o qual “não há consenso quanto ao que seja avaliação”, torna-se claro que, por se tratar de tema ainda em sedimentação no Brasil, ou seja, “ainda não acabado”, não há uma única linha de pensamento ou uma única metodologia de pesquisa a ser aplicada para se avaliar programas ou projetos, conforme se discutirá a seguir.

1.2 O sentido de avaliar

Como ponto de partida, ver-se-á o que os diversos autores entendem sobre o sentido de avaliar.

Na visão de Holanda (2006), avaliar significa atribuir valor, preço ou merecimento; e, na abordagem ampla das políticas públicas e programas sociais, corresponde a aferir, mensurar ou analisar a importância, a serventia ou a prioridade de um determinado projeto ou programa.

E complementa, dizendo ser “um procedimento sistemático de levantamento e análise de dados, que pressupõe um trabalho de pesquisa formalmente estruturado e um esforço de reflexão e análise crítica visando a formular juízos e chegar a conclusões” (HOLANDA, 2006, p. 84).

Holanda conclui, enfatizando que para de fato acontecer, a avaliação deve ser precedida de respostas a questões básicas, pois tais questionamentos é que mostrarão se o programa ou projeto avaliado modificou e/ou modifica a situação analisada, sintetizadas no Quadro 1.

Etapa	Aspecto	Questões
Diagnóstico	O problema	Quais são a natureza, o escopo e a dimensão do problema? Onde se localiza e a quem afeta?
Planejamento	O programa	O que justifica a existência do programa? Qual a sua população-alvo? Pode ser expandido? Pode ser extinto?
Implementação	Os Instrumentos	O programa vem sendo implementado de forma adequada?
Avaliação	A relação custos/benefícios	O programa vem atingindo seus objetivos e gerando benefícios para o público-alvo?

Quadro 1 – Questões básicas da pesquisa de avaliação

Adaptado pela autora a partir de Holanda, 2006, p. 97..

Segundo Ala-Harja-Helgason (ano 2000, p. 5), a avaliação não tem por objetivo buscar a verdade absoluta, mas oferecer entendimento de ações implementadas, consistindo em:

uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis, servindo para melhoria do processo de tomada de decisão.

Para Silva e Silva (2001, p. 48), avaliar diz respeito a um julgamento de valor, consistindo em um ato que tem peso para as relações de poder:

O termo avaliação significa valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom ou ruim. Trata-se, necessariamente, de um julgamento valorativo; portanto, não é um ato neutro nem exterior às relações de poder, mas um ato eminentemente político que integra o contexto de um programa público, exigindo postura de objetividade e de independência, sendo, por natureza, uma atividade interdisciplinar.

Já para Rodrigues (2008, p. 49), o conceito de avaliação “deve trazer o paradigma interpretativo e a dimensão da compreensão, a fim de se conhecer o grau de coerência e/ou dispersão do que se pretende avaliar”.

Assim, vistos os pensamentos de variados autores, optou-se por trabalhar com as apreciações de Rodrigues, tentando-se fugir dos conceitos universais e lineares de avaliação, mas buscando-se conhecer, em maior profundidade, as especificidades da situação estudada e o local de sua ocorrência.

Dessa forma, ela se configura como uma avaliação que apresenta uma visão mais compreensiva e interpretativa da realidade, considerando as várias dimensões inerentes ao estudo.

1.3 Tipos de pesquisa

Na opinião de Holanda (2006), a avaliação é algo complexo e, como tal, comporta múltiplas abordagens, havendo vários tipos de avaliação, destacando-se: avaliação de necessidades, pré-avaliação, avaliação de teoria do programa, avaliação de processos, avaliação da implementação, avaliação de resultados e impactos e avaliação de eficiência (p.107).

Ainda segundo Holanda (2006), essas várias categorias favorecem análises críticas sobre programas e projetos, devendo, deve ser escolhido um desses focos, a depender dos objetivos da pesquisa. (p.108)

Dessa forma, como o presente estudo tem como foco avaliar os impactos do PAPPS na Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg´AMA), optou-se pela pesquisa do tipo avaliação de impactos.

Sobre avaliação de impactos, recorre-se a Holanda (2006, p. 106), que a define como a modalidade que “tem por finalidade interpretar se os objetivos de um programa ou projeto estão sendo alcançados e até que ponto houve mudança na vida das pessoas envolvidas no referido programa ou projeto”.

Da mesma forma, sobre avaliação de impactos, assim se pronuncia Roche (2002, p. 36): “avaliar os impactos significa verificar que mudanças significativas ou permanentes aconteceram nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações”.

Assim, essas noções são as norteadoras do tipo de pesquisa avaliativa de impactos realizada neste estudo.

1.4 Metodologia de pesquisa avaliativa

Com relação à metodologia da pesquisa avaliativa, considerando as abordagens quantitativa e qualitativa, encontram-se vários entendimentos, em que alguns autores se complementam em seus pensamentos, enquanto outros divergem em suas posições.

Segundo Holanda (2006), a avaliação na metodologia quantitativa é implementada mediante números, utilizando métodos estatísticos, capazes de mostrar conformidade entre causa e efeito, e cujos resultados são mostrados em gráficos, tabelas e equações. Já na qualitativa, os resultados são mostrados no formato de relatórios ou narrativas. Para o autor, “a pesquisa qualitativa é mais indicada para diagnósticos de fenômenos complexos, que exigem análises mais profundas” (HOLANDA, 2006, p.267-268).

Na sua percepção, enquanto os dados quantitativos são exatos e padronizados, os qualitativos adotam uma visão holística, procurando interpretar os fenômenos inovadores e pouco conhecidos a partir de uma análise rica e aprofundada, podendo servir de ponto de partida para um

mapeamento preliminar e posterior à realização de uma pesquisa quantitativa (HOLANDA, 2006, p. 268).

Para Rodrigues (2011, p. 48), o instrumental deve ser “multi e de preferência interdisciplinar, a exemplo de pesquisar utilizando-se *surveys*, observações de campo, entrevistas, grupos focais, fotografias, filmagens, análise de conteúdo etc”.

Complementa Rodrigues (2011) que do ponto de vista metodológico é importante considerar dados mais aprofundados, que só se obtêm se os dados qualitativos estiverem aliados aos quantitativos (p. 46).

Assim, diante do quadro teórico apresentado, e corroborando com o que defende Rodrigues (2011), a escolha da metodologia deste estudo recai sobre a realização de pesquisa avaliativa, com abordagens quantitativa e qualitativa, a fim de se verificar os impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais do PAPPS, a partir do estudo de caso da AMA/Budeg´AMA.

Desse modo, por meio da sondagem quantitativa, foi possível conhecer o perfil socioeconômico das mulheres que participam da AMA/Budeg´AMA, mediante aplicação de *surveys*. Por meio de abordagem qualitativa, foram realizadas observações de campo, entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade, sendo recolhidas percepções aprofundadas das participantes da AMA e dos agentes institucionais Cáritas e BNB, sobre o PAPPS e os empreendimentos de economia solidária em geral.

Com efeito, a partir da junção dessas duas abordagens, tornou-se possível avaliar os impactos do PAPPS na AMA/Budeg´AMA.

Dessa forma, a abordagem metodológica adotada neste estudo se insere na perspectiva de avaliação de impactos, utilizando-se as sondagens quantitativa e qualitativa em suas várias etapas.

1.5 Etapas da pesquisa

Com base na discussão acerca de avaliação de políticas públicas, bem como na definição do objetivo da pesquisa – avaliar os impactos do

PAPPS na AMA/Budeg´AMA, foi possível elaborar um desenho metodológico, com as fases executadas, visando à construção da referida pesquisa avaliativa, na forma adiante detalhada.

1.5.1 Identificação do público-alvo e do lócus da pesquisa

A presente pesquisa avaliativa de impactos considera que o público-alvo compreende três agentes que se inter-relacionam com o programa a ser avaliado: a AMA/Budeg´AMA, destinatária final dos recursos; o BNB, administrador do PAPPS; e a Cáritas, coordenadora do projeto Rede Bodega.

A escolha da AMA/Budeg´AMA como destinatária final dos recursos deveu-se a dois critérios: a análise da lista dos empreendimentos beneficiados pelo PAPPS e o fato de o empreendimento se localizar na periferia de Fortaleza, o que facilitaria a obtenção dos dados, considerando a complexidade das abordagens a serem aplicadas, a pesquisa qualiquantitativa, constando de observação-participante, questionários, entrevistas semiestruturadas e entrevistas em profundidade, o que, por suas naturezas, exigiria mais tempo e dedicação.

Dessa forma, a escolha recaiu sobre a AMA/Budeg´AMA, empreendimento de economia solidária no âmbito urbano, sediada no bairro Conjunto Esperança, à Av. Contorno Norte, 1710 (Mapa 1), participante do projeto Rede Bodega, de socioeconomia solidária, coordenado pela Cáritas.



Mapa 1 – Fortaleza, com destaque para o Conjunto Esperança

Na pesquisa, verificou-se que a AMA/Budeg´AMA reúne 12 mulheres que trabalham diretamente na produção e comercialização de confecções em geral e artesanato, com destaque para a produção de bonecas de pano, concebidas levando-se em conta temáticas atuais e de caráter educativo.

A princípio, havia a intenção de entrevistar todas elas. Entretanto, variáveis incontroláveis, do tipo: ausência de algumas mulheres nas reuniões da AMA/Budeg´AMA e a indisponibilidade de números de telefone e endereços, impediram os contatos com todo o grupo.

Ainda assim, foi possível entrevistar dez participantes⁷, o que corresponde a mais de 80% do total.

Além disso, foram realizadas entrevistas em profundidade com três representantes do BNB e dois da Cáritas.

⁷ Foram também entrevistadas quatro ex-participantes, para se conhecer os motivos que as levaram a deixar a AMA/Budeg´AMA.

1.5.2 Levantamento bibliográfico e documental

O estudo teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada por Gil (2008, p. 44) “como a desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Desse modo, dialogou-se com vários autores que trabalham as temáticas de economia de solidária, microfinanças solidárias, microcrédito e fundos rotativos solidários, como Barbosa (2007), Duque (2002, 2003a, 2003b, 2007, 2008, 2009), Gonçalves (2009, 2010a, 2010b), Heck (2006), Ibase/Cordel (2007), Mota (2009b), Santos Filho (2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2010c), Schmidt-Rahmer (2010a, 2010b) e Singer (2000, 2002), em meio a uma diversidade de obras sobre os temas.

Para a pesquisa documental, definida por Gil (2008, p. 87) como aquela em que “os materiais ainda não receberam um tratamento analítico, com fontes diversificadas e dispersas”, foram feitas consultas a *sites* relacionados ao assunto, incluídos o do BNB, o da Cáritas, o do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o da Senaes, que lidam com essa atividade ou em experiência similar, assim como pesquisa a documentos sobre FRS. Esses documentos tratam da metodologia e dos critérios adotados no processo de seleção dos projetos para obtenção do financiamento oriundo do PAPPS, constituído de editais de chamadas públicas, avaliações de resultados e demais impressos e relatórios divulgados pelo programa. Foram realizadas, ainda, consultas a dados do PAPPS, para avaliação dos resultados alcançados e da evolução das políticas públicas vinculadas ao programa.

Nessa construção, vale destacar a participação da autora como ouvinte na disciplina Economia Solidária, ministrada pelo orientador desta pesquisa, professor-doutor Alcides Gussi, no curso de Economia Doméstica, favorecendo um contato permanente com o tema e a abertura de horizontes para a busca de outras fontes na literatura.

1.5.3 Observação-participante

A observação-participante, caracterizada por Roche (2002, p. 158) como outra ferramenta útil para a avaliação de impactos, por possibilitar que “observadores se façam presentes em várias atividades desenvolvidas pelo grupo pesquisado, adquirindo confiança e o entrosamento com esse grupo, e possam assim obter importantes informações que venham complementar os dados obtidos”, permitiu que se vivenciasse outras atividades, além da aplicação do questionário e da entrevista semiestruturada.

Assim, desde a escolha do tema, tornou-se possível exercitar a observação-participante na AMA/Budeg´AMA, acompanhando várias atividades, dentre as quais: a) presença em reunião mensal do grupo gestor da AMA/Budeg´AMA, ocasião em que se conheceu a sistemática de planejamento da produção, as formas de comercialização e a produção coletiva aos sábados; b) visita à Feira de Economia Solidária, realizada na Praça da Gentilândia, nos dias 23 e 24 de junho de 2012; c) participação na reunião mensal da Rede Bodega, na Cáritas, no dia 25 de maio, congregando as quatro integrantes da Rede Bodega: Aracati, Fortaleza, Sobral e Viçosa do Ceará; e d) participação em oficina de capacitação, ministrada por uma das participantes da AMA/Budeg´AMA, no dia 2 de junho de 2012, destinada a grupos coordenados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza que trabalham com economia solidária. Tudo isso constituiu-se de extrema relevância para o conhecimento do universo da pesquisa.

1.5.4 Aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas

Os primeiros passos da elaboração de questionário e roteiro de entrevista foram dados ainda durante as aulas do curso de mestrado, especificamente nas disciplinas voltadas para métodos de análise quantitativa e qualitativa, e aprofundados, depois, com a orientação dos professores nas reuniões mensais dos grupos de trabalho e, posteriormente, do professor-orientador.

Com um total de 35 perguntas⁸, o questionário foi elaborado levando-se em conta fatos inerentes às participantes da AMA/Budeg'AMA, a fim de se poder construir os respectivos perfis socioeconômicos (idade, nível de escolaridade, domicílio, renda familiar e despesas mensais).

Além disso, perguntas subjetivas, concebidas no mesmo período de elaboração do questionário, acrescentavam questões voltadas para: 1) o aprofundamento da visão de cada uma sobre si mesma, sua vida e seus projetos; 2) autoavaliação da participação na AMA/Budeg'AMA; e 3) avaliação da importância do financiamento do PAPPs para a continuidade e manutenção do empreendimento (Apêndice A).

O questionário serviu, tanto para aprofundar os significados da economia solidária, a fim de verificar se as dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais são devidamente consideradas na produção e comercialização dos produtos, quanto para subsidiar as demais fases da pesquisa.

Dessa forma, entre maio e julho de 2012, o questionário e a entrevista semiestruturada foram respondidos por 10 participantes da AMA/Budeg'AMA, correspondendo a mais de 80% do total, mediante agendamento prévio, conforme a conveniência de cada uma.

Com vistas a aperfeiçoar os instrumentos (questionário e entrevista), foi realizado um pré-teste, com duas participantes escolhidas aleatoriamente. Após o pré-teste, algumas melhorias propostas foram introduzidas nos referidos instrumentos, como, por exemplo, a fusão de perguntas semelhantes e a exclusão de algumas indagações que não se aplicavam ao objetivo do estudo.

Para obtenção desses dados, a autora realizou mais de 12 visitas à AMA/Budeg'AMA, entre maio de 2011 e maio de 2012, ocasiões em que manifestou o desejo de realizar o estudo de caso da associação e, a partir da aceitação pelas associadas, pôde-se realizar o trabalho de observadora-participante, aplicar questionários e efetuar entrevistas semiestruturadas, conforme Quadro 2, a seguir.

⁸ O questionário reuniu 14 perguntas objetivas, a fim de se conhecer os perfis socioeconômicos das participantes; e 21 abertas, na forma de questões semiestruturadas, para aprofundamento do tema.

Entrevistas semiestruturadas com associadas⁹

Nome	Função Exercida na AMA
Antônia Mendes	Presidente
Luíza Medeiros	Vice-Presidente
Matilde Frota	Secretária
Glória Silva	Tesoureira
Nívea Fernandes	Coordenadora de Patrimônio
Francisca Célia	-
Eliane Lima	-
Antônia da Rocha	-
Josefa Rodrigues	-
Maria Sousa	-

Quadro 2 – Participantes submetidas às entrevistas semiestruturadas

Informada nas visitas de que quatro mulheres haviam deixado recentemente a Associação, buscamos conhecer os motivos. Nesse sentido, foram colhidas percepções desse grupo, que foi considerado grupo de controle¹⁰, acrescentando-se uma pergunta a mais na entrevista semiestruturada.

O Quadro 3, na página seguinte, relaciona as quatro ex-participantes que fizeram parte desse grupo de controle.

⁹ Nomes fictícios.

¹⁰ Em um experimento faz-se necessária a existência de pelo menos dois grupos amostrais de indivíduos. Um deles, o chamado grupo experimental, constituído de elementos que apresentam características bem definidas; e o grupo controle, constituído de elementos que apresentem exatamente todas as características do grupo experimental, menos a variável a ele aplicada. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2012. Entretanto, como os motivos citados para o afastamento das participantes foram comuns – três por problemas de saúde e uma por precisar de emprego com carteira assinada, devido a separação conjugal, não foi possível alcançar o objetivo de realizar comparações.

Entrevistas semiestruturadas com ex-associadas

Nome	Função Exercida
Célia Sousa	-
Maria Olinda Soares	-
Joana Campos	-
Marfilda Santos	-

Quadro 3 – Ex-participantes submetidas às entrevistas semiestruturadas

1.5.5 Aplicação de entrevistas em profundidade

Na pesquisa foram também realizadas entrevistas em profundidade, com perguntas não padronizadas, oportunidade em que houve troca de ideias e opiniões, buscando-se uma análise qualitativa dos representantes institucionais do BNB e da Cáritas. No BNB, foram ouvidos os funcionários responsáveis pelas fontes de financiamento, ou seja, os atores envolvidos no PAPPS, enquanto responsáveis pela liberação dos recursos e participantes do comitê gestor nacional; na Cáritas, foram ouvidos as responsáveis pelo projeto Rede Bodega.

A fim de se ouvir os responsáveis pelo PAPPS, foi elaborado roteiro de entrevista com as seguintes perguntas: a) perfil do respondente, formação acadêmica, vinculação com a economia solidária e envolvimento com políticas públicas de economia solidária, governo e movimentos sociais; b) conhecimento sobre políticas de economia solidária no âmbito do BNB; c) funcionamento do comitê gestor que aprova os projetos, explicando como se dá sua formação, composição, objetivos, periodicidade das reuniões e assuntos tratados; d) como acontece seu envolvimento com o PAPPS e a avaliação que faz do programa para a economia solidária; e) a avaliação que faz da aplicação dos recursos do BNB nas associações e cooperativas que trabalham com a metodologia de fundos rotativos solidários, e em que medida esses recursos têm modificado os empreendimentos solidários e a vida das pessoas neles inseridos (Apêndice B).

Por meio das entrevistas em profundidade, buscou-se também traçar a trajetória da economia solidária e do PAPPS no BNB, assim como conhecer

os recursos disponíveis e sua aplicação, além dos meandros da operacionalização em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Nesse sentido, foram entrevistados três funcionários do BNB que trabalham com o PAPPS e que também representam a empresa no comitê gestor do referido programa¹¹.

Com vistas às entrevistas em profundidade com representantes da Cáritas, responsável pelo projeto Rede Bodega, foi elaborado roteiro voltado para conhecer: a) o papel da Cáritas na economia solidária; b) como vêm as políticas públicas de economia solidária encampadas pelo BNB; c) como avaliam os recursos alocados pelo BNB; e d) se esses recursos têm possibilitado modificar os empreendimentos solidários e a vida das pessoas neles inseridas.

Além disso, as respostas às perguntas possibilitaram conhecer o papel desempenhado pela Cáritas em favor da economia solidária, o tipo de apoio hoje oferecido aos participantes da Rede Bodega, notadamente à AMA/Budég'AMA, foco do presente estudo. Nesse sentido, foram entrevistadas duas representantes da Cáritas (Apêndice C).

Referidas entrevistas com os representantes do BNB e da Cáritas ocorreram entre julho e agosto de 2012, em seus respectivos locais de trabalho, mediante agendamento prévio, todas elas audiogravadas e transcritas.

No Quadro 4, relaciona-se os entrevistados do BNB e, no Quadro 5, na pág. 34, os da Cáritas, respectivamente¹².

Nome	Função Exercida
Antônio Delano Pereira	Gerente de Ambiente do Etene
Narcélio Costa	Superintendente do Etene
Cláudio Soares	Coordenador de Projeto do Etene

Quadro 4 – Entrevistados do BNB

¹¹ O comitê gestor do PAPPS é constituído de representantes do BNB, do MTE, da Senaes, do MDS, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Articulação do Semiárido, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, do Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome, da CNBB e da Universidade Federal do Ceará.

¹² Nomes fictícios.

Nome	Função Exercida
Germana Oliveira	Coordenadora do projeto Rede Bodega
Ivana Barbosa	Assistente do projeto Rede Bodega

Quadro 5 – Entrevistadas da Cáritas

1.5.6 Análise dos resultados da pesquisa

Com vistas à sua consolidação, os dados quantitativos foram analisados de acordo com a estatística descritiva e apoio do Microsoft Excel/2007, por meio do qual foi possível elaborar gráficos do perfil socioeconômico.

Os dados qualitativos, obtidos nas entrevistas semiestruturadas com as participantes da AMA/Budeg´AMA e nas entrevistas em profundidade com os representantes do BNB e da Cáritas, foram analisados mediante cruzamento de informações e construção de categorias com base na análise de conteúdo, de Bardin (2010, p. 121), em que “a maioria dos procedimentos de análise qualitativa organiza-se em torno de categorias que é uma forma geral de conceito, de pensamento e reflexo da realidade, sendo sínteses, em determinado momento, do saber”.

A teoria proposta por Bardin (2010) pressupõe diferentes fases de análise, distribuídas em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação.

A análise de conteúdo compreende as seguintes fases: a) pré-análise (leitura, escolha dos documentos, preparação do material e organização dos indicadores); b) exploração do material, em que os dados brutos são "agregados em unidades" (unidade de registro e unidade de contexto), as quais possibilitam uma descrição das características pertinentes do conteúdo, por categoria"; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste em “buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais” (BARDIN, 2010, p. 121).

No presente estudo, a pré-análise consistiu em reunir, ler e examinar os documentos gerados, as entrevistas semiestruturadas e as entrevistas em profundidade, verificando-se a sua relação com o objetivo principal da pesquisa, ou seja, verificar os impactos do PAPPS, com base no estudo de caso da AMA/Budeg´AMA.

Na fase de exploração do material, que consiste na “aplicação sistemática das decisões tomadas”, as falas foram organizadas em unidades de registro, separadas por categorias denominadas dimensões (social, econômica, política e ambiental), presentes nos pressupostos dos fundos rotativos solidários (BARDIN, 2010, p. 127).

Nessa fase, procurou-se organizar os dados mediante sua catalogação de acordo com as dimensões intrínsecas à metodologia dos fundos rotativos solidários (social, econômica, política e ambiental).

A dimensão social deve contribuir para a existência de interesses e objetivos comuns, em busca do crescimento coletivo e do fortalecimento dos laços afetivos e da cooperação e confiança entre as pessoas; a dimensão econômica deve agregar esforços e recursos na produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo; a dimensão política pressupõe a existência de semelhantes interesses, bem como deve levar à partilha solidária de bens e resultados, incluindo a autogestão dos processos de trabalho em que as pessoas envolvidas participam das decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos; a dimensão ambiental remete para uma produção que respeita o meio ambiente e para o consumo consciente, de modo que as atividades não gerem impactos negativos, nem às pessoas, nem à natureza (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Partindo dessas quatro dimensões, realizou-se uma análise horizontalizada, comparando-se os dados de cada uma delas, obtidos a partir do cruzamento das informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas com as participantes da AMA/Budeg´AMA, com os representantes do BNB e da Cáritas, nas entrevistas em profundidade e comparando-os entre si.

Em um segundo momento, realizou-se uma análise verticalizada, examinando-se nessas mesmas dimensões os elementos diferenciados e que serviram para ressaltar aspectos não evidenciados entre os atores envolvidos.

A partir das dimensões social, econômica, política e ambiental, elaborou-se um quadro para possibilitar a realização das análises e o cruzamento dos dados.

Com base na coleta obtida, tanto nos questionários, quanto nas entrevistas semiestruturadas, realizadas com as participantes da

AMA/Budeg´AMA, passou-se a verificar a que dimensão cada uma se referia, para posterior análise.

Idêntico trabalho foi realizado com os dados colhidos nas entrevistas em profundidade, com os representantes do BNB e da Cáritas.

Depois disso, foi composto um grande quadro (unidade de registro), em que cada dimensão era submetida a uma análise de seus elementos entre si e outra abrangendo todos os atores.

Por último, considerando que “a partir da disponibilidade de resultados significativos e fieis o analista pode propor inferências e adiantar interpretações a partir dos objetivos previstos” (BARDIN, 2010, p. 127), foi possível realizar uma síntese dos dados, comparando-os entre as quatro dimensões, para se verificar os impactos, cujos resultados são apresentados no Capítulo 4.

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS (PAPPS) DO BANCO DO NORDESTE NO CONTEXTO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA NEOLIBERAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Como forma de entender o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) e sua interface com a economia solidária, faz-se necessário compreender a conjuntura em que ele se insere.

Assim, este capítulo dá início ao debate sobre o contexto político da economia solidária no Brasil, a partir da crise do capital, que ocorreu no Brasil nas três últimas décadas do século XX, com a aplicação da política neoliberal e do surgimento da prática da economia solidária como alternativa frente ao crescente desemprego, delineando-a a partir de suas dimensões social, econômica, política e ambiental.

Na sequência, faz-se uma discussão sobre as finanças solidárias, o microcrédito e a metodologia dos fundos rotativos solidários, na qual se fixa o PAPPS.

E, por fim, constrói-se a trajetória das políticas de economia solidária no BNB, especificamente do PAPPS (2005-2011), sua estrutura e funcionamento, de acordo com a metodologia dos fundos rotativos solidários.

2.1 Contexto político-econômico das ações em economia solidária, finanças solidárias, microcrédito e fundos rotativos solidários

O conceito de finanças solidárias, juntamente com o de economia solidária, tem sua origem embutida no conceito de cooperativismo, trazido pelos imigrantes que chegam ao Brasil no início do século XX. Trata-se de aglutinar várias experiências no campo da economia solidária, abrangendo os fundos rotativos solidários, as cooperativas de crédito solidário e os bancos

comunitários e moedas sociais. A seguir, são identificadas as políticas de economia solidária e suas diferentes estratégias, especificamente as microfinanças solidárias, o microcrédito e os fundos rotativos solidários.

2.1.1 Economia solidária

Para compreender a economia solidária, faz-se necessário antes entender o contexto da política neoliberal vigente, na qual o tema se insere e a crise que referido modelo desencadeou no mundo inteiro, principalmente em relação ao desemprego.

Para Vesapollo (2005), compreender essa política, também chamada de “globalização” e sua nuances, passa, necessariamente, pela compreensão da diferença entre o paradigma taylorista-fordista e o pós-fordismo. No primeiro modelo, a força-trabalho tinha que ser especializada, alinhada a uma forma de trabalho sempre igual, ao passo que na segunda há a necessidade de que o trabalhador alcance alto grau de especialização, adaptando-se às variações de ritmo, função e de papel (VESAPOLLO p.373)

Se no paradigma taylorismo-fordismo os direitos sociais dos trabalhadores tinham validade universal e eram protegidos por lei, no pós-fordismo os direitos desapareceram e as leis do mercado passaram a comandar, impondo qualidade e quantidade de trabalho e fazendo com que o trabalhador se tornasse obediente e fiel (VESAPOLLO p.374).

Assim, é nesse contexto de crise internacional que a economia solidária desponta. Crise essa que teve início nos anos 1970 e que, no Brasil, manifesta-se no início dos anos 1980, quando o “choque dos juros” atinge o Estado brasileiro e a dívida externa quadruplica, passando o setor público a receber o impacto principal desse choque, em que os encargos dessa dívida explodem, instalando-se a crise financeira do setor público brasileiro, que se alastrou nas décadas seguintes (BACELAR, 2005, p.225).

De acordo com Bacelar (2005), nos anos 1980, no início da década, essa crise vai ser enfrentada por uma política de ajuste influenciada pela ida do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI), após a moratória decretada pelo

México. Desacelerou-se a demanda interna, promovem-se as exportações e seguem-se *superávits* crescentes na balança comercial, de onde provêm os dólares necessários para remunerar os credores externos. Internamente, o *déficit* público passa a ser financiado com uma crescente emissão de títulos mobiliários, cujo montante cresce rapidamente. Cresce, também, a taxa de inflação, que passa dos 100% anuais, no início dos anos 1980, para 1.783% anuais, medida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no final dessa década, apesar de sucessivos programas de estabilização (Plano Cruzado 1, Plano Cruzado 2, Plano Verão, Plano Bresser).

Segundo Carvalho (2008), a referida crise deveu-se a causas conjunturais como a implantação de sistemas econômicos que defendiam o Estado Mínimo, levando grande parte da população a enfrentar o desemprego.

De acordo com Mance (2003), nesse período aumentou a competição entre as empresas que procuravam reduzir custos e ampliar lucros, por meio de um desenvolvimento tecnológico, significando produzir mais com menos pessoas trabalhando.

Para Singer (ano 2000), a classe operária, antes acostumada ao pleno emprego, que vigorou entre as décadas de 1940 e 1970, viu-se desempregada, de modo que o retorno aos postos de trabalho tornou-se privilégio de poucos.

Diante desse quadro adverso, e devido à busca de aperfeiçoamento dos meios de produção de bens e de capital, menos pessoas são requisitadas para a produção e, conseqüentemente, para o consumo (MANCE, 2003, p.38).

Dessa forma, o desemprego passou a ser um dos maiores problemas em diversos países, diante da reestruturação produtiva adotada pela economia considerada “globalizada”, apoiada pela crise do modelo fordista/keynesiano, e, conseqüentemente, do novo padrão de acumulação flexível, fazendo com que fossem idealizadas novas formas de sobrevivência (BERTUCCI, ano 2003, p. 84).

É nesse contexto que surge como alternativa o modelo de trabalho baseado no cooperativismo/associativismo¹³, em forma de empresas geridas pelos próprios trabalhadores, objetivando lutar contra a exclusão social, assim como salvar e até mesmo criar empregos (SINGER, 2000).

Segundo Gaiger (2009, p. 5), as experiências de economia solidária sinalizam traços de protagonismo no Brasil, no início dos anos 1980, “quando sua presença polimorfa e difusa no tecido social as deixava aparentemente alheias aos principais embates travados no campo popular, gerando uma profusão de estudos empíricos e formulações teóricas.

Dessa forma, para Gaiger (2009, p. 5),

a partir da união de forças, por meio de práticas participativas, de cooperação e autogestão e das lutas pela sobrevivência, essas experiências inovaram ao buscar soluções coletivas para demandas cujo atendimento era conseguido, anteriormente, por meio de pressões de massa que acionassem a capacidade provedora do Estado.

Vale lembrar que, segundo Barbosa (2007), essas alternativas de associativismo começam a ter um delineamento a partir do programa da coligação Lula Presidente, no qual se vêem as possibilidades de obtenção de renda por meio do cooperativismo, com investimento em pequenas unidades produtoras, cooperativas e ações de economia solidária, sendo essa uma das estratégias de desenvolvimento para o país, e que mais tarde encontra realce na criação de uma secretaria nacional de economia solidária.

Desse modo, a economia solidária acompanhou a tendência sobre programas de geração de renda e a desregulação do Estado no campo da proteção social, fomentando a cultura do autoemprego, que amplia o espaço econômico nas periferias e áreas empobrecidas do campo e das cidades, contribuindo para novas ideias nas classes dominantes (Barbosa (2007).

Nessa linha de pensamento, voltada para a institucionalização da economia solidária como política pública, Gonçalves (2009, p. 228) menciona: “a partir da década de 1990, o Governo Federal começa a compor políticas

¹³ O cooperativismo/associativismo chegou ao Brasil trazido pelos imigrantes no início do século XX, principalmente como cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo, especialmente no sul e sudeste do país (MOTA, ano 2009).

públicas de desenvolvimento local, com vistas a resgatar princípios de produção com base em instrumentos de reciprocidade, a exemplo dos empreendimentos de economia solidária”.

Circunscrita à proposta de ser outro modelo de produção, em que as relações não seriam mais entre patrão e empregados, mas de cooperativismo e solidariedade, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual, e os resultados advindos são a cooperação e a igualdade, o que a economia solidária faz é consolidar o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição, de forma a socializá-los entre as pessoas (SINGER, 2000).

E Singer (2002, p. 114) acrescenta:

A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo, não em termos econômicos estritos, mas superior em proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras etc, uma vida melhor.

Diferentemente das empresas de capital, as organizações de economia solidária se distinguem por duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão; e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2002, p. 116).

Já para França Filho (2007), a economia solidária se apresenta como um campo de práticas em construção, em que a dinâmica parece evoluir, passando de formas de auto-organização socioeconômica para formas de auto-organização sociopolítica, levando a pensar em tal campo como um tipo de movimento social de natureza singular, em função das características dos atores envolvidos, entre os quais: a) os empreendimentos econômicos solidários; b) as organizações e entidades de apoio e fomento; c) as formas de auto-organização política, ilustrada pelas redes e fóruns de economia solidária; e, d) os órgãos institucionais públicos de Estado, a exemplo da Senaes e das secretarias, diretorias e departamentos que representam o Estado, e que tentam construir políticas públicas de economia solidária nas esferas municipais e estaduais.

Assim compreendida, a economia solidária possui característica multidimensional, envolvendo as dimensões social, econômica, política e ambiental. Isso porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público em que estão inseridas, trazendo as perspectivas de autogestão e de democracia para a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (SINGER, 2002).

Com esse pensamento, a economia solidária ganhou volume, não somente no Brasil, mas também em outros países, onde os trabalhadores dão início a processos isolados de recuperação de empresas falidas e a sua transformação em cooperativas de resistência ao desemprego e aos processos de exclusão social que se intensificaram com a onda neoliberal nos países periféricos, entre os anos 1980 e 1990, possibilitando, entre outras coisas, a revitalização do debate em torno dos temas autogestão, cooperativismo e socialismo (FARIA, 2006).

Para França Filho (2007),

“as práticas de economia solidária no Brasil ganharam em complexidade nos últimos anos, afirmando-se como um campo de atores que inventam alternativas econômicas e políticas inovadoras para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em seus respectivos territórios, decorrentes dos processos de exclusão social”. (p. 173).

Outros autores, a exemplo de Bertucci (2003), têm mostrado que a economia solidária tem levado pessoas e comunidades a criar espaços de produção e comercialização, exercitando a solidariedade, a democracia e a autonomia. E que o desafio da economia solidária é a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, demonstrando à sociedade que existem outras possibilidades, ou experiências alternativas que rompem com a lógica do mercado e da competição.

No Brasil, o caso mais emblemático de cooperativismo e associativismo, na linha da economia solidária, é a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), na década de 1990, como resposta de parte do movimento

sindical às situações de falência, se tornando referência na formação para a autogestão e estímulo à prática da economia solidária (MOTA, ano 2009).

Assim, com base no lastro de experiências que já aconteciam nesse campo, em 2003, com a criação da Senaes, no âmbito do Governo Federal, o tema economia solidária começa a fazer parte, mais fortemente, das discussões do Governo Lula (BARBOSA, 2007).

Em 2004, a Senaes lança o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento¹⁴, com o objetivo de fortalecer e divulgar a economia solidária em âmbito nacional, visando gerar trabalho e renda com inclusão social (MOTA, 2009).

Segundo Barbosa (2007), o papel da Senaes é apoiar e induzir o crescimento de iniciativas já desenvolvidas por organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, associações e cooperativas, e, por representar um segmento bastante vulnerável e penoso, representado pelo desemprego estrutural e a informalidade de pequenos e pobres negócios, a Senaes desempenha um papel específico, muitas vezes destoante com outras esferas governamentais (BARBOSA, 2007).

De acordo com Barbosa (2007), exemplos disso são as críticas feitas pelo próprio Singer às prioridades econômicas do Governo Lula, voltadas para políticas macroeconômicas, lideradas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, deixando de lado as questões voltadas para a área social, tornando-se, assim, contraditório o governo.

Já França Filho (ano 2007, p. 173) pensa diferente, entendendo que “a multiplicação crescente de políticas públicas de economia solidária redefine as relações entre sociedade civil e poder político, numa abordagem ampliada da ação pública”.

Destarte, é nessa tensão e no campo contraditório que envolve o debate da crise do capital, o Estado e os movimentos sociais, que surgem os primeiros experimentos da economia solidária, que pode vir a ser uma

¹⁴ Tem por objetivos: elaborar e propor medidas para articulação de políticas de finanças solidárias; intervir na revisão da legislação de cooperativas e propor estatuto de empreendimento autogestionário; fortalecer os empreendimentos por meio do fomento material, articulação das cadeiras produtivas e apoio ao consumo ético e ao comércio justo; estimular a produção de conhecimentos, sistema de avaliação e de informações sobre economia solidária e fortalecer os espaços de organização da sociedade civil e demais entes governamentais para formulação de políticas públicas para o setor (MOTA, ano 2009).

atenuante ao quadro social desenhado pelo desemprego, trazendo ressignificações no campo do trabalho, ou não.

É, pois, nesse debate que se insere esta pesquisa avaliativa.

2.1.2 Finanças solidárias e microcrédito

De acordo com Singer (2009), o sistema financeiro é composto de três partes: uma capitalista, formada por intermediários financeiros que têm por objetivo o lucro; a segunda, composta pelos órgãos financeiros do Estado, que não deveriam visar ao lucro, mas sim prestar um serviço ao público brasileiro; e a terceira, composta por bancos e intermediários financeiros que não visam ao lucro, mas atender às necessidades das comunidades carentes e excluídas dos acessos às outras duas partes (SINGER, 2009).

Para Soares e Melo Sobrinho (2008), o conceito de finanças solidárias nasce a partir das finanças comuns, com o surgimento de novas experiências e ações que permitiam dar novas finalidades à poupança, novas opções de investimentos e novas formas de operações de crédito, capazes de possibilitar, aos menos favorecidos, o acesso a recursos que pudessem contribuir para dignificar a vida do ser humano, resgatando novos padrões de desenvolvimento com inclusão (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

A partir do encontro e da troca de experiências, os empreendimentos e entidades de apoio optaram pela denominação “finanças solidárias”, um modo de nomear e atribuir identidade na estruturação de um campo que passou a aglutinar as experiências de fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários e moedas sociais. São essas experiências que, pouco a pouco, vão dando forma e conteúdo ao que foi batizado por “finanças solidárias”, como algo distinto do conceito por demais abrangente de “microcrédito” e de “microfinança” (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

As microfinanças, por sua vez, são conceituadas como a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do mercado financeiro tradicional, mediante utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha,

entidades ou instituições microfinanceiras se enquadram como aquelas especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de “ONG, Oscip, cooperativas de crédito, SCMs, bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no país e de carteiras especializadas) e fundos institucionais” (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 23).

Já o microcrédito, por sua vez, e de acordo com Soares (2008), é a atividade que se dedica a prestar também serviços financeiros para pessoas físicas e jurídicas empreendedoras, de pequeno porte, utilizando metodologia diferente daquelas adotadas pelos bancos nas operações de crédito tradicionais. É comumente entendida como a principal atividade do setor de microfinanças, pela sua importância para as políticas públicas de superação da pobreza pela geração de trabalho e renda (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Segundo Gussi (2009), atualmente o microcrédito tem se revelado uma alternativa de política de geração de renda, direcionada para as populações socioeconomicamente excluídas, procurando alinhar-se a outras políticas de desenvolvimento dos países, inclusive do Brasil (GUSSI, ano 2010 apud SILVA, ano 2010, p. 16).

Segundo Silveira, a primeira experiência de microcrédito que se conhece na acepção de hoje, ocorreu no Brasil, na década de 70. Segundo o autor, este é um aspecto da história tão relevante, mas pouco conhecido, que consistiu na criação, em 1973, do Programa UNO (União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações)¹⁵, por iniciativa e com assessoria técnica da Accion International, envolvendo a participação de entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia (SILVEIRA p. 208).

A UNO, associação civil, sem fins lucrativos, foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação para microempreendimentos populares, particularmente no setor informal e, durante a década de 1970 a 1980, desenvolveu, além de outras atividades, uma base

¹⁵ Em 1973, em Salvador (Bahia) e Recife (Pernambuco), o Programa UNO, iniciou as primeiras experiências de microcrédito no formato conhecido hoje. Fonte: Lopes, Bruno Mota (Livro: Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2005)/ Ed. Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Fortaleza/CE, 2011.

técnica de análise de crédito adaptada ao microempreendedor de baixa renda; formou profissionais e financiou alguns milhares de microempreendimentos em diversos municípios de Pernambuco e da Bahia, introduzindo metodologia de microcrédito focalizada em um público sem garantias reais e sem acesso a crédito bancário e outros serviços, como capacitação e assistência técnica (SIVLEIRA p.208).

No plano internacional, enfatiza-se a experiência de Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank, em Bangladesh, em 1974, que voltando ao seu país de origem, percebeu que os trabalhadores, principalmente as mulheres, viviam em regime de espoliação de seus trabalhos, dependentes de empréstimos feitos a agiotas para comprar a matéria-prima, no caso específico o bambu, para produzir tamboretas (GUSSI, 2010).

Perplexo diante do nível de escravidão do trabalho na Aldeia de Jobra, o próprio Yunus questionava como alguém poderia sobreviver com o equivalente a dois *cents* por dia, e, considerando que o necessário às pessoas não era receber esmola, resolveu conhecer as que tomavam dinheiro emprestado (YUNUS, 2000).

Ao acreditar que o crédito de pequenas quantias, ou seja, o microcrédito, poderia realizar mudanças não só econômicas, mas também sociais e culturais, nas regras impostas às mulheres daquele país muçulmano, que as tornavam escravas e oprimidas, Yunus resolveu, ele mesmo, fornecer ajuda mediante empréstimos de 27 dólares (GUSSI, 2010).

Ao compreender, depois, que essa tinha sido uma ação puramente emocional, Yunus entendeu que a solução deveria ser institucional, resolvendo, então, ir a um banco na localidade para pedir que emprestasse dinheiro aos pobres. Foi assim que tudo começou (YUNUS, ano 2000).

Dessa forma, o microcrédito seria destinado aos pequenos negócios, com o intuito de erradicar a pobreza, primeiro em Bangladesh, e depois na experiência que se estendeu por todo o mundo (GUSSI, 2010).

Segundo Yunus, a implantação do Grameen Bank foi realizada pouco a pouco, a partir de descobertas que seriam essenciais para que o negócio prosperasse e cumprisse seu principal objetivo: erradicar a pobreza. Para isso, foram constituídos os seguintes pressupostos: a) trabalha com a

comunidade, através de visitas e encontros que esclarecem sobre os pré-requisitos necessários para um provável empréstimo; b) fornece empréstimo de forma rápida, visto que ninguém quer esperar, até porque a maioria desses clientes está acostumada com os agiotas que liberam o dinheiro de imediato; c) não há necessidade de garantias, utilizando-se o aval solidário, em que a responsabilidade pela devolução do empréstimo é de todos os componentes do grupo, fazendo com que eles próprios monitorem cada pessoa e pressionem pelo pagamento em caso de inadimplência (a reputação individual na comunidade é mais importante para que cresça o nível de confiança); d) trabalha com atividades econômicas já existentes ou que estejam começando no mercado local, não sendo intenção do Grameen conhecer a atividade a ser financiada; e) os primeiros empréstimos são de pequeno valor, até que o grupo prove a capacidade de reembolso; f) fornece empréstimos em valores maiores à medida que os investimentos são bem-sucedidos; g) o Grameen procura gerar mudanças não apenas econômicas, mas também sociais (YUNUS, ano 2000).

Essa experiência se reproduziu em vários países, e, hoje, o microcrédito é realidade inclusive no Brasil, com a proliferação de programas de microcrédito voltados para grupos ou pessoas sem emprego formal, com a finalidade de torná-los autoempregados, e, se possível, microempresários.

Assim, embora considerado um programa de microfinanças, o microcrédito não se configura como microfinanças solidárias, principalmente por aplicar taxas de juros em seus financiamentos, embora abaixo da que são cobradas pelos bancos que atuam no mercado tradicional.

Normalmente, os programas são implementados por instituições especializadas em microfinanças, como também por bancos públicos, e, embora tenham por objetivo reduzir a pobreza e diminuir as taxas de desemprego, segundo Farias (2006), o microcrédito não tem resolvido os problemas sociais e ainda está muito aquém das demandas, já que nem todos conseguem se inserir.

Voltando ao campo das finanças solidárias, estas atuam de forma bem diferente, abrangendo instituições que aglutinam fundos rotativos

solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários e moedas sociais (PAIVA, 2006).

Por ocasião da I Conferência Nacional de Finanças Solidárias, realizada em 2005, em Fortaleza, pôde-se observar que o campo das microfinanças solidárias passa por intensas modificações com vistas à sua consolidação e visibilidade pública, assim como ocorre com os demais segmentos que compõem o que se convencionou chamar de economia popular solidária ou economia solidária. Em se tratando das relações entre indivíduos e instituições públicas e privadas que se articulam com vistas à institucionalização das finanças solidárias, estas trazem consigo a tentativa de síntese entre movimentos sociais de caráter “reivindicatório” e “propositivo”, principalmente porque entra em cena a captação de recursos para a efetivação das ações no setor (PAIVA, 2006).

Nesse mesmo ano de 2005, surge o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), gerenciado pelo Banco do Nordeste, com base na metodologia dos fundos rotativos solidários, sendo pretensão deste estudo avaliar os impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais observados a partir da aplicação dos referidos recursos, na AMA/Budeg'AMA, empreendimento de economia solidária sediado em Fortaleza.

2.1.3 Os fundos rotativos solidários

Antes de adentrar nos conceitos de fundos rotativos solidários, trazemos ao debate as ideias de Marcel Mauss, oriundas do seu trabalho “ensaio sobre a dádiva”, de 1924, no qual ele já fala de uma economia moral, baseada na dádiva, existente nas sociedades antigas por ele estudadas. No referido Ensaio, o autor põe em confronto essa dita economia da dádiva, à economia mercantil, que se fundamenta no lucro e na competição, demonstrando a importância dos laços de reciprocidade para o tecido social e chamando atenção para o equilíbrio que deve haver entre competição e moralidade nas sociedades ditas civilizadas (GONÇALVES 2010, p.226).

Caracterizados como instrumentos de finanças solidárias, os fundos rotativos solidários são recursos a fundo perdido, direcionados a empreendimentos que praticam a autogestão e que têm por objetivo formar uma poupança, para, a partir daí, reinvestir parte dela em favor da própria comunidade (Relatório Final de Execução – PIBIC/CNPq/UFPB – 2009/2010).

Como será visto adiante, e segundo Mota (2009), os fundos rotativos solidários são instrumentos de finanças solidárias praticados há décadas no Brasil e que têm por sistemática fornecer às comunidades que trabalham de forma solidária uma alternativa de investimentos que devem ser recuperados e aplicados em benefício da própria comunidade e de suas famílias (MOTA, 2009).

A literatura sobre os fundos rotativos solidários registra várias definições. De acordo com GONÇALVES -SANTOS FILHO, 2010 (2010, p. 7), “os fundos rotativos solidários retratam os interesses e a solidariedade que permeiam as relações sociais de grupos produtivos e se tornam valioso instrumento de geração de renda, distinguindo-se com metodologia baseada na prática de finanças populares”.

Segundo Heck (2007),

fundos rotativos solidários são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionadas às comunidades que em tese praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e decidem (re)investir parte desta em prol da própria comunidade. Estes podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo.

De acordo com Duque e Oliveira (2007, p. 1), “os fundos rotativos solidários têm como pressupostos básicos a cooperação e o envolvimento a partir de laços de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos”. Daí por que os recursos devem servir a todos e ser compartilhado entre todos.

Ainda sobre fundos rotativos solidários, Santiago (2007, p. 79), assim pronuncia:

Os fundos rotativos solidários têm a função de resgatar a base produtiva das comunidades organizadas, viabilizando projetos econômicos que têm a marca da segurança alimentar, da organização solidária, e tem resgatado a produção, a convivência com o semiárido de vastos segmentos da população organizada no Nordeste do Brasil.

Como se percebe, e embora se encontrem várias definições sobre fundos rotativos solidários, verifica-se que elas se aproximam umas das outras, bem como se assemelham com a proposição da própria vida institucional do BNB, no contexto do PAPPS.

Sobre a metodologia dos fundos rotativos solidários aplicada pelo BNB na administração do PAPPS, assim entende a instituição:

É a metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, gerenciados por organizações sem fins lucrativos, considerando formas flexíveis e retorno monetário ou de equivalência por produto ou serviços, dirigidas ao atendimento de comunidades ou grupos comunitários que adotem princípios de participação e convivência solidária (BANCO DO NORDESTE, 2010, p. 2).

Historicamente, a prática de fundos rotativos solidários possui uma longa trajetória no Brasil, mas, somente a partir dos anos 1980, por iniciativa da Igreja Católica, sobretudo por meio das pastorais sociais, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), na Paraíba, a proposta ganhou força ao recomendar alternativas de desenvolvimento comunitário com base nas necessidades e práticas culturais locais, cuja mobilização teve início com a problemática da água (GONÇALVES, 2009).

Com base nessa prática, as comunidades se associavam para disponibilizar e gerenciar recursos que atendessem a suas necessidades, e tais recursos eram compensados com a troca por outros produtos, a exemplo de galinhas, porcos, cabras e sementes (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2010).

Vale destacar que, além da lógica financeira que perpassa os fundos rotativos solidários, a sua metodologia e seus objetivos vão além desse raciocínio, tendo o papel de robustecer e revigorar experiências que já existem, fortalecendo as associações e cooperativas produtivas, possibilitando-lhes alcançar autonomia em relação às práticas demagógicas exercidas pelos governos constituídos (GONÇALVES, 2009).

Segundo Heck (2007), dessa experiência nasceu a ideia de disponibilizar recursos não reembolsáveis e fazer desembolso sem burocracia, para que outras experiências de fundos rotativos solidários pudessem ser viabilizadas (HECK, 2007).

Para Duque e Oliveira (2007, p. 1), “os FRS baseia-se na cooperação dos atores envolvidos, a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos.” Tais recursos circulam na própria comunidade, e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, que levam qualquer agricultor a compartilhar água de beber porque “no sertão, água não se nega”, ou ainda criar seus animais em áreas de pastagens comuns, os fundos de pasto.

A partir dessa metodologia, surgiram os Projetos Alternativos Comunitários (PAC), que consistiam em pequenas iniciativas produtivas de desenvolvimento de infraestrutura comunitária, financiadas com recursos da cooperação internacional, executadas por famílias e grupos da própria comunidade, com a ajuda de voluntários (SCHMIDT-RAHMER, 2007).

Os fundos rotativos solidários registraram acentuado crescimento a partir de 1990. O primeiro FRS surgiu em 1993, gerido pela Articulação do Semiárido (ASA), no município de Soledade, na Paraíba. Com foco na construção de cisternas de placa e outras estruturas comunitárias, o FRS da ASA tinha como objetivo maior o manejo e o cuidado com a água, e obteve o compromisso de cada família de contribuir para um fundo comunitário por meio do pagamento de parcelas em valores equivalentes aos recebidos, para possibilitar que outras famílias tivessem acesso aos recursos hídricos. Os resultados foram benéficos, tendo a prática se espalhado por várias comunidades do sertão paraibano, beneficiando 140 municípios e aproximadamente 18 mil famílias, conforme dados de 2007. (SCHMIDT-RAHMER, 2007).

Considera-se que a economia solidária, por meio do FRS, possui dimensões de atuação em que são centradas suas ações: a atuação socioeconômica, que deve motivar para um desenvolvimento territorial sustentável, solidário e voltado ao bem viver, direcionado para o cumprimento

dos elos da cadeia: produção, beneficiamento e comercialização; a dimensão política, que pressupõe a existência de semelhantes interesses, bem como deve levar à partilha solidária de bens e resultados, incluindo a autogestão, em que deve haver comprometimento e participação; e a dimensão ambiental, que remete para uma produção que respeita o meio ambiente e ao consumo consciente, de modo a preservar os laços afetivos da comunidade com a natureza (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012 p.4).¹⁶

Mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, os fundos rotativos solidários se viabilizam por meio de empréstimos com prazos de reembolso mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012).

Definidos como instrumentos de finanças solidárias, que mobilizam recursos monetários e não monetários, os fundos rotativos solidários são destinados à promoção de atividades produtivas e reprodutivas da base comunitária e solidária, dirigida ao atendimento de comunidades ou grupos comunitários, visando à superação da pobreza e da desigualdade (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012).

Embora as experiências de empreendimentos que utilizam a metodologia dos fundos rotativos solidários tenham demonstrado que é possível uma economia diferente, em que pessoas se associam, não somente por serem menos favorecidas economicamente, mas pelo sentido de vida que encontram no desempenho de sua atividade, é necessário ressaltar que a busca por uma renda digna e a manutenção do empreendimento no longo prazo ainda constituem grandes desafios para os que optam por essa forma de trabalho.

¹⁶ Como se verá, essas dimensões serão as bases de nossa pesquisa avaliativa dos fundos rotativos solidários.

2.2 A trajetória da economia solidária no Banco do Nordeste: estrutura e funcionamento

A economia solidária passou a fazer parte das políticas públicas do BNB a partir de 2003, quando, por ocasião da realização de seminário sobre políticas públicas de economia solidária, o professor Paul Singer, secretário da Senaes, esteve na sede do Banco do Nordeste, ocasião em que lançou o desafio para que o banco pudesse, de forma mais efetiva, implementar ações voltadas para esse campo (MOTA, 2009).

Em reforço ao que foi citado por Mota, transcreve-se depoimento de um gestor do Banco que relata esse momento:

Então, ainda resgatando um pouco da trajetória, em 2003 é criada a Senaes, naquele momento assume o professor Paul Singer, que havia sido professor do então presidente do Banco do Nordeste, que era o professor Roberto Smith; aí o professor Paul Singer faz o desafio ao Banco do Nordeste de apoiar a economia solidária. Desafio aceito, foi elaborado já um programa, que foi chamado de uma etapa antecipatória, ou módulo antecipatório, e tomou o nome de Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. Veja aí que não existe a palavra economia solidária no título do programa, mas isso foi uma estratégia, no sentido de que, como era uma novidade, não quis criar tantas arestas assim; pra ter um convencimento melhor, mais tranquilo, optou-se por não colocar no nome do programa de economia solidária (b3).

Apesar de a implementação de políticas públicas de economia solidária no âmbito do Banco só vir a acontecer a partir de 2003, com a estruturação do PAPPS, de acordo com Mota (2009), desde a última década do século passado, as experiências brasileiras de economia solidária vêm se multiplicando, e sua visibilidade começou a crescer, trazendo consigo a necessidade de serem desenhadas políticas públicas para apoiar demandas advindas dos diversos fóruns em que a economia solidária era discutida, a exemplo do Fórum Social Mundial, de 2001 (MOTA, 2009).

No ano seguinte, de 2002, por ocasião do II Fórum Mundial Social, um dos maiores eventos foi a realização da Conferência de Economia Solidária, cujo principal objetivo consistiu em preparar uma equipe encarregada de estruturar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e lançar o

documento “Princípios da Economia Solidária”, para orientar os movimentos organizados nos diversos estados brasileiros (MOTA, 2009).

No início de seu governo, e atendendo a reivindicações dos movimentos sociais, manifestadas nos diversos fóruns, em 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, cujo principal papel é implementar empreendimentos solidários, e nomeia para secretário o professor Paul Singer (MOTA, 2009).

Como já citado, nesse mesmo ano de 2003, o BNB, em parceria com a UFC e a Senaes, realiza o Seminário “Economia Solidária e Políticas Públicas para o Nordeste”, o que desencadeou, a partir daí, a participação mais efetiva do banco no campo da economia solidária, evoluindo para a criação, em 2003, do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), com o objetivo de fortalecer e ampliar a capacidade operacional dos projetos produtivos solidários existentes na região Nordeste, apoiando iniciativas solidárias, socializando e divulgando metodologias inovadoras de gestão (BANCO DO NORDESTE, 2005).

Com sua estrutura delineada pelo Banco, mediante regulamentação contida na Resolução nº RD/5.162, o Banco passa a disponibilizar recursos não reembolsáveis para o PAPPS, oriundos do FDR, com a finalidade de apoiar instituições que utilizam a metodologia de fundos rotativos solidários em seus projetos associativos e comunitários situados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Dessa forma, a instituição passa a apoiar programas e projetos sociais que visem prestar assistência técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefícios para as populações da sua área de atuação e financiar atividades ou programas específicos ou pesquisas voltadas para o fomento da economia do Nordeste (LIMA, ano 2008).

A aplicação dos recursos oriundos do FDR pode ser realizada mediante contratos de empréstimos ou de assistência, e poderão ser feitos a “fundo perdido”, tendo como prioridade a aplicação em projetos no campo da

economia solidária, em que são vivenciados a participação, a autogestão e o desenvolvimento local (LIMA, ano 2008).

Nessa perspectiva, segundo Santos Filho (2011), cabe ao Banco do Nordeste, por meio de seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), as seguintes funções: a) operacionalizar a política para o apoio a projetos de pesquisa e difusão de natureza econômica e tecnológica, e a projetos de socioeconomia solidária; b) colaborar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e de programas de desenvolvimento; e c) a aplicar e gerir os recursos previstos em fundos oriundos de percentuais do lucro do BNB, a saber (SANTOS FILHO, ano 2010):

- Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), direcionado para a pesquisa e difusão de tecnologias inovadoras de convivência com o semiárido;
- Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase), utilizado em eventos do tipo: seminários, congressos, palestras, feiras de economia solidária, exposições etc, com finalidade de intercâmbio de novos conhecimentos, produtos e processos;
- Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), voltado para o apoio a projetos de treinamento, capacitação e qualificação profissional, experiências de processos de gestão e produção, organização da produção em empreendimentos produtivos solidários.

Assim, a expectativa, principalmente com os recursos do FDR destinados ao PAPPS, é que as comunidades que praticam a economia solidária possam se desenvolver, gerando emprego e renda, além de fortalecer a identidade cultural, como parte integrante do desenvolvimento local (BANCO DO NORDESTE, 2010).

O programa tem também por objetivo colaborar para que os atuais beneficiários do Programa Bolsa Família, encontrem uma porta de saída para uma vida melhor, descobrindo o potencial existente no lugar em que vivem (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Assim, com a operacionalização do PAPPS a partir de 2005, e mediante convênio com a Senaes, o Banco do Nordeste fez parcerias para a

execução do Programa, apoiando organizações que operam com fundos rotativos solidários (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Nesse sentido, em abril de 2005, o Banco em parceria com a Senaes e a Rede de Socioeconomia Solidária (RSE), lançou o primeiro edital público do PAPPS, com o intuito de selecionar projetos de economia solidária para serem apoiados com recursos do programa. Em janeiro de 2008 e julho de 2010 foram lançados outros editais para toda a Região Nordeste, e em julho de 2011 foi lançado um edital para a Bahia (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Para que uma entidade possa concorrer, seus projetos devem ser elaborados levando em conta as especificidades da economia solidária e dos fundos rotativos solidários, destacando-se: a) cooperação, no sentido de que entre os pleiteantes haja objetivos comuns e partilha dos resultados e das responsabilidades sobre eventuais ônus; b) grupos que pratiquem a autogestão, método participativo de processo de trabalho, com definições e decisões tomadas coletivamente; c) atuação econômica capaz de motivar e agregar recursos e pessoas para a organização da produção, beneficiamento, comercialização e consumo, permeadas pelo crédito; d) solidariedade expressa na justa distribuição dos resultados, capaz de levar os participantes a uma melhoria de vida, envolvendo-os nos movimentos sociais e emancipatórios; e) respeito aos recursos naturais, produzindo sem gerar impactos negativos, mas, ao contrário, respeitando a natureza (BANCO DO NORDESTE, 2010).

E, ainda, que promovam relações solidárias e demonstrem práticas de desenvolvimento local; pratiquem ações de preservação ambiental nas atividades produtivas, além de promover a cidadania; sejam projetos de economia solidária e trabalhem com fundos rotativos solidários, voltados para as áreas de segurança alimentar, desenvolvimento rural e urbano e convivência com o semiárido; quantifiquem a geração de trabalho e renda e condições de sustentabilidade e capacitação (BANCO DO NORDESTE, 2010).

O processo de seleção acontece a partir da disponibilidade dos recursos, compreendendo várias etapas, conduzidas pelo comitê gestor, responsável pela escolha dos projetos com base no mérito, na relevância, na estrutura proposta, no orçamento, na qualificação da equipe que vai executar e

na diversidade de práticas econômicas e instâncias territoriais (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Portanto, a escolha e a seleção dos projetos aptos a receber os recursos fica a cargo, não somente do Banco do Nordeste, mas também do comitê gestor, composto por representantes das seguintes entidades: BNB, Senaes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Cáritas Nacional, Articulação do Semiárido (ASA), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e Mutirão para Superação da Miséria e da Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) (BANCO DO NORDESTE, 2010).

A esse comitê gestor competem atribuições como: a) definir as estratégias e a operacionalização dos programas; b) definir critério de seleção dos empreendimentos a serem beneficiados com os recursos; c) analisar e encaminhar ao BNB os projetos selecionados e que obterão os recursos; d) coordenar o processo de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização do programa; e) definir estratégias com a finalidade de implementar políticas públicas de fundos rotativos solidários em empreendimentos de economia solidária em todo o território nacional (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Compete, ainda, ao comitê gestor acompanhar a realização do projeto, acessando informações e visitando o empreendimento no local, a fim de fiscalizar o cumprimento das etapas programadas e a aplicação dos recursos (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Depois de avaliados os requisitos constante dos projetos, a entidade selecionada deve apresentar documentos que comprovem sua regularização junto ao Fisco, além de outros, como a carta-proposta de fornecedor dos equipamentos, caso os recursos a serem recebidos venham a ser utilizados para esse fim (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Verificou-se que nos dois primeiros editais, de 2005 e 2008, foram contemplados 50 projetos, totalizando recursos da ordem de R\$ 4,8 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões do BNB/FDR e R\$ 2,5 milhões da Senaes. No edital de

julho/2010, foram conveniados mais 15 projetos, perfazendo recursos da ordem de R\$ 6,3 milhões.

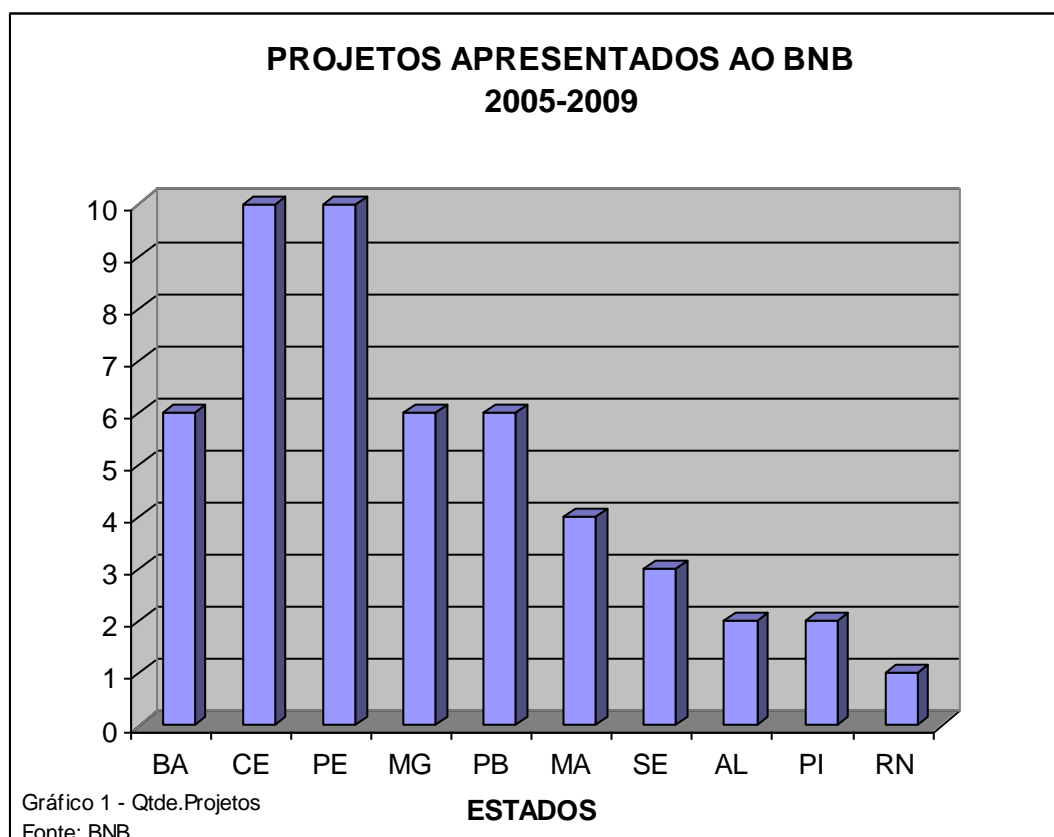
Com o edital de 2011, de R\$ 1 milhão para a Bahia, somado a outras contratações, atinge-se a cifra de R\$ 8 milhões, distribuídos por mais de 84 projetos. Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, concentram 61% das aplicações, de acordo com informe técnico do BNB/Etene, consoante Tabela 1.

Tabela 01 ¹⁷ – PAPPS – DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO – 2005 A 2011										
UF	2005 a 2009		2010		2011 (*)		2005 a 2011			
	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	%	Valor (R\$)	%
BA	6	589.850,00	2	231.750,00	11	1.119.745,00	19	22,6	1.941.345,00	24,0
CE	10	989.003,00	3	279.990,00	4	340.222,00	17	20,2	1.609.215,00	19,9
PE	10	1.012.395,00	2	237.650,00	2	116.295,15	14	16,7	1.366.340,15	16,9
MG	6	572.195,00	2	160.000,00	1	120.000,00	9	10,7	852.195,00	10,5
PB	6	477.913,00	2	157.524,78	1	119.141,32	9	10,7	754.579,10	9,3
MA	4	393.228,00	1	120.000,00	0	0,00	5	6,0	513.228,00	6,3
SE	3	335.000,00	0	0,00	0	0,00	3	3,6	335.000,00	4,1
AL	2	170.000,00	1	120.000,00	0	0,00	3	3,6	290.000,00	3,6
PI	2	200.000,00	1	65.250,00	0	0,00	3	3,6	265.250,00	3,3
RN	1	70.000,00	1	100.247,85	0	0,00	2	2,4	170.247,85	2,1
TOTAL	50	4.809.585,00	15	1.472.412,63	19	1.815.403,47	84	100,0	8.097.401,10	100,0

Fonte: BNB/Etene (julho/2011)

Os dados da Tabela 1 levam a concluir que no período entre 2005 e 2009, Ceará e Pernambuco foram os estados que apresentaram maior número de projetos (20, ao todo), consoante Gráfico 1, razão pela qual receberam maior volume de recursos, de R\$ 989.003,00 e R\$ 1.012.395,00, respectivamente.

¹⁷ A tabela traz a aplicação dos recursos do PAPPS entre 2005 e 2011.



Comparando-se o total de recursos despendidos entre 2005 e 2009 com o montante liberado no biênio 2010/2011, observa-se que somente para atender aos 34 projetos contemplados nesses dois últimos anos foi aplicado valor correspondente a 68,3% daquele despendido para atender aos 50 projetos selecionados nos primeiros cinco anos.

Se, em apenas dois anos (2010 e 2011) o valor aplicado representa quase $2/3$ do montante liberado nos cinco anos anteriores, isso pode demonstrar a necessidade de aumento dos recursos em relação à demanda.

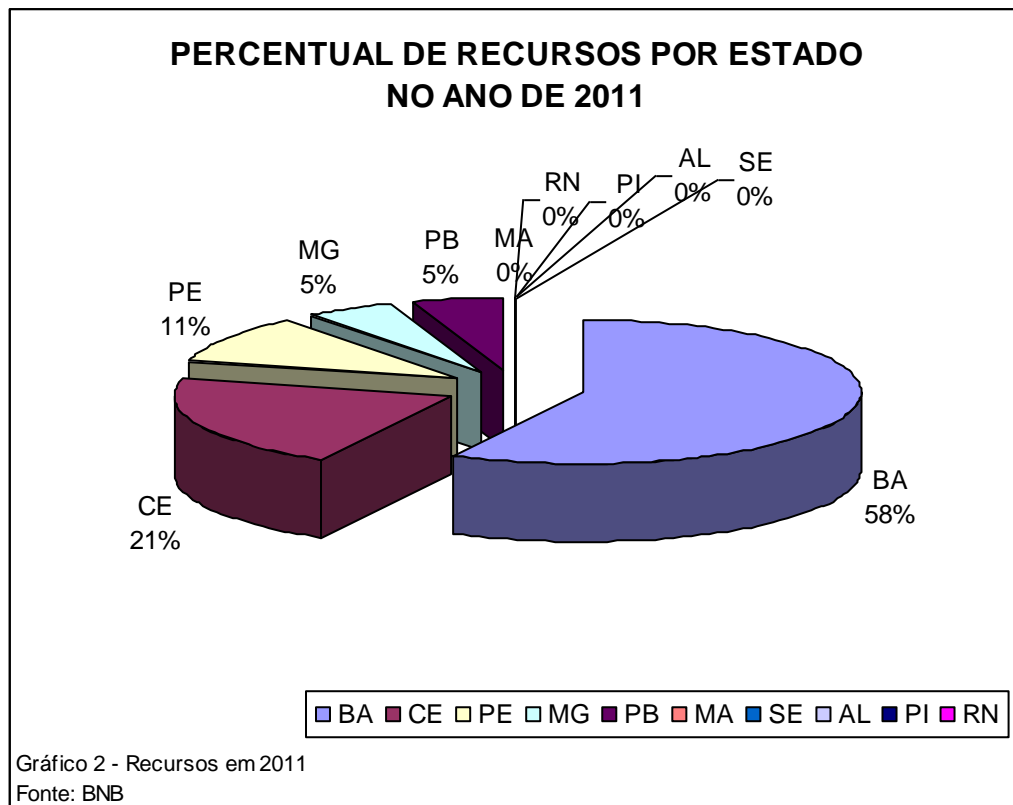
Sobre isso, colaciona-se a manifestação de dois representantes do BNB, registrada por ocasião de entrevista em profundidade. O primeiro depoimento, conforme pode ser visto adiante, embora aponte que o montante de recursos não é suficiente, sintetiza dizendo que dá para realizar trabalhos comunitários e que, a partir dele, as comunidades devem buscar outros recursos, ou outras fontes:

“Olha, nós temos um fundo que não é tão grande, seis milhões em 2011, e em 2012 oito milhões e meio. É um recurso que não é tão grande, mas eu acho que dá pra se fazer algo que desperte nessas pessoas um trabalho comunitário, um trabalho solidário, e a partir daí se alavancar outros recursos. Na realidade o Banco sabe que não dá para atender toda a demanda da região, pois sabemos que o recurso é escasso, por isso priorizamos projeto que tem maior impacto para as famílias, e a partir desse recurso a gente mostra que eles podem buscar outras fontes e com isso ter mais projeto financiado”. (b2)

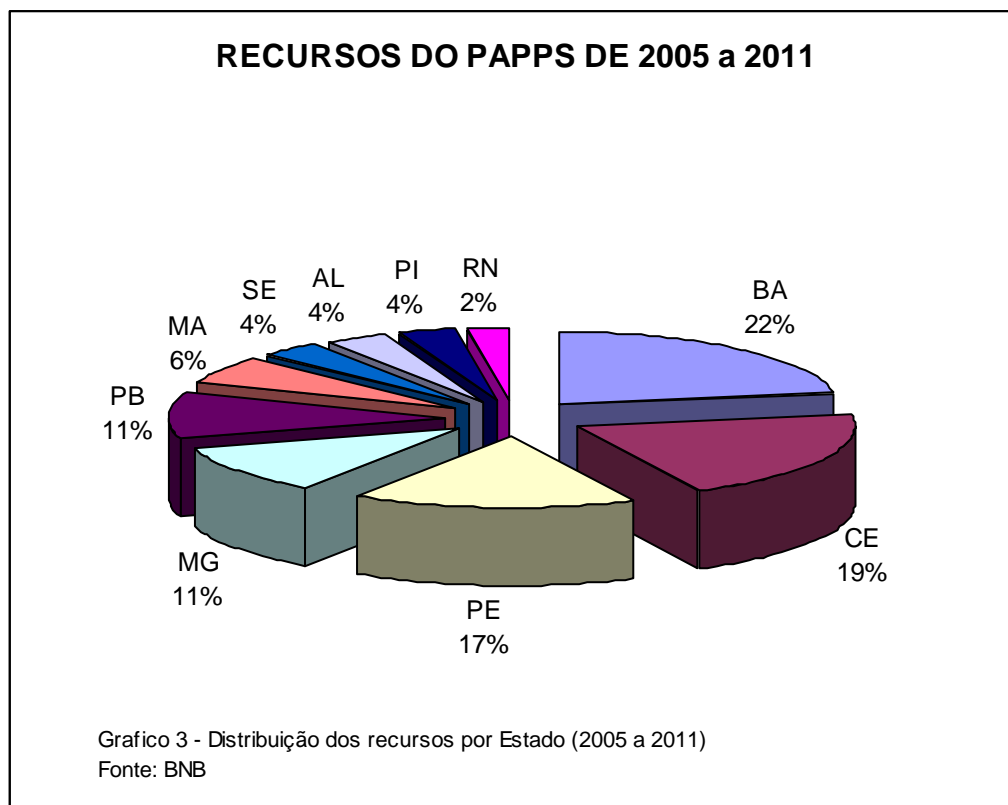
O segundo, embora percebendo que os recursos do BNB para esses empreendimentos tenham crescido nos últimos anos, admite que ainda existe demanda reprimida, e que o BNB vem tentando novo aporte junto ao Governo Federal, senão vejamos:

“A aplicação dos recursos, muito embora venha numa crescente, nós percebemos que existe uma demanda não atendida ainda de certa forma acentuada, e o banco vem tratando disso junto ao governo e também aos movimentos sociais, como uma forma de trazer uma fonte de recursos e que a gente consiga alavancar mais ainda esses recursos que o banco vem aplicando”.(b1)

Outro dado da Tabela 1, replicado no Gráfico 2, a seguir, e que merece destaque, é o fato de que entre 2005 e 2011, apenas cinco estados apresentaram projetos (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco), sendo destinados R\$ 1, 8 milhões, o que pode denotar pouca estrutura ou ausência de empreendimentos ou projetos nos demais estados.



O Gráfico 3, a seguir, mostra os recursos aplicados pelo PAPPS no período de sete anos (2005 a 2011), totalizando mais de R\$ 8 milhões, distribuídos por estado. Referido gráfico denota que os empreendimentos situados na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e Minas Gerais são os que mais conseguem apresentar projetos e, conseqüentemente, receber maior volume de recursos.



Entre os projetos apoiados pelo PAPPS em 2008, destacam-se a destinação de recursos para a formação do fundo rotativo solidário da Rede Bodega, nos municípios de Aracati, Fortaleza, Sobral e Tianguá.

Como integrante da Rede Bodega, a AMA/Budeg´AMA recebeu parte desses recursos, para ser utilizada na criação do fundo rotativo solidário destinado a fomentar a produção e comercialização, cujos impactos foram objeto de nossa pesquisa avaliativa.

O Quadro 6, a seguir, mostra uma síntese dos projetos apresentados ao BNB em 2008, entre os quais se inclui o projeto Rede Bodega.

PROJETOS PAPPS /BNB - SENAES							
UF	ANO	FONTE	PROJETO	ENTIDADE PROPONENTE	LOCALIZAÇÃO PROJETO	OBJETIVOS	METAS
CE	2008	BNB/ SENAES	Fundo de Apoio à Cultura e à Economia Solidária – FACES	Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	Fortaleza	Criar FRS para reforçar as redes de economia solidária	1. Criar fundo solidário piloto para subsidiar novas experiências 2. Garantir apoio financeiro a 57 grupos culturais, em processos educativos e geração de renda 3. Reforçar as redes locais de economia solidária
CE	2008	BNB/ SENAES	Fundo Solidário Territorial - Fundo Rotativo Solidário para Manejo Agroecológico no Território de Itapipoca	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria do Trabalhador	Microrregião Itapipoca	Fundo Solidário para viabilizar unidades de produção e manejo agroecológico através de redes	Implantação de unidades de produção e manejo agroecológico da agricultura familiar (hortas orgânicas, apicultura, pequenos animais, quintais produtivos e sistemas agroflorestais), com gestão compartilhada
CE	2008	BNB/ SENAES	Mãos que Recriam Territórios Produtivos e Solidários – Economia Solidária no Semiárido do Ceará	Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social	Quixadá	Desenvolver FRS para empoderar pessoas do Bolsa Família	1. Emancipar 30 famílias de agricultores do Programa Bolsa Família 2. Apoiar 10 famílias urbanas do Bolsa Família na geração de trabalho e renda 3. Apoiar comercialização e intercâmbio da produção do FRS
CE	2008	BNB/ SENAES	Rede Bodega Constituinte Fundos de Produção e Comercialização Solidária	Cáritas Brasileira Regional do Ceará	Aracati/Fortaleza/ Sobral/ Tianguá	Fomentar ações de produção e comercialização através de FRS para Rede Bodega	Fomentar produção e comercialização dos grupos de comunidades através de fundos rotativos solidários da Rede Bodega: Bodega do Povo, Bodega Nordeste Vivo e Solidário e Budeg´AMA

Quadro 6 – Seleção de projetos do PAPPS
Fonte: Banco do Nordeste (2011)

Assim, a criação do fundo rotativo solidário na AMA/Budeg´AMA, em 2008, que teve como principal finalidade estruturar a produção e possibilitar a comercialização das atividades desenvolvidas, será motivo de nossa avaliação, mediante estudo de caso, a ser tratado no Capítulo 3.

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CASO: A REDE BODEGA E A AMA/BUDEG´AMA

Este capítulo mostra o estudo de caso da AMA/Budeg´AMA, empreendimento de economia solidária objeto da presente pesquisa avaliativa, onde se procura compreender o projeto Rede Bodega, criado em 2004, no Ceará, com a finalidade de formar uma rede que contribuísse para a estruturação da produção e da comercialização dos produtos de associações e cooperativas que praticam a economia solidária.

Para possibilitar o desenvolvimento do estudo de caso, foi necessário também conhecer esse organismo da igreja denominado Cáritas Regional do Ceará, que coordena o projeto Rede Bodega, bem como adentrar, de forma mais profunda, no empreendimento AMA/Budeg´AMA.

3.1 A Cáritas

Criada na Alemanha em 1897, a Cáritas é uma rede internacional gigantesca, que atualmente congrega 162 Cáritas nacionais, estando presente em mais de 200 países. (CNBB, ano 2006).

No Brasil, a Cáritas foi criada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1956, por Dom Hélder Câmara, e teve como primeiros objetivos fazer a articulação no país de todas as obras sociais da Igreja Católica e coordenar o programa de alimentos doados pelos Estados Unidos, por meio da CNBB. No Ceará, a ação da Cáritas teve início em 1958, passando a fazer parte da Arquidiocese de Fortaleza, a partir de 1967 (FORTE, 2008).

Como se percebe, a Cáritas Brasileira nasceu em um momento que encobria um projeto de dominação capitalista, mediante a ajuda de programas de alimentos que vinham dos Estados Unidos, conhecidos como “alimentos para a paz”, e ao qual Dom Hélder, na sua luta pela justiça social se referia dizendo que “a paz não se constrói com esmola”, o que gerava polêmica com

as principais autoridades do país, principalmente militares e empresários (CNBB, 2006).

Para Dom Hélder, “muito melhor do que receber aquela ajuda seria criar condições para que os pobres encontrassem oportunidades de se capacitar para prover suas carências e necessidades” (CNBB, 2006 p. 46).

Mesmo sabendo do pensamento contrário de seu fundador, a Cáritas desempenhou importante papel na distribuição desses alimentos, já que seus objetivos se resumiam em: 1) articular, no plano nacional, todas as obras sociais católicas ou de inspiração católica; e 2) planejar, executar e fiscalizar a distribuição de donativos norte-americanos ao povo brasileiro, por meio da CNBB (CNBB, ano 2006).

Em 1966, precavendo-se da possibilidade de diminuição e/ou desaparecimento dos programas de alimentos, a Cáritas resolveu redefinir seu papel, ocasião em que algumas Cáritas diocesanas passaram a criar fundos de reservas para que pudessem continuar a cumprir o seu primeiro objetivo, de articular, no plano nacional, todas as obras sociais católicas ou de inspiração católica, quando, realmente, os programas de alimentos fossem finalizados, o que viria a ocorrer em 1974, com o fim do referido programa (FORTE, 2008).

A Cáritas possui como principais eixos orientadores:

- a) a defesa e a promoção da vida humana, integrando-a à dos demais seres vivos;
- b) a mística e a espiritualidade ecumênica e libertadora, que consiste em implantar valores duradouros e que não passam, a partir dos excluídos da sociedade;
- c) a cultura da solidariedade, capaz de superar o individualismo reinante no mundo de hoje e grande causador das injustiças sociais;
- d) relações igualitárias de gênero, raça e etnia, que valoriza diferenças e faz com que haja entendimento e complementação solidária;
- e) protagonismo de excluídos, levando-os a ter a consciência de que somente eles podem transformar as situações de exclusão, deixar de ser coadjuvantes e ir à luta por seus direitos;
- f) projeto alternativo de sociedade solidária e sustentável, projeto capaz de promover a dignidade das pessoas, e para o qual o presente estudo volta seu foco (CNBB, 2006).

Daí em diante, não mais com a visão do assistencialismo, a Cáritas passa a vivenciar o que ela denomina de “caridade libertadora”, em que as pessoas são convidadas a se organizar e a participar de iniciativas que possam melhorar a realidade em que vivem, enfrentando juntos seus problemas, mas que, enfim, possam ser protagonistas de suas próprias histórias. Para isso, é de extrema importância que possam se sentir valorizadas, estimuladas, acreditem em suas capacidades de superar limites e façam valer seus direitos por meio de uma cidadania ativa (CNBB, 2006).

Hoje com um papel bem mais abrangente, de atuar também no desenvolvimento sustentável solidário, na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica, a Cáritas não deixou de lado o acolhimento a pessoas e comunidades em situação de emergência social, mas com a lição aprendida de que é importante agir nessas situações, sem, contudo cair no assistencialismo (CNBB, 2006).

Seus agentes trabalham junto aos excluídos, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a Cáritas brasileira orienta sua ação por quatro diretrizes institucionais: a) defesa e promoção de direitos humanos; b) incidência e controle social de políticas públicas; c) construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; e d) fortalecimento da Rede Cáritas (CNBB, 2006).

Com essa nova forma de atuar é que se acredita tenham nascido, em 1980, na Região Nordeste, mais precisamente no semiárido nordestino, os pequenos Projetos Alternativos Comunitários (PAC), a partir do Seminário “O homem e seca”, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aquele ano. E, em 1981, com o objetivo de disponibilizar auxílio técnico e financeiro às propostas de desenvolvimento local em diversas regiões do país, elaboradas pelas próprias comunidades, nasciam os fundos solidários (SCHMIDT-RAHMER, 2007; CNBB, 2006).

Os PACs foram as sementes do que hoje é denominado Economia Popular Solidária (EPS)¹⁸. Nesses mais de 30 anos, a Cáritas brasileira tem apoiado grupos (associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas), por meio de projetos socio-organizativos ou econômico-produtivos, baseados em formas de trabalho autogestionárias. E os fundos solidários tornaram-se uma das principais vertentes do movimento de economia popular solidária no Brasil.

No início, os recursos eram repassados geralmente por instituições de cooperação internacional, que não exigiam retorno. A partir da década de 1990, para que a ajuda não fosse encarada como mero assistencialismo, os próprios organismos de cooperação passaram a exigir uma contrapartida, ou seja, estabeleceram normas de devolução do valor repassado (SCHMIDT-RAHMER, 2007, p.16).

Isso, de certa forma, contribuiu para que passassem a ser adotados métodos e práticas capazes de convencer que os recursos não deveriam voltar aos organismos internacionais, mas que colaborassem para a formação de fundos locais a serem administrados pelas próprias comunidades, e que o retorno não acontecesse apenas por meio monetário, mas também em forma da troca de produtos, prestação de serviços, repasse de crias de animais, bancos de sementes, enfim, moedas sociais (SCHMIDT-RAHMER, 2007).

Com isso, ampliou-se o número de entidades, nacionais e internacionais que passaram a apoiar os fundos para pequenos projetos comunitários, destacando-se a Pastoral da Criança, o Instituto Marista de Solidariedade e as Obras Kolping. Essa interação das entidades propiciou um significativo fortalecimento dos PACs, não somente pela troca de informações, experiências, metodologias, formas de gestão e diálogo, mas também, e

¹⁸ Embora existam variações no nome, o presente trabalho escolheu tratar apenas como Economia Solidária. Sobre isso Noelle Lechat diz: "Para início de conversa, preciso enumerar os diversos nomes dados para o que identifiquei genericamente como economia solidária e, para tanto, vou apenas lista-los por ordem alfabética. Trata-se de cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã, economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, economia social, economia solidária, economia solidária e autogestionária, a outra economia, socialismo autogestionário, socioeconomia popular e solidária, socioeconomia solidária" (LECHAT, 2004, p. 106)

sobretudo, pela implantação de fundos solidários, muitos deles criados com recursos da própria comunidade, como foi o caso da Articulação do Semiárido (ASA) (SCHMIDT-RAHMER, 2007).

Segundo Mota (2009), com a maturação dos PACs e sua evolução para os fundos rotativos, a ação da Cáritas pode ser sintetizada no comparativo do Quadro 7, que faz um confronto entre economia capitalista, PACs e economia solidária, conforme apresentado no Seminário Nacional de Economia Solidária, realizado em Belém, no ano 2000 (MOTA, 2009).

Aspectos	Economia Capitalista	PACs	Economia Solidária
Lógica	Acumulação/ Lucro	Autossustentação Comunitária	Ampliação da Qualidade de Vida
Relações Internas	Patrão x Empregado	Distribuição Comunitária das Tarefas	Autogestão Cooperativa
Protagonismo	Representações Empresariais	Representações Comunitárias	Organizações do Movimento da Economia Solidária
Educação	Para a Competitividade Individual	Para a Solidariedade Comunitária	Para a Solidariedade em Rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista Predatório do Meio-Ambiente e das Pessoas	Promoção Humana Local	Desenvolvimento Sustentável
Políticas	Excludentes e Compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de Redes e de Suas Representações
Cadeia Produtiva	Rede de Competição e Exploração Monopolística	Subsistência Sem Articulação	Rede de Complementaridade Solidária

Quadro 7 – Comparativo entre economia capitalista, PACs e economia solidária
(Fonte: Bertucci; Silva, 2003, p. 70 apud Mota, 2009, p. 58).

Com a evolução dos PACs para projetos alternativos de economia solidária no Ceará, a Cáritas passou a executar uma política voltada para o cumprimento da missão, qual seja, de estar ao lado de empreendimentos que

precisam de apoio, a exemplo das associações e cooperativas, notadamente aquelas que praticam a economia solidária. E assim, em 2004, é criado, no Ceará, o projeto Rede Bodega, com a finalidade de apoiar a produção e a comercialização dos empreendimentos que praticam a economia solidária (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

Com a postura da Cáritas Regional do Ceará de se manter atualizada e atuante, frente à missão para a qual foi criada, o depoimento adiante, de uma de suas representantes, mestre em administração rural e desenvolvimento, reforça esse comportamento:

A economia solidária é um dos programas mais antigos que a Cáritas tem. Aqui no Ceará, a Cáritas Regional, que se estruturou em 1988, apesar de ter uma atuação ainda muito forte na linha mais de emergência, no sentido de apoiar os agricultores e agricultoras na resistência, de viver e de conviver com a seca nos períodos de estiagem, com doação de sementes, de ferramentas agrícolas para as pessoas permanecerem no campo, para evitar o êxodo rural, transformou-se em uma política voltada para geração do trabalho no campo. E na cidade também, nas periferias, começou-se um pouco a trilhar esse caminho de apoiar algumas iniciativas dos grupos mais vulneráveis. Aí, na década de noventa, vem essa fase mais promocional, onde a gente tenta repassar os recursos para as pessoas desenvolverem projetos produtivos: projetos de geração de trabalho e renda, mas quando a gente vem chegando nos anos 2000, 2001, 2002, o trabalho da Cáritas passa a ser no sentido de integrar esses grupos que estavam até então cada um na sua comunidade, de articular em rede, então vem toda a política no campo da economia solidária, da articulação dos grupos em redes, tanto redes de produção, que passavam por processo de formação, de intercâmbio de experiências, de conquistar políticas públicas (entrevista em profundidade, realizada na Cáritas Regional, em 19 de julho de 2012).

Nessa mesma linha, assim se expressa a educadora social e agente da Cáritas:

A Cáritas tem essa bandeira muito forte de Economia Solidária, da compreensão de economia, tanto no trabalho desenvolvido nos empreendimentos do urbano até o rural das questões agroecológicas, agricultura familiar, a agroflorestal a convivência com o semiárido tudo isso é compreendido, isso tudo é exercício de economia solidária (entrevista em profundidade, realizada na Cáritas Regional, em 8 de agosto de 2012).

Assim, como se percebe, em seu papel de órgão articulador, que atua no desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, a Cáritas encontra no projeto Rede Bodega uma forma de colaborar com as comunidades de economia solidária, dinamizando sua ação por meio da elaboração de projetos em busca de recursos, a exemplo do PAPPS, do Banco do Nordeste, acessado em 2008.

3.2 O projeto Rede Bodega

Em 2004, a Cáritas Regional do Ceará criou o projeto Rede Bodega, com o objetivo de fomentar as ações de produção e comercialização dos produtos dos grupos/comunidades, acompanhados por meio dos fundos rotativos solidários, com vistas à consolidação das práticas de economia popular solidária no Ceará.

As quatro unidades regionais da Rede Bodega constituem espaços de comercialização coletiva e autogestionária da produção, que nasceram a partir do contexto de enfrentamento das problemáticas comuns aos grupos produtivos, relativas às dificuldades de comercializar os produtos, frente ao mercado socioeconômico explorador e excludente (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010)

Funcionam sob a coordenação de lideranças escolhidas pela própria comunidade, e foram criadas para ajudar os trabalhadores e as trabalhadoras a levar sua produção ao mercado sem a interveniência dos chamados “atravessadores” (FORTE, 2008).

Constituem seus principais eixos: a) ser um movimento de ressignificação da prática comunitária das bodegas no Nordeste, em cujos primórdios estão os princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade; b) servir de referência para a comercialização justa e solidária, organizando os processos de produção e beneficiamento, e ao mesmo tempo mobilizando recursos de créditos para produção, comercialização e consumo; e, c) fortalecer o trabalho associado de homens e mulheres que exercem atividades voltadas para a agricultura familiar, artesanato, pequenas agroindústrias de

beneficiamento de produtos alimentícios, artesanatos diversos e prestação de serviços (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

No seu início, a Rede Bodega contava com a participação de 13 grupos. Dados de 2010 mostram que são 50 grupos associados, estabelecidos em 13 municípios das regiões do baixo médio Jaguaribe, litoral e região serrana do Limoeiro do Norte, Sobral e Tianguá. A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, em Aracati; pela Bodega do Povo, estabelecida em Tianguá; pela Associação das Mulheres de Ação (AMA Budeg´AMA), que atua no bairro Conjunto Esperança, da periferia de Fortaleza; e pela recém-criada Bodega Arcos, situada em Sobral (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

A Bodega Nordeste Vivo e Solidário funciona em dois pontos de atendimento, em Aracati e na Prainha do Canto Verde, onde são comercializados doces, castanhas, feijão, mel, ovos, queijo, rapadura, farinha e artigos de confecção e artesanato (FORTE, 2008).

A Bodega do Povo, implantada em Tianguá e transferida em junho de 2012 para Viçosa do Ceará, e a Arcos, de Sobral, comercializam produtos semelhantes aos ofertados em Aracati, muitos deles vindos da agricultura familiar. A AMA/Budeg´AMA, de Fortaleza, tem como foco a produção e comercialização de confecção e artesanato, destacando-se a coleção de bonecas.

Nesse formato, em 2008 a Rede acessou o crédito público ao ser aprovada na seleção feita pelo PAPPS.

O projeto “Rede Bodega: Construindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária” foi contemplado nessa seleção, com recursos da ordem de R\$ 119.829,00, para cumprir o objetivo de fomentar as ações de produção e comercialização dos grupos e comunidades acompanhados por meio de fundos rotativos solidários, vinculados à Rede Bodega (Bodega Nordeste Vivo e Solidário¹⁹, Bodega do Povo e AMA/Budeg´AMA), com vistas à

¹⁹ Inicialmente, a ideia era realizar um estudo comparativo entre uma comunidade urbana de economia solidária e outra rural. Assim, em setembro de 2010, foi feita uma visita à Bodega Nordeste Vivo e Solidário, de Aracati, para se conhecer o trabalho ali realizado. São mais de 50 grupos associados que produzem e comercializam suas mercadorias em lojas situadas em Aracati e Prainha do Canto Verde, além do intercâmbio com as demais unidades da Rede. Ao se perceber as inúmeras diferenças e as dificuldades a serem enfrentadas, resolveu-se centrar o estudo na AMA/Budeg´AMA, empreendimento urbano de economia solidária.

consolidação das práticas de economia popular solidária no Ceará, no período de agosto de 2008 a julho de 2010.

O projeto foi elaborado coletivamente, mas proposto e conveniado pela entidade Cáritas Regional Ceará, tendo como sujeitos a serem apoiados os grupos associados à Rede Bodega: grupos produtivos, associações, assentamentos, unidades familiares, diretorias e conselhos gestores das unidades da Rede; comissões e/ou grupos de trabalho de autogestão dos fundos solidários e grupos produtivos acompanhados pela Cáritas e parceiros.

Para o acesso aos recursos, os grupos produtivos elaboraram projetos ou planos de trabalho das suas atividades, com descrição de finalidades, orçamentos, prazos de execução e compromissos devolutivos. Assim, foram criados quatro fundos, descritos no Quadro 8.

Fundo Rotativo Solidário de Produção	Aplicado na compra de insumos, equipamentos e matérias-primas, sendo 100 % retornável
Fundo Fixo de Apoio à Produção	Aplicado na aquisição de equipamentos para iniciar e/ou ampliar a produção coletiva, com destinação final para custear gastos com espaços físicos e outros itens de logística
Fundo Rotativo Solidário de Apoio à Comercialização	Recursos destinados à comercialização entre os grupos e a Rede Bodega, disponibilizando adiantamentos aos associados que depositam a produção, variando entre 30% e 50 % do valor das mercadorias, sendo 100% retornáveis
Fundo Fixo de Apoio à Comercialização	Destinado à aquisição de equipamentos e outros materiais de infraestrutura e logística para a comercialização

Quadro 8 – Tipos de fundo solidário

(RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

As devoluções, previstas mediante planejamentos e acordos assumidos pelos produtores foram depositadas em contas-correntes bancárias específicas, possibilitando novos acessos, inclusive por novos produtores e grupos nas mesmas modalidades e critérios propostos na constituição inicial dos fundos para produção e comercialização, contribuindo, por conseguinte, para a rotatividade, sustentabilidade, autogestão e autonomia da Rede Bodega (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

Para a gestão social do projeto Rede Bodega, foi constituída uma comissão gestora, reunindo representantes da Rede Bodega e da Cáritas, que fez o acompanhamento e monitoramento das ações. Em cada unidade foi replicada uma comissão gestora, composta por grupos associados, representantes da diretoria e de entidades parceiras, com a realização de reuniões mensais e bimensais. Nesse contexto, deram-se a escolha de novos investimentos e a inclusão de novos grupos produtivos. Além das comissões, as unidades da Rede Bodega foram corresponsáveis pela autogestão, a partir dos próprios grupos e por meio de assembleias ordinárias, conselho gestor, conselho administrativo e comissões de fundos solidários.

Além disso, as trocas de experiências entre as unidades possibilitaram um aprendizado compartilhado, a partir da metodologia conhecida como Planejamento, Monitoração, Avaliação e Sistematização (MAPS), promovendo a dinamização da gestão dos fundos rotativos solidários, através de uma relação de maior proximidade, amizade, parceria, confiança e construção coletiva (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

A metodologia PMAS consiste em planejar a partir de um diagnóstico dos principais problemas e dificuldades, buscando sua solução. A prática se dá mediante oficinas de elaboração de projetos, reunindo as necessidades e as propostas das diferentes unidades da Rede Bodega, de acordo com suas realidades. Os dados colhidos nessa construção são sistematizados, formando o Plano Operativo Anual, de onde sairão as ações e projetos a serem encaminhados na busca de recursos (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

Segundo o Relatório do Projeto Rede Bodega (2008-2010), a metodologia PMAS promoveu uma dinâmica fundamental para o alcance de resultados concretos, destacando-se:

- na produção, comercialização e consumo solidário: aquisição de novos equipamentos, favorecendo a adoção de novas tecnologias, apropriadas ao sistema produtivo dos grupos associados, e processos de comercialização pelas unidades da Rede Bodega; e da comercialização da produção na própria comunidade, com o aumento do consumo dos produtos das unidades da Rede;
- nos fundos de finanças solidárias: as devoluções do fundo rotativo de produção possibilitaram que a AMA/Budeg'AMA atendesse a nove novos projetos, com valor total de R\$ 12.763,00, para aquisição de máquinas de costura, feita por meio de compra coletiva, garantindo um desconto maior no preço final dos equipamentos;
- na formação, articulação e intercâmbios: os intercâmbios em Santa Maria-RS possibilitaram diálogos com novas parcerias e redes de comercialização solidária, como o Instituto Marista de Solidariedade, a Rede Xique Xique, a Rede Justa Trama, a Rede Eco Vida, dando início a uma relação de proximidade e continuidade, a partir de reuniões de trabalho e troca de produtos e de informações (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010);

Segundo o Relatório do Projeto Rede Bodega, há indícios de que a partir desse projeto foi possível ampliar e consolidar as experiências das unidades da Rede como espaços fixos de comercialização coletiva e autogestionária, à medida que contribuiu com alternativas de sustentabilidade, a partir do exercício feito pelos diferentes sujeitos – grupos integrantes da Rede Bodega e entidades de apoio – na implementação de ações concretas vinculadas à construção de instrumentais, dinamização e autogestão dos fundos de produção e de comercialização solidária (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

Além disso, acredita-se que abriu espaços para novos grupos solidários passarem a comercializar seus produtos e fortaleceu a parceria entre

as demais unidades da Rede Bodega, favorecendo a geração e o aumento da renda dos grupos produtores, a segurança alimentar, a autoestima das famílias, a prática de agricultura familiar que adote tecnologias capazes de contribuir para a preservação da vida, da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, motivando-os para uma maior criatividade dentro do próprio processo de produção, participação e interação coletiva (RELATÓRIO PROJETO REDE BODEGA 2008-2010).

Embora tais impactos tenham sido evidenciados de forma institucional, pela própria Cáritas, esta pesquisa mostrou que os recursos oriundos do PAPPS contribuíram para a formação do fundo rotativo solidário da AMA/Budeg´AMA, possibilitando, a partir daí, a aquisição de máquinas de costura para as associadas.

3.3 A AMA/Budeg´AMA

Com o intuito de ratificar a seleção que havia feito para o projeto de sua pesquisa avaliativa, a autora passou a frequentar a AMA/Budeg´AMA, ainda em 2010, para conhecer mais de perto sua organização e seu funcionamento.

Assim, lá estive várias vezes, como observadora participante, conhecendo as nuances que envolvem o ofício das mulheres que a compõem, podendo, a partir daí, descobrir sua proposta de trabalho e, principalmente, a de emancipação que há por trás desse projeto.

Como observadora-participante, pôde, também, presenciar as reuniões que se realizam aos sábados, acompanhou o trabalho coletivo realizado na AMA, também aos sábados, acompanhou essas mulheres na feira de economia solidária realizada em junho/2012, bem como participou de uma reunião bimestral do projeto Rede Bodega, e, assim, compreendeu um pouco sobre o empreendimento, seu passado e planos para o futuro.

3.3.1 As origens

A Associação das Mulheres em Ação (AMA) foi criada em 1999, reunindo 22 mulheres da Região Metropolitana de Fortaleza e de bairros circunvizinhos ao Mondubim, a partir de um curso de alfabetização de adultos, ministrado e apoiado pela Cáritas Regional do Ceará.

Assim nasceu a AMA, de um sonho antigo de melhorar a renda dessas mulheres, dispostas a mudar o rumo de suas vidas. A amizade e a confiança entre elas foi crescendo e fazendo com que essa associação continuasse sua trajetória de 13 anos, focada na produção de confecções, tendo como diferencial o sonho de viver em um mundo melhor e mais justo.

O início, mais difícil, deu-se com a produção e a comercialização de confecções em espaço cedido por uma das associadas, que disponibilizou a sala de sua casa para a venda dos produtos, em 2007.

Sobre isso, a associada que ofereceu sua residência para ser o primeiro espaço de comercialização da AMA/Budeg'AMA relata:

Fiz um projeto né, pela casa bela, pra montar uma loja pra mim. E na época, assim que eu terminei lá a reforma, no outro mês a gente ocupou. Quando eu terminei a reforma, aí nós tivemos uma formação promovida pela Cáritas sobre gestão, e era com grupos, tava a AMA e outros grupos lá e durante a discussão sobre gestão a gente começou entrando na questão da comercialização. E a gente já tinha pensado que cada uma de nós produzia em casa e não tinha espaço pra comercializar, a não ser as feiras, quando tinha eventos, que a gente levava produtos. Mas a gente queria mesmo era um espaço. Não que fosse pra comercializar, uma loja, mas que fosse uma referência pras mulheres da AMA. Bem, tem produto x tá lá naquele espaço, o produto tava à disposição de quem procurasse o produto. Aí ficou, eu fiquei matutando, matutando... depois quando foi pra avaliar a reunião, depois que a Cristina veio, terminou a formação, a gente podia avaliar. Nos GTs, nos grupos de avaliação, né, aí eu joguei pros meninos; eu fiz a reforma, tenho o espaço, mas não tenho produto pra montar a loja. Porque era pra fazer a loja pra mim. Tenho meu espaço de trabalho e expor meu trabalho pra vender. Como eu não tenho produto agora, se vocês quiserem tá lá o espaço disponível. Aí cheguei pra família e... disse, quando eu digo uma coisa, bateu, tem que ser assim (risos). Nem tudo viu, eu perco mais do que ganho. Aí as meninas... eu senti que as meninas ficaram assim... "que negócio é esse?". Aí estava só rebocado, estava rebocado, não tinha forro nem tinha piso, estava só o piso morto. Aí nós passamos uma semana fazendo reciclagem, em uma semana nós viramos recicladoras, com carrinho de mão e tudo pra reciclar, vender reciclagem pra gerar capital pra fazer o piso e o

forro. E colocar uma porta que não tinha também. E algumas, e equipamento, uma semana de reciclagem e aí nós estruturamos a loja. Funcionou lá um ano: de 2007 a 2008. No começo da loja, a loja começou lá em casa. Pra mim era cômodo, e as meninas ajudavam com a minha energia, contribuía, porque a energia é da minha casa, né, aí contribuía. Primeiro, pra mim era bom porque não tinha, não tinha despesa. A única despesa que as meninas tinham, as meninas não, que nós tínhamos, era com quinze reais que elas pagavam pra pagar minha energia, que nesse tempo era barata. Só isso, e o rodízio era mesmo, tinha mais gente também, tinha o nosso acordo de convivência, tudo direitinho, tudo legal. Era ótimo lá, eu acho... só tinha um defeito, como não era corredor comercial, a gente vendia pouco. Era realmente aquilo que as meninas, que nós tínhamos pensado, era um espaço de referência. Lá estava o nosso produto, hoje não, hoje a gente tem mais venda, a gente vende aqui, mas lá pouco vendia porque não tinha passador de pessoas, não tinha. Aqui se você entra numa loja, aí você não vê, mas você entra na loja vizinha, e lá era só a minha, entende? Aí essa é a diferença. Pra mim era uma satisfação, eu estar ajudando o grupo e me ajudando também, ah, eu me achei o máximo. (risos) Eu me achei o máximo cedendo o espaço da minha casa pras minhas companheiras...

Se por um lado, a dificuldade de comercializar os produtos em uma sede distante do movimento de transeuntes foi obstáculo, conforme relatado pela associada que cedeu o espaço físico de sua casa, por outro, motivou as associadas a buscar uma outra sede, de preferência em local com movimento de pessoas e fluxo de vendas.

Assim, imbuídas desse propósito e com a necessidade de obter mais recursos para produção e encontrar meios para estruturar a comercialização, no mesmo ano de 2007, a AMA passou a fazer parte do projeto Rede Bodega, criado em 2004 pela Cáritas Regional do Ceará, adotando, a partir daí, o nome de fantasia Budeg´AMA – A Bodega da AMA, ou a loja da AMA, mudando-se, em 2008, para o espaço que hoje ocupa na Av. Contorno Norte, 1710, no Conjunto Esperança.

Assim, a AMA, por meio do projeto Rede Bodega²⁰, juntamente com as demais unidades da Rede, elabora projeto e participa, em 2008, de edital público lançado pelo BNB, a fim de obter financiamento do PAPPS. Com os recursos em torno de R\$ 12.000,00, a AMA/Budeg´AMA constrói seu fundo

²⁰ Projeto da Cáritas Regional do Ceará, criado em 2004, para viabilizar a produção e a comercialização dos produtos entre as unidades da Rede Bodega: Nordeste Vivo e Solidário, com dois pontos de funcionamento, em Aracati e Prainha do Canto Verde; Bodega do Povo, de Tianguá, transferida para Viçosa do Ceará em 2012; Bodega Arcos, de Sobral; e a Budeg´AMA, de Fortaleza.

rotativo solidário, para financiar a aquisição de máquinas de costura para suas associadas e a compra de matéria-prima para a produção de confecções e artesanato.

Com esse mesmo recurso, em 2008 a AMA/Budeg'AMA conseguiu alugar um espaço maior, de aproximadamente 20m², que, dividido por estantes, separa a produção coletiva (realizada uma vez por semana, aos sábados), da loja, em que as mercadorias produzidas são expostas e vendidas.

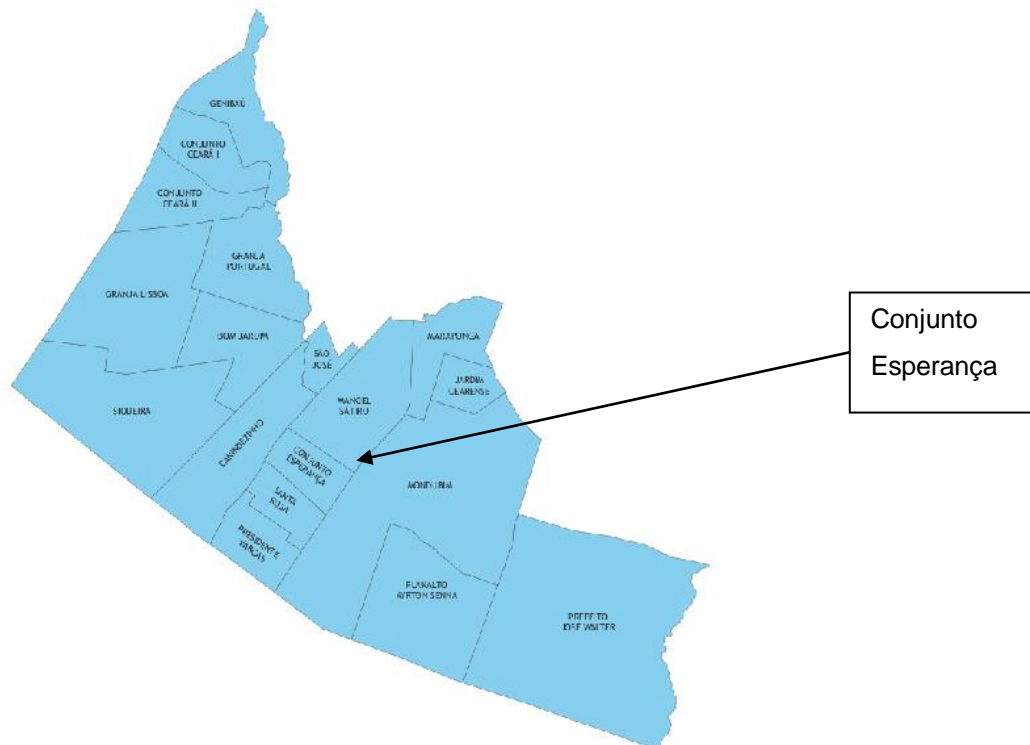


Foto 1 – Fachada da AMA/Budeg'AMA, em jan./2012

A AMA/Budeg'AMA está situada em uma das principais artérias do Conjunto Esperança, conforme pode ser visualizado nos mapas 2 e 3, na Av. Contorno Norte, 1710, e comercializa, além dos produtos confeccionados por sua associadas, os das outras três unidades da Rede Bodega (Aracati, Sobral e Viçosa do Ceará).



Mapa 2 – Território de Fortaleza, dividido por bairro, com destaque para o Conjunto Esperança



Mapa 3 – Território da Região V, dividido por bairro, com destaque para o Conjunto Esperança

Entretanto, a efetiva participação na AMA/Budeg´AMA requer um esforço adicional por parte de suas associadas, em atividades tais como: dar expediente na loja um dia por semana; participar, mediante rodízio, das reuniões mensais da rede de socioeconomia solidária; participar, em sistema de rodízio, de reuniões trimestrais da Rede Bodega promovidas pela Cáritas; produzir coletivamente, uma vez por semana (aos sábados); contribuir, quando necessário, com parcelas mensais para a manutenção das despesas de aluguel, água e energia da AMA/Budeg´AMA.

Assim, embora a AMA/Budeg´AMA signifiquem a mesma coisa, nem todas as associadas puderam ou quiseram contribuir para o funcionamento da loja. Dessa forma, a saída encontrada para que elas continuassem a fazer parte da Associação em suas diversas atividades, foi a de permitir que a produção individual dessas mulheres seja comercializada em eventos, a exemplo de feiras de economia solidária e similares, mas vedada na loja.

3.3.2 Perfil socioeconômico

Na pesquisa de campo, realizada por meio de observação direta ou observação participante, aplicação de questionários²¹ e entrevistas semiestruturadas, em maio, junho e julho de 2012, junto às associadas da AMA/Budeg´AMA, procurou-se traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres.

Para isso, buscou-se conhecer sua escolaridade, situação de moradia, vida profissional, renda recebida com o trabalho na AMA/Budeg´AMA, despesas, enfim, as condições de vida e do trabalho por elas realizado, bem como a utilização dos recursos do PAPPS para a composição do fundo rotativo solidário da própria associação.

A partir de entrevistas semiestruturadas, procurou-se aprofundar os dados quantitativos, de modo a se conhecer a visão de cada associada sobre

²¹ Por uma questão didática, o questionário foi dividido em dois blocos: no primeiro, foram abordadas questões objetivas, relacionadas ao perfil socioeconômico; o segundo bloco, composto de questões abertas, visou aprofundar sobre a participação de cada uma das mulheres na AMA e/ou na loja, bem como sobre sua visão acerca dos recursos recebidos do BNB e da contribuição desses recursos para a autossustentabilidade do empreendimento.

os recursos do PAPPS e as modificações, acaso percebidas, a partir de sua aplicação na AMA/Budeg´AMA, bem como sua importância para a manutenção do empreendimento.

a) Dados pessoais: estado civil e idade

Do universo das 10 mulheres entrevistadas, a maioria (70%) é casada, conforme Gráfico 4, e as idades variam entre 41 e 70 anos, com maior proporção (50%) na faixa acima de 60, conforme Gráfico 5, a seguir.

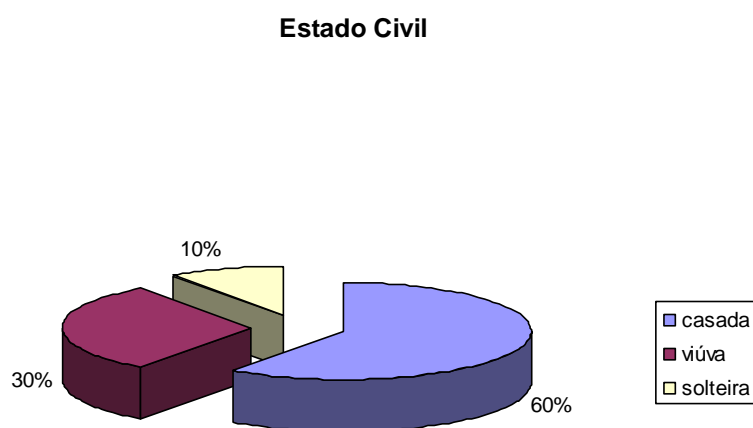


Gráfico 4 – Estado Civil (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

Idade

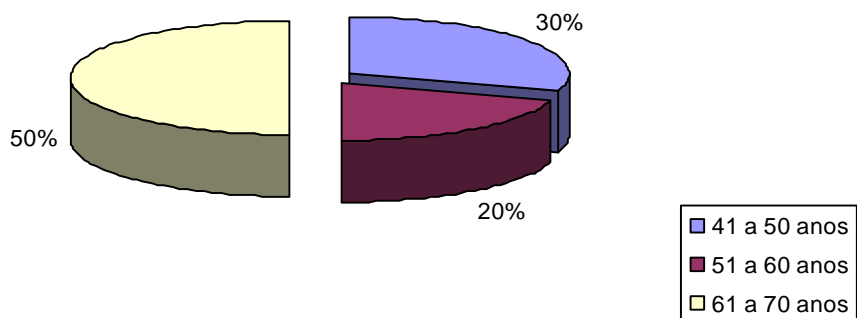


Gráfico 5 – Idade (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

b) Escolaridade

Em relação ao nível de escolaridade, percebe-se uma maior proporção (60%) no ensino médio (completo e incompleto), conforme ilustrado no Gráfico 6.

Nível de Escolaridade

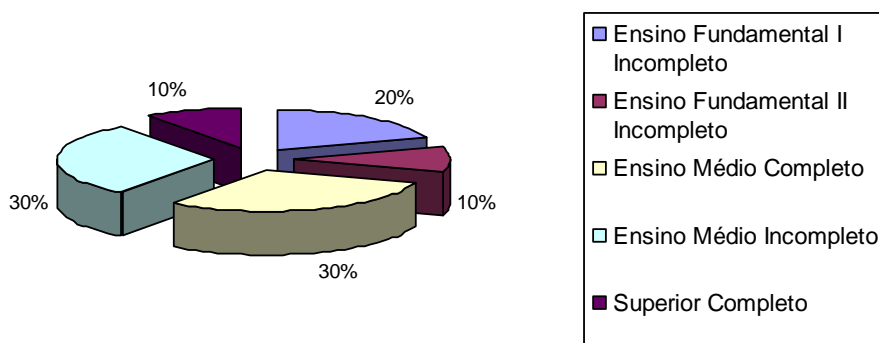


Gráfico 6 – Nível de Escolaridade (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

c) Educação

Perguntadas se ainda estudam, o resultado mostrou que 60% delas ainda frequentam cursos, seja do ensino formal, seja do informal, como mostra o Gráfico 7. Uma delas faz curso superior. Aquelas que não estudam (40%) alegam problemas de saúde, cansaço e o avanço da idade que impedem de continuar o estudo.

Estuda Atualmente

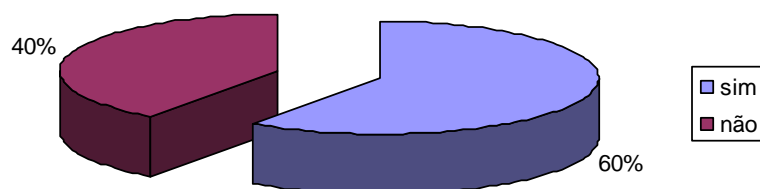


Gráfico 7 – Estudo Atual (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

d) Moradia

Sobre a situação de moradia, percebe-se que 70% das associadas possuem casa própria, adquirida bem antes de entrar na Associação, como demonstrado no Gráfico 8, a seguir.

Situação de Moradia

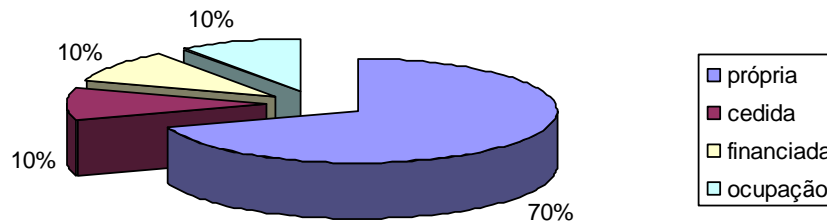


Gráfico 8 – Situação de Moradia (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

Com relação ao compartilhamento da moradia, as proporções são bem equilibradas: 40% moram com marido e filhos. Computando-se aquelas que moram com marido, filhos, netos, as que residem com marido, filhos e cunhados e aquelas que moram com marido, filhos e pais, a proporção sobe para 80%, como visualizado no Gráfico 9

Com quem mora

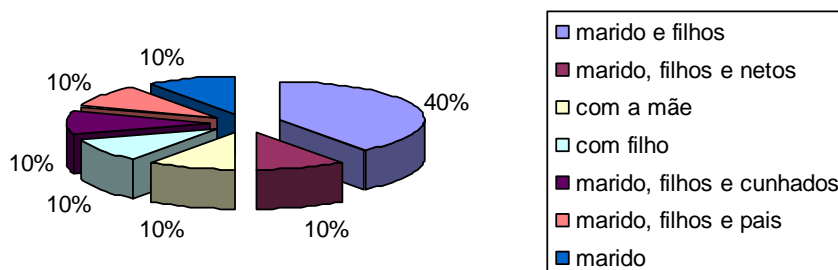
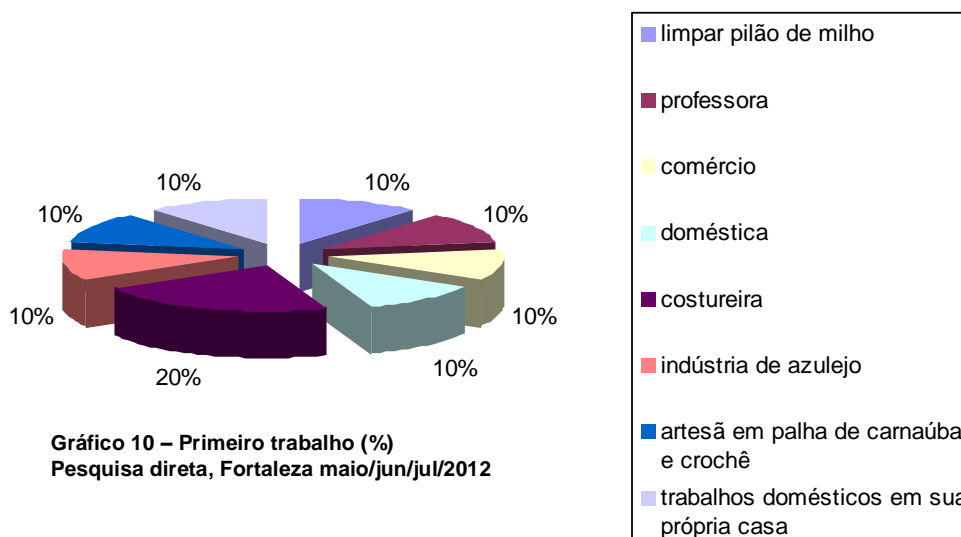


Gráfico 9 – Compartilhamento de moradia (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

e) Vida profissional – formal e informal

No item relativo ao início da vida profissional, mais precisamente ao primeiro trabalho, percebe-se um equilíbrio nas profissões, muitas vezes assumidas por conta da necessidade, como é o caso de uma associada que falou da dureza de “limpar pilão de milho” no Interior, como mostra o Gráfico 10.

Qual seu primeiro trabalho



O trabalho com carteira assinada, durante o período da vida laboral anterior à entrada na Associação, mostra que menos da metade (40%) teve carteira assinada, enquanto 60% delas nunca tiveram, seja por falta de oportunidade ou mesmo por opção, conforme gráfico 11, a seguir:

Trabalho anterior com carteira assinada

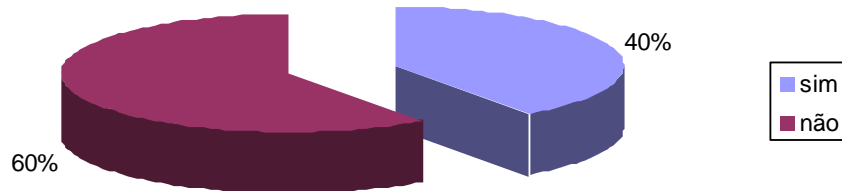


Gráfico 11 – Trabalho com carteira assinada (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

Com relação ao trabalho atual na Associação, 60% o realizam na própria sede da associação, enquanto os outros 40% trabalham em casa, como mostra o Gráfico 12, a seguir. Isso se justifica porque o trabalho na sede geralmente é realizado pelas mulheres que fazem parte da AMA/ Budeg´AMA. As 40% restantes trabalham em casa porque optaram por não comercializar seus produtos na loja, para não ter de contribuir com as despesas de aluguel, energia e água, o que comprometeria os ganhos, que não são muitos.

Onde realiza seu trabalho hoje

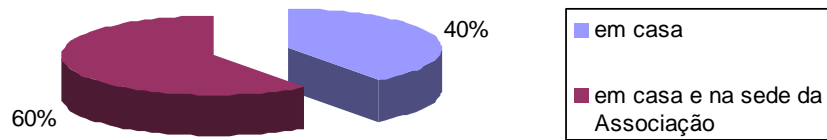


Gráfico 12 – Local de trabalho atual (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

Sobre a participação em outras atividades remuneradas, além do trabalho realizado na AMA/Budeg´AMA, 80% responderam não ter outra ocupação (Gráfico 13), demonstrando que a associação é o principal local de produção.

Desempenha outra atividade remunerada além da AMA/Budeg´AMA

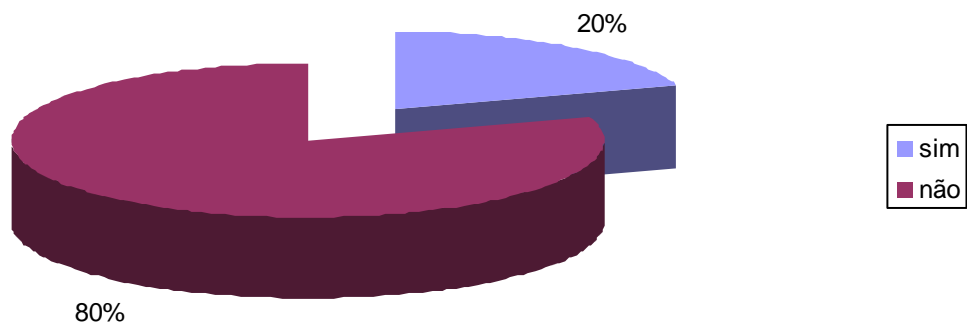


Gráfico 13 – Desempenha outra atividade além da associação (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

f) Renda com o trabalho na AMA/Budeg´AMA e renda familiar

Com relação à renda auferida com a atividade da Associação, 60% disseram que varia entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 mensais, como visualizado no Gráfico 14, significando um ganho ainda diminuto.

Renda obtida com o trabalho na AMA/Budeg´AMA

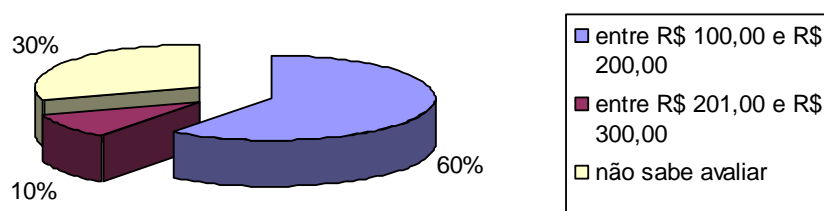


Gráfico 14 – Renda obtida com o trabalho da associação (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

Sobre a composição da renda da família, além daquela gerada pelo trabalho na AMA/Budeg´AMA, 70% informaram que o complemento para a manutenção da casa vem do marido, enquanto para as 30% restantes declararam que o complemento vem de pensão, no caso, as viúvas, conforme ilustrado pelo Gráfico 15, a seguir.

Composição da Renda além da AMA/Budeg´AMA

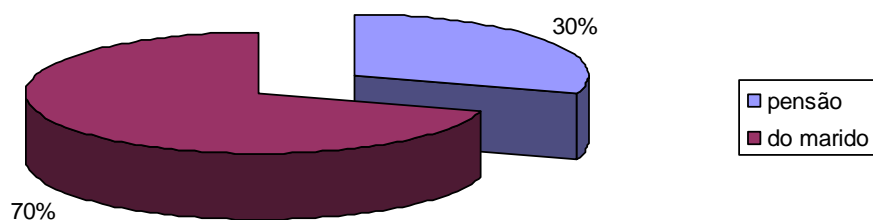


Gráfico 15 – Outra renda além da associação (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

g) Despesas mensais

No quesito relativo à despesa mensal, revelou-se que para 40% das entrevistadas as despesas se situam entre R\$ 501,00 e R\$ 700,00, enquanto para outras 30% oscilam entre R\$ 401,00 e R\$ 500,00, como mostra o Gráfico 16, a seguir.

Despesa Mensal

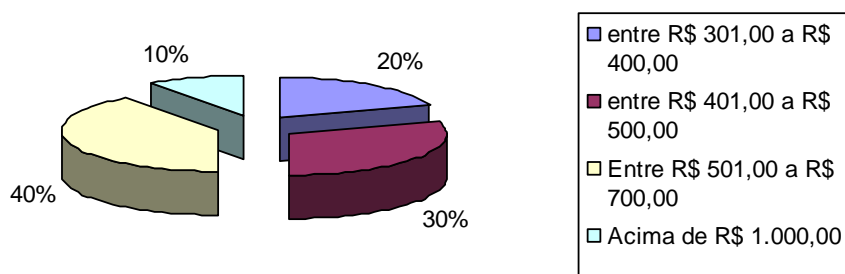


Gráfico 16 – Despesa mensal (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

h) Recursos utilizados para a produção

Indagadas sobre que recursos financeiros são utilizados para o desenvolvimento dos trabalhos, 62% das entrevistadas reconhecem que provêm do fundo rotativo solidário, financiado pelo Banco do Nordeste, enquanto 38% admitem que além de se beneficiar da mesma fonte, complementam com o resultado da venda de seus produtos, conforme ilustrado no Gráfico 17, a seguir.

Recursos Financeiros usados na produção

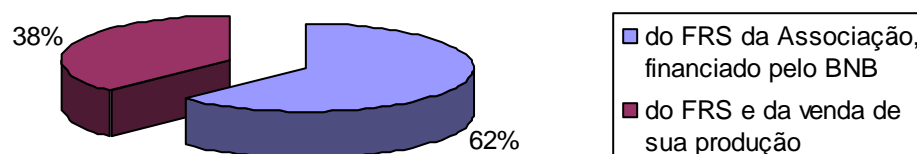


Gráfico 17 – Recursos financeiros despendidos na produção (%)
Pesquisa direta, Fortaleza maio/jun/jul/2012

i) Considerações preliminares

Os dados socioeconômicos até aqui analisados demonstram que o perfil das associadas é bem homogêneo, característico da própria associação, formada somente por mulheres que buscam uma chance de desenvolver suas aptidões em trabalhos manuais diferenciados, baseadas nos princípios da economia solidária, e que, ao mesmo tempo, procuram auferir uma renda decorrente desse trabalho.

São, em sua maioria, casadas ou viúvas, com idades variando entre 41 e 67 anos, e com escolaridade ao nível de ensino médio (completo e incompleto), embora uma delas se destaque por estar em cursando uma faculdade.

Mais da metade das associadas possui casa própria, adquirida antes mesmo de fazerem parte da associação, e suas vidas profissionais foram direcionadas para o trabalho informal, já que 60% nunca possuíram carteira assinada, algumas por dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, outras por opção, para não compartilhar com a “falsidade existente nas

empresas e nem entrar no rol dos empregados que são usados pelos patrões”, como se manifestou uma delas.

Assim, a entrada para a AMA, para a maioria (70%), aconteceu a partir do curso de alfabetização de adultos, ministrado pela Cáritas. Outras por meio de pastorais sociais da Igreja Católica ou movimentos da própria comunidade. Entrar para a associação foi a maneira encontrada para deixar para trás a vida “somente de dona de casa”, para vivenciar novas experiências e encarar novos desafios, entre eles o de obter uma renda que possibilite colaborar na renda familiar e viver dignamente.

Os dados coletados mostraram que a Associação tem favorecido a produção coletiva dessas mulheres, que antes, tentavam produzir de forma isolada. Hoje, por possuir uma sede, embora em prédio alugado e com despesas a serem pagas, os laços afetivos têm sido fortalecidos, o que comprova que a dimensão social, uma das que embasam a economia solidária, tem acontecido. Desse modo, os resultados mostraram que 60% dessas mulheres realizam seus trabalhos na sede da associação, seja de forma coletiva, uma vez por semana, seja individualmente, quando cumprem seu plantão de vendas na loja da AMA/Budeg´AMA.

Com relação à renda gerada pelo trabalho da associação, o que se percebe é que ela não atinge o suficiente para que suas participantes possam se manter dessa produção e comercialização. Os resultados mostraram que as despesas são bem maiores do que as receitas. Tomando-se a média de ganhos de R\$ 200,00 mensais, os dados mostraram que para a maioria das associadas as despesas chegam a alcançar o triplo. Mas elas entendem que os ganhos contabilizados não devem se limitar apenas ao plano material, do dinheiro em si, mas salientam que os ganhos subjetivos, de valores que não se medem, são bem maiores, a exemplo da cooperação e da solidariedade, da amizade e da confiança, enfim, do trabalho coletivo, que permite que se faça a autogestão e que se produza com consciência, preservando os recursos ambientais.

Sobre os recursos financeiros usados para a produção, há a unanimidade de que os recursos do fundo rotativo solidário, formado na própria

associação, com verba oriunda do PAPPS, continuam sendo importantes para que as associadas possam adquirir equipamentos e matéria-prima.

No capítulo 4, a partir da apresentação dos impactos do PAPPS, este debate será ampliado mediante comparação entre os olhares dos principais atores envolvidos: associadas, Banco do Nordeste e Cáritas.

3.3.3 O funcionamento

A seguir, procura-se entender o funcionamento da AMA/Budeg´AMA, à luz dos fundamentos da economia solidária, que preveem a solidariedade em vez da competição, a repartição dos ganhos em vez de salários prefixados, e a autogestão como forma de administrar os empreendimentos, como contraponto à heterogestão.

Como entidade de economia solidária e integrante da Rede Bodega, a AMA/Budeg´AMA procura fazer prevalecer entre as associadas e no seu modo de produção, o respeito, a solidariedade e a amizade. Para alcançar tais objetivos, as associadas elaboraram, e tem como premissa um Acordo de Convivência, que consiste no estabelecimento de critérios, definidos pelo próprio grupo, com o objetivo de facilitar a convivência coletiva, tornando-a mais harmoniosa e fazendo com que as decisões sejam sempre tomadas com a participação de todas ou, pelo menos, da maioria. Entre os valores estabelecidos destacam-se a lealdade, a pontualidade, a assiduidade e a solidariedade.

Funciona, ainda, em sistema de autogestão, em que todas as integrantes participam, de forma igualitária, das decisões que são tomadas nas reuniões quinzenais. Em complemento ao mecanismo de autogestão, e segundo os princípios da economia solidária, a AMA/Budeg´AMA conta com um comitê gestor local, formado por cinco associadas, que exercem as funções de presidenta, vice-presidenta, tesoureira, secretária e coordenadora de patrimônio.

A eleição para o comitê gestor acontece de três em três anos. A última eleição ocorreu em 30 de abril de 2012, quando foram escolhidas, pelos

votos de todas as associadas, Ana Maria, presidenta; Luciana, vice-presidenta; Maria Alves, tesoureira; Maria Francisca, secretária; e Graça, coordenadora de patrimônio.

Pelo menos uma vez por quinzena, a AMA/Budeg´AMA realiza reunião, objetivando socializar as ações do dia a dia; exercitar a programação das próximas atividades; compartilhar informações; realizar o rateio dos recursos oriundos das vendas, cumprindo a prestação de contas; promover a capacitação; e realizar avaliações; enfim, esses são momentos escolhidos para troca de experiências e planejamento dos rumos.

Sobre essa forma de prestação de contas e a renda obtida com o trabalho da AMA/Budeg´AMA, assim se expressa uma associada:

Aqui, cada produto seu que foi vendido, a cada quinze dias tem a prestação de contas, e aí você recebe o seu. Minha contribuição com a loja é dividindo as despesas entre nós seis, cada um dá a sua parte e pronto, não é descontado nada da minha peça que produzi sozinha. Pronto, eu vendi esse vestido e no último sábado vai ter a prestação e recebo quarenta reais, eu recebo todinho (a3).

Segundo Nobre (2012), para facilitar a gestão dos recursos e, ao mesmo tempo, acompanhar e disciplinar a produção, a AMA/Budeg´AMA utiliza instrumentos facilitadores, sendo um deles o “código das produtoras” e o outro o “fluxo de caixa”.

Dessa forma, cada associada possui seu identificador, conhecido por “tag”, espécie de etiqueta de papel, afixada na peça produzida e exposta à venda, com o código de quem a produziu. Sempre que a venda é consumada, referido código é recortado e colado no livro de caixa diário, a fim de que a renda possa ser destinada a quem o produziu.

- a. **Códigos das produtoras:** os códigos variam de 01 a 30, e são anotados nas etiquetas de papel, conhecidas como “tag”, e afixados nos produtos, conforme Quadro 9, a seguir:

AMA/Budeg´AMA			
CÓDIGO	QUANTIDADE	PRODUTO	TOTAL
DATA			
ASSINATURA			

Quadro 9 – Controle de produtos da AMA/Budeg´AMA

Outro controle executado pela AMA/Budeg´AMA, é o fluxo de caixa, que consiste no registro diário das vendas, mediante anotações.

- b. **Fluxo de caixa:** registro diário das vendas, lançado em caderneta própria, anotado por quem estiver no expediente da AMA/Budeg´AMA. A cada quinzena, a tesoureira elabora a prestação de contas, relativa a receitas e despesas, de acordo com as anotações realizadas.

No fluxo de caixa também são gerenciados os recursos do fundo rotativo solidário, formado com recursos do PAPPS e gerenciados pelo BNB, e que são utilizados para viabilizar a produção e a comercialização dos produtos.

Com esses recursos, a AMA/Budeg´AMA pode financiar suas associadas, mediante apresentação de projeto, em modelo pré-formatado, no qual a associada manifesta o interesse de obter o recurso, informando o valor necessário e o objetivo. Esse projeto é analisado pelo comitê gestor local, ou seja, da própria associação, e, caso seja aprovado, o valor é liberado para compra de máquinas de costura ou aquisição de matéria-prima.

Outra forma trabalhada pelo fundo rotativo se dá mediante antecipação de até 50% do valor dos produtos expostos à venda por essa associada. Assim, quando a venda é realizada, os 50% adiantados retornam para o fundo da associação. Isso facilita para que a associada sempre

disponha de recursos para adquirir matéria-prima, não sendo necessário esperar, portanto, a realização da venda.

O valor emprestado deve retornar em 15 prestações mensais, sem acréscimo de juros, e a gestão dos recursos, como já citado, é realizada de forma coletiva, pelo comitê gestor local da Associação.

Afora o fundo rotativo solidário, a AMA/Budeg´AMA gerencia os recursos oriundos das vendas. Além de produzir individualmente em suas residências, as associadas produzem coletivamente, aos sábados na sede da associação. Os produtos são expostos na loja da AMA/Budeg´AMA, com rateio linear das vendas entre elas .

Há uma particularidade nesse processo: somente expõem seus produtos na loja da AMA/Budeg´AMA as associadas que aceitam contribuir para o custeio das despesas do espaço físico ocupado, quando as vendas não são suficientes para cobri-las (aluguel, energia, água etc), e também se propõem a dar expediente na loja, um dia por semana, para favorecer sua abertura ao público de segunda a sábado.

Nobre (2012), reforça que a produção na AMA/Budeg´AMA acontece de duas formas:

- a. **individual** – as associadas que também participam da AMA/Budeg´AMA têm o direito de produzir em casa, nos dias em que não dão expediente na loja, e colocar a sua produção à venda na loja. Os recursos obtidos com a venda do que foi produzido individualmente pertencem à associada, sem retenção de parte alguma;
- b. **coletiva** – as associadas da AMA/Budeg´AMA se reúnem aos sábados para produzir de forma coletiva, e o que for vendido dessa produção é rateado de forma igualitária entre todas. Das vendas do que foi produzido coletivamente são retidos 5% para ajudar na manutenção da sede. Na produção coletiva, as associadas que não fazem contribuem para as despesas do

ponto fixo (alugel, água e energia), não podem expor seus produtos, devendo levá-los apenas para vendas em feiras de economia solidária.

A loja, também conhecida como loja da AMA ou Budeg'AMA, funciona de segunda a sábado, das 9h às 12h e das 14h às 18h, na Av. Contorno Norte, 1710, no bairro Conjunto Esperança.

Como citado por Nobre (2012), as peças produzidas pelas associadas e disponíveis na loja trazem também etiquetas de tecido, do tipo bandeirola, nas quais consta a sigla "AMA". Além da etiqueta de tecido, as peças confeccionadas e prontas para serem vendidas apresentam outra etiqueta, de papel, conhecida como "tag", referenciado anteriormente.

Uma das formas utilizadas para divulgar os produtos a serem vendidos, tanto na loja da AMA/Budeg'AMA quanto em feiras e eventos, são os pequenos encartes com informações da associação (endereço, telefone), bem como a divulgação dos produtos elaborados.

Como forma de contribuir para um meio ambiente mais saudável, a AMA/Budeg'AMA utiliza somente embalagens de papel, em que consta o nome e endereço da loja. Também em respeito às questões ambientais, é evitado o uso de sacolas plásticas, priorizando-se o uso de bolsas retornáveis, em tecido, que são vendidas na própria loja, contendo temas motivacionais de alguma coleção ou da Rede Bodega.

Como a associação nasceu a partir de um curso de alfabetização de adultos, o ensino e aprendizagem têm lugar especial na vida dessas mulheres que procuram, à noite, complementar os estudos.

Além disso, procuram debater, em reuniões mensais, assuntos ligados a economia solidária, movimento social, redes de troca, troca de saberes e intercâmbio com outros grupos produtivos solidários, feiras solidárias locais, regionais, nacionais, bem como fazer parte da Comissão Arquidiocesana de Fortaleza de Economia Solidária e da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, além de realizar oficinas temáticas sobre questões diversas, entre as quais, gênero e violência doméstica.

Entretanto, mesmo com todo o esforço que se percebe por parte das associadas, para que o empreendimento prospere, elas mesmas fazem questão de relatar as dificuldades, em relação à produção, que, segundo o relato de uma delas, ainda é pequena, comprometendo a participação e exposição de produtos em feiras solidárias e, conseqüentemente, gerando pouca renda. Entretanto, a ênfase do depoimento é que “as dificuldades são bem poucas em relação à autonomia conquistada”.

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS (PAPPS) NA AMA/BUDEG´AMA

Neste capítulo, são apresentados os impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na Associação das Mulheres de Ação (AMA/Budeg´AMA), a partir dos resultados obtidos com a pesquisa.

A avaliação, em linhas gerais, tem por objetivo verificar se os recursos oriundos do PAPPS, do Banco do Nordeste, promoveram mudanças nas dimensões social, econômica, política e ambiental da AMA/Budeg´AMA, preconizadas pela economia solidária, especificamente pelo fundo rotativo solidário.

Entretanto, para se chegar aos resultados, fez-se necessário traçar um trajeto a ser percorrido, que teve início com as discussões sobre pesquisa avaliativa. A partir daí, optou-se pela avaliação de impactos, por ser a que mais de adequava às categorias que se pretendia estudar. Depois, selecionou-se a metodologia qualitativa-quantitativa, utilizando-se questionários, entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade e observação participante como técnicas, a serem aplicadas com os atores envolvidos: associadas da Ama/Budeg´AMA e representantes do BNB e da Cáritas Regional do Ceará.

Para melhor entendimento do PAPPS, voltado para empreendimentos de economia solidária e motivo do presente estudo, foi necessário fazer sua conexão com a economia solidária, a partir da crise do capital, ocorrida no Brasil nas três últimas décadas do século XX, época em que surgiu essa modalidade de economia como alternativa à crise do desemprego.

Por último, adentrou-se no estudo de caso da AMA/Budeg´AMA, empreendimento de economia solidária e objeto da pesquisa avaliativa, ocasião em que se procurou compreender o projeto Rede Bodega, criado em 2004, no Ceará, pela Cáritas, organismo responsável pelo referido projeto.

Assim, neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa avaliativa do PAPPS, a partir da visão de cada um dos atores envolvidos, a saber: participantes da AMA/Budeg´AMA e representantes do BNB e da Cáritas.

4.1 Avaliação, na visão das participantes da AMA/Budeg´AMA

No intuito de conhecer a opinião das associadas sobre modificações ocorridas em suas vidas e na vida da AMA/Budeg´AMA, a partir do recebimento dos recursos do PAPPS, procurou-se analisar a compreensão de cada uma delas acerca desse aporte e o que ele representa.

Pelos relatos das associadas da AMA/Budeg´AMA, percebe-se que foram significativas as transformações pelas quais passaram, a partir de sua entrada na entidade, dentre as quais a maior delas talvez tenha sido passar a trabalhar fora de casa, na maioria das vezes sem o apoio da família. Assim, do ponto de vista pessoal, a emancipação parece ter sido um dos maiores ganhos. Do ponto de vista profissional, o fato de ter uma ocupação garantiu mais respeito perante essa mesma família que antes negava seu apoio.

Nas manifestações sobre o tema economia solidária, percebe-se ser desafiador, para elas, trabalhar com os conceitos de solidariedade, afetividade e autogestão, contrários ao sistema vigente, mas isso acaba se tornando uma prática menos difícil, por se saber que contam com o apoio de organismos institucionais, a exemplo da Cáritas e do Banco do Nordeste, nos quais encontram incentivos para continuar o projeto em que acreditam, de obter uma renda, de poder praticar um ofício, enfim, de verificar que há possibilidades de uma vida melhor e mais digna.

É isso que será mostrado nos depoimentos a seguir, a partir das diferentes dimensões analisadas: social, econômica, política e ambiental.

a) Dimensão social

A dimensão **social**, configurada pelos fundos rotativos solidários, volta-se para o fortalecimento das relações solidárias, capazes de motivar para a inclusão e o crescimento coletivo. Nesse sentido, procurou-se focar nos seguintes aspectos: a) grau de inserção na AMA; b) avanços e desafios da associação; c) percepção de mudanças de vida após essa inserção; e d) comparação de sua condição de vida antes e depois da entrada na associação.

A inserção da associada na AMA, para metade delas, tem início com o curso de alfabetização de adultos, oferecido pela Cáritas, em 1999, realizado em um salão paroquial de uma igreja do bairro Mondubim. As demais foram tomando conhecimento por meio de informações da própria comunidade, pela participação em oficinas de capacitação promovidas pela associação ou por vizinhos.

Com relação às mudanças ocorridas em suas vidas, percebem-se mais às de caráter pessoal, confirmadas nas declarações, principalmente se levar em conta que antes da associação a grande maioria não trabalhava fora de casa. Assim, junto com a adesão à AMA, surgiram as formações e capacitações, o aprendizado e o amadurecimento por meio de novas relações sociais. Isso se expressa na fala de uma associada:

É obvio que melhorou; são muitos anos, e a gente vai construindo, você vai amadurecendo, você vai criando uma compreensão mais madura das coisas. Por exemplo, isso na minha vida me ajuda. Se eu faço minha assessoria hoje é porque tenho como referência a experiência da AMA. Se vou fazer uma assessoria de fundo rotativo é porque venho da gestão do fundo rotativo da Bodega. Na semana passada eu fui a Minas Gerais, falar no seminário de comercialização, sobre ponto fixo. Por quê? Porque nós temos uma experiência de ponto fixo, então assim você pode falar da experiência, porque você vivencia isso, isso é compreensão, é amadurecimento da vida como um todo; assim, se eu não estivesse aqui, não sei, eu não me imagino fora daqui; como é que eu seria? Falta um pedaço. (a2)

Fazendo um comparativo entre a vida dessas mulheres antes da associação e depois dela, percebe-se o quanto essas mudanças foram importantes, na visão delas. Se antes só viviam para o lar e para a família, com a adesão à AMA puderam se sentir úteis e galgar um novo patamar de vida e de respeito na própria família, a partir de uma renda extra, ainda que pequena,

mas gerada pelo trabalho realizado. É o que se pode verificar na fala de duas associadas:

A primeira, garante que cresceu em termos de relacionamento humano, conforme se lê:

Ah, antes de eu entrar aqui, minha vida era uma chatice (risos). Mas é mesmo, a vida só no lar, só no lar, só em casa, cuidando, depois, eu aprendi a falar mais, eu aprendi a aceitar os outros como são, com limitações, é claro, eu aprendi essas questões das relações (a4).

A manifestação da segunda associada confirma que ela nunca havia trabalhado fora de casa, e que hoje sente que sua vida mudou para melhor:

Eu sempre fui uma pessoa assim, do jeito que eu sou; sempre tive uma vida muito sofrida, né, desde jovem, né, mas sempre trabalhei bastante, né, na agricultura. Como eu disse, aí mesmo que eu comecei a trabalhar, comecei a trabalhar com meu avô; com oito anos de idade eu já comprava, quem comprava minhas coisas era eu. E assim foi seguindo, vim aqui pra Fortaleza, né, e aí trabalhei como costureira; eu nunca trabalhei assim fora, porque tinha as crianças, nera, trabalhava, costurava, trabalhava em casa costurando. Hoje eu vejo assim, eu sinto que mudou pra melhor. né, mesmo com todo o desafio que a gente tem hoje, eu hoje estou melhor, né. Aqui na AMA a gente descobriu outras oportunidades, né, como eu mesmo falei eu costurava, hoje eu já produzo boneca, eu já produzo algumas outras coisas, né, eu já sei, já sou uma feirante, né, já sei ir à feira, né, já sei lidar com essa, aprendi a lidar com essa questão da venda (a6).

b) Dimensão econômica

A dimensão econômica, de acordo com os pressupostos do fundo rotativo solidário, visa proporcionar a geração de renda, mediante fortalecimento dos elos da cadeia: produção, beneficiamento e comercialização das atividades produtivas.

Sobre a avaliação que fazem do aporte de recursos do PAPPS na AMA/Budeg'AMA, as associadas foram unânimes em considerá-lo positivo, pois, conforme depoimentos, a partir dele foi possível a formação do fundo rotativo solidário para aquisição de máquinas de costura e material de produção.

No depoimento a seguir, uma associada considera que o aporte do PAPPS promoveu a autonomia da associação, pois, a partir dele, foi possível criar um fundo rotativo que pudesse dar suporte financeiro às associadas:

Esse dinheiro nos deu uma autonomia, porque hoje a organização é nossa, né, assim, a gente trabalha ele dentro da associação mesmo. A qualquer momento, assim, que estejam duas ou três pessoas querendo, precisando, faz-se o projeto e aí ali a gente empresta. E antes, não, a gente tinha que esperar aquele grupo terminar, pra poder começar, aí hoje não, já é mais livre. (a1)

Outra associada considera ótimo o aporte, pois, a partir dele, foi possível à associação estruturar a loja, adquirindo objetos necessários para exposição dos produtos, que antes eram emprestados.

Foi ótimo, é ótimo. Sabe, porque deu a chance de a gente melhorar, né, porque antes de vir esse projeto do banco, era as coisas, era menos aqui na loja, não tinha quase nada, assim, era tudo emprestado. A vitrine de vidro era minha, que eu tinha em casa e trouxe, a arara era, não sei se da Luciana. (a5)

Embora haja unanimidade em reconhecer que o aporte do PAPPS ajuda no fortalecimento da AMA/Budeg'AMA, uma das associadas manifesta dúvida e preocupação pela dependência criada, conforme depoimento a seguir:

Eu avalio como... bem-vindo. Eu só tenho um receio... como nós da AMA ainda não pensamos, já foi pensado em algum momento, mas porque dinheiro é uma coisa complicada, se você tira, tira, tira, tira, e você não alimenta, um dia se acaba. Esse é o meu receio. Nós temos uma reserva lá pra gente acionar, o dinheiro não é nosso, é do banco, mas nós temos o direito de ir lá, pegar, comprar nosso equipamento, comprar nossa matéria-prima, mas se eu não crio mecanismo para alimentar esse dinheiro, um dia essa reserva vai se acabar. (a4)

Indagadas com relação aos motivos que as levaram a se associar em busca de melhores rendimentos, as participantes revelaram que o fato de trabalharem com confecção de roupas em suas próprias casas não garantia retorno financeiro, por dois motivos: a produção era pequena e ficavam isoladas, sem perspectiva de comercialização. Dessa forma, as habilidades que já eram exercidas de forma individual, aliadas às aptidões e habilidades para trabalhos manuais de costura, artesanato, confecção de bonecas, toalhas, crochê etc, as fizeram se identificar com o trabalho da AMA.

Perguntadas sobre o que melhorou na sua vida e na vida da associação após o recebimento do aporte do PAPPS, uma das participantes enfatiza que embora tenha melhorado, ainda é necessário um retorno financeiro maior, e que isso deve ser buscado.

Acho que falta muita coisa, acho que assim, a questão financeira eu acho que a gente ainda precisa ter esse retorno financeiro que seja o ideal dentro do trabalho, acho que é assim, que é uma coisa que se quer muito, ainda, é um desejo muito grande dos grupos e eu digo de uma forma geral, dos grupos de economia solidária de ter o retorno financeiro, acho que a gente avançou muito, já se tem muita coisa, mas financeiramente e economicamente essa viabilidade ainda não acontece inteiramente, então, isso ainda é uma coisa que a gente ainda busca. (a2)

A segunda associada, tal qual a primeira, reconhece as dificuldades e pensa em produzir de forma a garantir, no fim do mês, pelo menos um salário mínimo.

Eu quero ainda me organizar para produzir, ter uma escala bem legal de produção e vendas, né, porque também não adianta só produzir e não vender, né, mas eu ainda quero, por exemplo, no final do mês ter um salário ou mais de um salário-mínimo. (a1)

Sobre os avanços e desafios, a instalação da loja a partir do aporte do PAPPS foi a novidade. Para algumas associadas, os grandes desafios são a manutenção dessa loja, por conta das despesas mensais, a aquisição de uma sede própria e o engajamento de outras mulheres. Dessa forma, assim se expressa uma das associadas:

Eu acho que um avanço é a gente manter a loja aberta aqui com produto, né, a nossa organização, nós somos reconhecidas não só no Ceará, como somos referência, como no Brasil, né, a gente é referência. E o desafio é a sustentabilidade, né, do espaço, né, porque tem o aluguel, tem as despesas, não só de aluguel. E aí também as vendas, né. Assim, pra se tornar sustentável, precisa que venda mais, né. Se a gente conseguisse uma sede pra gente, aí seria bom; a sede é um grande desafio para nós (a1).

Sobre a renda obtida, a partir dos recursos do PAPPS, verificaram-se divergências entre as opiniões das participantes da AMA/Budeg´AMA. Se para algumas melhorou, para outras o retorno financeiro ainda é muito pequeno, havendo uma grande preocupação com a viabilidade dos empreendimentos de economia solidária em geral, reiterada neste depoimento delas: “Já se tem muita coisa, mas financeiramente, economicamente, essa viabilidade ainda não acontece inteiramente”. (a2)

De forma geral, cabe acrescentar que os resultados alcançados demonstraram que, mesmo contando com os recursos do PAPPS, as associadas ainda não conseguem auferir uma renda capaz de cobrir as

despesas pessoais, já que, conforme constatado no perfil socioeconômico, 60% das participantes obtêm renda oriunda da associação, que varia entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 mensais, conforme Gráfico 14, p.90.

c) Dimensão política

A dimensão **política**, no enfoque dos fundos rotativos solidários, pressupõe a existência de semelhantes interesses, bem como deve levar à partilha solidária de bens e resultados, incluindo a autogestão, em que deve haver comprometimento e participação.

Assim, sobre a organização, a forma de divisão dos ganhos e a gestão da associação, os depoimentos se complementaram, havendo um reconhecimento de que a AMA deve ampliar a participação, no momento em que procura envolver todas as associadas nas decisões a serem implementadas.

Com relação à divisão dos ganhos, percebe-se uma consciência coletiva para o exercício da transparência na apuração das sobras, capaz de fazer com que os ganhos sejam repartidos de forma equânime. Essa divisão acontece da seguinte forma: se a produção for individual, o ganho é individual, mas se a venda é fruto da produção coletiva, o ganho é rateado de forma linear, não sem antes descontar os custos de manutenção da AMA/Budeg´AMA e do material utilizado na produção.

Sobre esse rateio dos ganhos, há opiniões divergentes, como pode ser observado nos depoimentos. Uma associada assegura que as tarefas são coletivas e a divisão dos ganhos é respeitada, embora entenda que deveria haver uma forma mais exata de medir a produção de cada uma:

Como as tarefas são coletivas, a divisão dos ganhos também é feita coletivamente, em partes iguais, muito embora muitas vezes a gente pense em fazer, levar em consideração uma agenda, né, uma agenda, muitas vezes nem segue assim fielmente. (a4)

Já outra associada acha que deveria ser diferente, e que o dinheiro do rateio não deveria ser utilizado para despesas com matéria-prima e

transporte, e que, no seu entendimento este recurso deveria ser retirado do fundo rotativo solidário:

Eu acho que deveria ser diferente, o dinheiro da compra é tirado do que é repassado para a gente, né, da produção coletiva, para comprar material e pagar transporte do pessoal. Eu acho que deveria haver um fundo para aquele material; mas já que não há, tem que tirar da produção coletiva. (a10)

A gestão da AMA, com base nos pressupostos da economia solidária e, por extensão, dos fundos rotativos solidários, na visão das associadas, é participativa, havendo o reconhecimento de que se procura realizar o melhor, embora haja a necessidade de melhor capacitação, conforme depoimento de uma associada, a seguir:

A gente faz o possível pra dividir as tarefas, né, pra cada uma assumir mais. Só que é difícil a gente fazer, principalmente, a parte contábil e financeira, que é uma coisa que a gente não sabe, que a gente também não gosta, mas que você tem que fazer, então a gente divide as tarefas. É claro que sempre tem que ter uma ou duas que puxam mais, mas a gente procura ao máximo fazer a divisão dessas atividades. (a2)

Assim, a conclusão a que se chega é que existe, de fato, uma divisão de tarefas e que as decisões são coletivas, levando-as à prática da autogestão.

d) Dimensão ambiental

A dimensão ambiental dos fundos rotativos solidários procura despertar nas pessoas a conscientização do uso dos recursos naturais, na produção e no consumo, de modo a respeitar o meio ambiente e garanti-los para as próximas gerações. Assim, como pressuposto da economia solidária e dos fundos rotativos solidários, a produção deve ser realizada de modo a preservar o planeta, mediante adoção de práticas corretas.

Dessa forma, perguntadas sobre como entendiam a questão ambiental e se ela fazia parte do cotidiano da associação, as participantes foram unânimes em garantir que há o respeito e a consciência para uma produção mais limpa, e que procuram utilizar, principalmente na confecção de

artesanato, material reciclável, a exemplo do lacre de latas de alumínio. Para a venda dos produtos na loja, são utilizadas sacolas de papel. Além disso, essas questões de consumo justo e o uso de material que não agrida o meio ambiente são assuntos tratados nas reuniões mensais. Isso pode ser constatado no depoimento de uma associada, a seguir.

Sim, há muito tempo já a gente não usa sacola plástica, já faz um bom tempo que a gente deixou de usar, agora a gente fez essa coleção de bonecas cujos sapatinhos são de sacola plástica, são de crochê. Tem os outros em que a gente substituiu os botões por lacres, tem outras embalagens, tem uns anjos que a gente faz a embalagem de garrafa “pet”, então a gente vai procurando dialogar com isso dentro do possível, é claro que é muito difícil você realizar de uma vez, mas aqui na buodega a gente evita o uso de copo descartável, então dentro do que é possível, a gente vai o tempo todo dialogando com isso, fazendo o que dá pra ser feito. (a2)

Com relação à dimensão ambiental, percebe-se uma consciência crítica pelo momento vivenciado de exaustão dos recursos naturais do planeta e o compromisso de fazer algo positivo para melhorar a partir da própria produção e comercialização dos produtos.

Em síntese, percebe-se que os objetivos atingidos são muito mais nas dimensões social, política e ambiental, do que propriamente na econômica.

4.2 Avaliação, na perspectiva dos gestores do Banco do Nordeste

A fim de se construir o estudo avaliativo, foram aplicadas entrevistas em profundidade com três representantes do Banco (um superintendente, um gerente de ambiente e um gestor de projetos) que trabalham diretamente com o PAPPS. Com isso, pretendeu-se conhecer: a) os perfis desses gestores, o envolvimento de cada um com movimentos sociais ou com políticas de economia solidária, as políticas de economia solidária encampadas pelo banco, os objetivos e a trajetória do programa e os recursos disponíveis; b) os meandros de seus impactos em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Sobre esta relação, trataremos a seguir.

a) Dimensão social

A dimensão social motiva para o coletivo e a prática de relações solidárias. Esses aspectos podem contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, levando-se em conta que podem aproximar as pessoas e fazer com que elas se motivem em busca de um ideal comum.

Nesse sentido, procurou-se obter a visão dos representantes do Banco do Nordeste de como enxergam esse componente social nos empreendimentos financiados.

Assim, ao se analisar o perfil de cada representante, percebe-se que dois deles reconhecem que seu envolvimento com movimentos sociais se dá de forma indireta, pelo fato de trabalhar com as ações do próprio Banco, gerenciando o PAPPS, o que exige articulação com grupos e comunidades, por meio de palestras, cursos, seminários, feiras de economia solidária etc. Mesmo atuando de forma indireta, reconhecem a importância da solidariedade para o fortalecimento das relações entre cooperados e associados. O terceiro se considera militante nato, pois, desde muito tempo vem participando de movimentos sociais, o que o legitima para opinar, com conhecimento de causa, sobre as questões sociais.

b) Dimensão econômica

A dimensão econômica tem por objetivo a geração de renda e a inclusão, via estruturação, da cadeia produtiva que vai da produção à comercialização das atividades. No caso do presente estudo, o foco era saber, na visão dos representantes do Banco do Nordeste, os impactos do PAPPS para atingir os objetivos das comunidades que praticam a economia solidária em manter-se sustentável, gerando trabalho e renda.

Nesse aspecto, um dos deles se manifesta, entendendo que o aporte causa impacto por trazer benefícios econômicos e sociais: “Sem esse recurso as entidades não conseguiriam financiar suas atividades econômicas e

com isso gerar renda e trazer benefícios econômicos e sociais pra essas famílias e todo o seu entorno”. (b2)

Outro enfatiza que o PAPPS consegue contribuir, de forma muito acentuada, para o desenvolvimento local:

Eu já tive a oportunidade de conhecer alguns fundos rotativos solidários aqui no Nordeste, e o que a gente percebe, sem usar em modelos matemáticos, sem entrar numa questão mais científica, mas o que você consegue já visualizar é um desenvolvimento local muito acelerado dessas localidades. A gente percebe o desenvolvimento local naquela região a partir de uma atividade (nós economistas costumamos chamar de efeito multiplicador da moeda), o efeito multiplicador e a velocidade com que acontecem o crescimento e o desenvolvimento econômico nessas localidades que utilizam os fundos rotativos solidários. Você vê um desenvolvimento muito acentuado. (b1)

O terceiro entende o PAPPS como a grande estratégia de desenvolvimento do século XXI:

Na verdade, ela é uma estratégia, assim como a reforma agrária é uma estratégia de desenvolvimento. Ela não é só uma luta por um objetivo mais imediato; a economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento. Então, nesse sentido, o fundo rotativo solidário é parte de um instrumento de finanças solidárias que vai exatamente cumprir o papel de financiar esse processo de desenvolvimento. Eu faço uma leitura disso um tanto quanto positiva, talvez até um pouco demais, porque eu acho que isso é nosso futuro. No meu entendimento, hoje a estratégia de economia solidária apoiada pelas finanças solidárias é a grande estratégia de desenvolvimento que vai ser colocada agora no século XXI. (b3)

Com base nas opiniões dos gestores do Banco, coordenadores do PAPPS, conclui-se que, para eles, o fundo rotativo solidário é uma estratégia capaz de trazer modificações nas vidas das comunidades que praticam a economia solidária e que referidos recursos vêm contribuindo para o desenvolvimento local.

Sobre a avaliação que fazem dos recursos hoje destinados pelo BNB ao PAPPS, um representante revelou serem satisfatórios os resultados e que os recursos são bem aplicados, embora não tenha citado dados concretos sobre isso:

Os recursos que o banco vem destinando hoje aos fundos rotativos solidários, nós percebemos que já existem resultados bastante satisfatórios. Eu posso até comentar casos da Cáritas, que existem casos de sucesso em que os fundos rotativos solidários implementaram e promoveram uma condição de desenvolvimento muito interessante para as associações e cooperativas de vários tipos de trabalho de confecção, de artesanato, a questão do banco de sementes. A gente percebe que os recursos vêm sendo bem destinados e bem aplicados e também de forma eficiente. (b1)

O segundo representante, entende que o aporte não é tão grande, e que isso deve despertar nas pessoas beneficiadas uma vontade de buscar recursos de outros programas do banco, a exemplo do microcrédito, Crediamigo e Agroamigo:

Olha, nós temos um fundo que não é tão grande, seis milhões em 2011 e em 2012 oito milhões e meio. É um recurso que não é tão grande, mas eu acho que dá pra se fazer algo que desperte nessas pessoas um trabalho comunitário, um trabalho solidário, e a partir daí se alavancar outros recursos. Na realidade o banco sabe que não dá para atender toda a demanda da região, pois sabemos que o recurso é escasso, por isso priorizamos projeto que tem maior impacto para as famílias, e a partir desse recurso a gente mostra que eles podem buscar outras fontes e com isso ter mais projeto financiado. (b2)

O terceiro representante compara o número de famílias beneficiadas com o PAPPS, numa visão de inadimplência zero, uma vez que o recurso serve de poupança para os grupos:

Olha só, vamos pegar um indicador que é tradicional e pode ser utilizado tanto para os programas de crédito tradicionais como também para microfinanças; eu estou falando do indicador que é a inadimplência. Nós sabemos que a inadimplência no crédito tradicional é altíssima. Hajam vista as anistias, as leis, chega a casos que já ouvi falar de 40% a 45% de inadimplência. Nós sabemos que o Crediamigo tem inadimplência muito baixa, que se passar de 2% a microfinança quebra. Já a metodologia do fundo rotativo solidário, por conta da própria metodologia, a maneira como ela funciona, através dos comitês, dos projetos, da poupança, chega próximo de zero. Toda vez que nós vamos digitar um projeto de vinte, trinta, quarenta famílias, a gente pergunta: Quantas pessoas estão deixando de fazer o depósito na poupança? Ah, uma ou duas pessoas. Então, assim, a inadimplência é uma ou duas famílias. (b3)

Ainda na dimensão econômica, quando perguntado sobre que mudanças os recursos do PAPPS promovem/promoveram no empreendimento e na vida das pessoas que o compõem, um dos representantes assim se manifestou:

A gente percebe na parte do desenvolvimento econômico, é claro, o efeito multiplicador da moeda. A cooperação entre as pessoas promove o desenvolvimento local muito, muito mais robusto. Na vida das pessoas isso vem como uma consequência clara desse desenvolvimento econômico. Você percebe as pessoas muito mais cooperativas, muito mais de certa forma cidadãs, começam a vir à tona vários assuntos, que ela tem direito a saúde, educação, saneamento básico, então o fundo rotativo começa a replicar e transbordar além do sentido econômico, e as pessoas conseguem visualizar isso como um fator muito produtivo. (b1)

Para outro, o aporte do PAPPS promove um maior desenvolvimento comunitário, no sentido de que traz benefícios de crescimento social, desenvolvendo uma visão crítica acerca das escolhas que devem ser priorizadas, por conta até da escassez dos recursos:

Olha, os recursos trazem vários benefícios. Um deles é o maior desenvolvimento comunitário, porque as pessoas passam a conversar mais, a discutir mais suas ações, porque no momento em que você está concebendo um projeto as pessoas têm que se reunir, tem que discutir, ver onde é que têm que aplicar esse recurso, e com isso a gente está trazendo um benefício de crescimento dessas pessoas a partir de uma visão mais crítica dos processos, porque o recurso é escasso, não vai dar pra atender a tudo, mas o que é mais importante eles vão aprender: priorizar que ações devem estar implementando. Isso leva as pessoas também a ter esse espírito crítico mais aguçado. (b2)

Para outro, o impacto do PAPPS é enorme, traduzido na melhoria da renda, da tecnologia social utilizada, do intercâmbio em feiras de economia solidária, enfim, impactos na dimensão da vida, resolvendo problemas das pessoas em seus vários sentidos, inclusive espiritual:

Eu acho que tem tido um impacto muito grande na dimensão econômica das famílias, eles têm tido acesso a processos produtivos, a tecnologias sociais, têm tido acesso a experiências através de intercâmbios, das feiras, têm melhorado a renda. A própria Budegama, da Rede Bodega, melhorou muito o rendimento de suas associadas. Agora você tem o outro aspecto que é importantíssimo que é a dimensão cultural, a dimensão política, a dimensão socioambiental, a dimensão que é do relacionamento entre as pessoas, enfim, você tem “n” outras dimensões que a gente chama do mundo da vida, que têm que ser acompanhadas e avaliadas. Tudo indica que há uma grande mudança na vida das pessoas, tanto por conta de pautar a relação entre as pessoas, as reuniões que são feitas, decisões que são tomadas, tudo isso traz uma experiência que muitas vezes estava ali adormecida. Então necessariamente tem um impacto positivo, a maioria das vezes é positivo. Mas são tantos

elementos que nós temos, que é um desafio. Do ponto de vista econômico é mais fácil, por exemplo, inadimplência, volume de vendas, lucros, constatar. A dimensão da vida, que eu acho que é o mais importante, a gente costuma dizer que a economia solidária é um direito à vida, é o exercício de direito à vida, o exercício de direito ao trabalho coletivo, autogestionário, então é nesse sentido que a gente traz isso para uma política pública, o conceito de economia solidária, traz isso para a política pública de crédito, então consequentemente estamos falando de vida, não estamos falando só de ter pecúnia, não estamos falando só de dinheiro. Não adianta ter só o dinheiro, dinheiro é a coisa mais fácil de resolver, o problema é resolver a vida das pessoas no sentido espiritual, crescimento espiritual, é isso. (b3)

Em relação à avaliação que fazem da aplicação do PAPPS nas associações e cooperativas de economia solidária, segue-se uma análise de como entendem os representantes do Banco.

Há o entendimento, por parte de um gestor, de que o aporte, embora tenha crescido a cada ano, ainda não consegue atender a todas as demandas, podendo-se, então, concluir que não é mais suficiente, precisando ser aumentado:

A aplicação dos recursos do banco nos fundos rotativos solidários vem numa crescente. Existem alguns itens, alguns quesitos que a gente percebe que dá pra melhorar, do tipo, por exemplo, a capacitação dessas associações e cooperativas. A gente percebe que elas precisam de uma ajuda de certa forma de governança corporativa, de saber questões financeiras, fiscais, são quesitos que as associações e cooperativas não podem deixar à margem do conhecimento. A aplicação dos recursos, muito embora venha numa crescente, nós percebemos que existe uma demanda não atendida ainda de certa forma acentuada. (b1)

Para outro gestor, o PAPPS seria apenas o ponto de partida para a migração em busca de outros programas, a exemplo do Crediamigo e do Agroamigo, chamado por ele de crédito reembolsável:

Olha, é importante, porque você está levando essas pessoas a ter acesso ao crédito e organizando a produção, e instrumentalizando essas famílias, essas pessoas, a depois tomarem o crédito reembolsável no banco, o Crediamigo, o Agroamigo ou outra linha de financiamento que o banco pode apoiar e com isso as famílias terem um projeto de maior vulto. (b2)

Para outro, embora o Banco do Nordeste tenha demonstrado estar comprometido com a economia solidária, internamente precisaria criar uma

estrutura organizacional à altura do que é necessário para dar vazão às demandas. Precisaria, também, avançar em outras temáticas, conforme relato:

Eu acho que o BNB tem cada vez mais se comprometido com a economia solidária, mas é preciso urgentemente criar uma estrutura para que possa atender às demandas cada vez mais crescentes, tanto de fundos rotativos como de outras ações da economia solidária. O banco precisa ter uma visão de que a economia solidária é uma política transversal com temáticas de juventude, de mulheres, socioambiental, e o banco não está atento ainda para essa transversalidade. Para isso, é preciso criar estruturas dinâmicas, tanto de pessoas quanto de materiais e recursos. (b3)

Assim, com base nos depoimentos, percebem-se entendimentos diferentes, por parte dos gestores do Banco, o que poderia ser explicado a partir da dicotomia institucional, hoje existente, em relação ao papel do banco.

Embora o Banco, segundo seu objeto social, seja classificado como banco múltiplo, que deve trabalhar em operações de curto e longo prazo, não custa lembrar que desde sua criação, e até meados da década de 1990, sua atuação esteve fortemente atrelada ao papel de executor de políticas de desenvolvimento regional (CARDOSO, 2007).

Entretanto, devido ao enfraquecimento da Sudene, encarregada de planejar o desenvolvimento regional, aliado à incapacidade do Estado desenvolvimentista de continuar a assumir o modelo vigente, coube às administrações do BNB, a partir daquela década, promover mudanças que ainda hoje continuam, promovendo a dicotomia entre banco de desenvolvimento e banco comercial (CARDOSO, 2007).

Daí por que alguns gestores, respondendo à entrevista, entendem que aqueles que buscam o recurso do PAPPS devem procurar migrar para outros programas do banco, a exemplo do Crediamigo e do Agroamigo. Enquanto isso, outro vê a necessidade de o banco reestruturar o próprio PAPPS em termos de pessoas, materiais e recursos, a fim de que atender às demandas crescentes de recursos voltados para empreendimentos de economia solidária, entendendo, inclusive, que como política transversal, deve aumentar sua fonte de recursos para outras temáticas, a exemplo da juventude, do negro, das mulheres etc, que necessitam ser apoiadas.

Na opinião da autora, o que mais claramente está posto ultimamente, pelos governos que assumiram desde 2003, é que se espera que o dito “banco de curto prazo ou banco comercial” supra de recursos as ações do “banco de desenvolvimento”. Para alguns, isso constitui ameaça, enquanto para outros representa oportunidade, gerando entendimentos divergentes até hoje.

Por isso é que, ao se interpretar a visão institucional dos gestores, que ora atrelam o PAPPS à ideia de desenvolvimento econômico, ora tentam direcionar às comunidades para que partam em busca do crédito reembolsável, entende-se que isso fortalece a dicotomia posta por Cardoso.

c) Dimensão política

A dimensão política procura inserir a prática da partilha solidária, bem como da autogestão, em que deve haver comprometimento e participação de todos no processo decisório.

O depoimento a seguir coloca em destaque a cooperação e a cidadania que afloram, segundo o representante do banco, a partir do fundo rotativo solidário:

Você percebe as pessoas muito mais cooperativas, muito mais de certa forma cidadãs, elas se sentem como inseridas num contexto de cidadania, elas percebem que começam a vir à tona vários assuntos do tipo que ela tem direito a saúde, educação, saneamento básico.
(b1)

Para outro representante, só há benefícios, sendo o maior deles o fato de as pessoas passarem a conversar mais e a discutir seus rumos:

Olha, os recursos trazem vários benefícios. Um deles é: maior desenvolvimento comunitário, porque as pessoas passam a conversar mais, a discutir mais suas ações, porque no momento em que você está concebendo um projeto, as pessoas têm que se reunir, têm que discutir, ver onde é que têm que aplicar esses recursos, e com isso a gente está trazendo um benefício de crescimento dessas pessoas a partir de uma visão mais crítica dos processos, porque o recurso é escasso, não vai dar pra atender a tudo que eles têm lá, mas aquilo que é mais importante eles vão aprender a priorizar, que ações eles devem estar implementando naquele momento, porque o recurso, de certa forma ele não vai atender a tudo que eles querem. Isso leva as pessoas a também ter esse espírito crítico mais aguçado,

porque ele passou a discutir mais e isso tem um crescimento pra todos na gestão de suas atividades, e a partir daí, utilizando o recurso público que vai trazer esse benefício pra eles nesse crescimento local, e aí, envolvendo também outras localidades do estado e até da região. (b2)

Os depoimentos revelam que, na visão dos gestores do Banco, os conceitos políticos de autogestão e autonomia, inseridos nos fundos rotativos solidários, têm acontecido nas comunidades e vêm contribuindo para a prática da cidadania e da democracia.

d) Dimensão ambiental

Por último, com relação à dimensão ambiental, que deseja despertar para uma produção e um consumo conscientes, obteve-se de um representante do Banco do Nordeste, a seguinte opinião:

Os fundos rotativos solidários pressupõem na teoria práticas de agricultura ecológica e novas formas de convivência com o semiárido que são disseminadas via entidades aos camponeses. Também se verifica que as práticas agroecológicas estão presentes em comunidades que praticam a agricultura familiar sem o uso de agrotóxicos, tendo em vista que esses agrotóxicos danificam a produção. (b3)

Por esse depoimento, percebe-se que nas obrigações inseridas para obtenção do PAPPS, é necessário que o projeto apresente suas pretensões em relação à prática produtiva e que seja demonstrado esse cuidado com as questões de solo, água, enfim, as que se relacionam ao cunho ambiental.

Os outros dois gestores, embora convidados a se expressar sobre essa dimensão, não o fizeram, talvez pelo fato de, ou pelo acúmulo de trabalho ou pelo tema denotar menos importância, se comparado às demais dimensões.

4.3 Avaliação, na perspectiva das representantes da Cáritas

Como parte do estudo avaliativo, também foram ouvidas representantes da Cáritas Regional do Ceará (uma secretária regional e uma educadora social), coordenadora do projeto Rede Bodega, do qual a

AMA/Budeg´AMA faz parte, tendo-se por objetivos: identificar e conhecer o papel desempenhado por aquela instituição em favor da economia solidária; entender como acontece, na prática, a operacionalização das ações voltadas para os participantes do projeto Rede Bodega; e avaliar os impactos dos recursos do PAPPS inseridos nos empreendimentos apoiados.

Instituída para atuar junto às minorias e em defesa dos referenciais “emancipatórios” e dos direitos humanos, a Cáritas pertence à Igreja Católica, desempenhando seu papel institucional também no campo econômico, em parceria com ONGs, sindicatos, movimentos sociais e outros (FORTE, 2008).

Assim, é característica, e parte intrínseca à sua missão, atuar em movimentos sociais de economia solidária há décadas, trabalho esse que teve início com os projetos alternativos comunitários (PAC), conforme enfatizado no Capítulo 3, e que tem continuado com os trabalhos voltados para empreendimentos de economia solidária, a exemplo do projeto Rede Bodega.

Dessa forma, com base nessa vivência social e no envolvimento com empreendimentos de economia solidária, na avaliação das representantes da Cáritas, o impacto do PAPPS deveria ser maior. Levando-se em conta que o BNB tem grande experiência no microcrédito, esse programa mereceria mais destaque, pois ainda demonstra timidez, pelos poucos recursos.

Para essas representantes, que possuem visão institucional e pessoal afinada com os pressupostos da economia solidária, suas opiniões vão de encontro ao que pensam os representantes do Banco do Nordeste, como se verá adiante, no momento de se avaliar os impactos dos recursos, notadamente no estudo de caso da AMA/Budeg´AMA, pertencente ao projeto Rede Bodega.

a) Dimensão social

No que tange à dimensão social, que leva as pessoas ao fortalecimento de seus laços afetivos e à prática de relações solidárias, também se procurou conhecer a visão das representantes da Cáritas sobre os fundos rotativos solidários na AMA/Budeg´AMA e a visão que possuem sobre o grau de sociabilidade deles decorrente.

Sobre a prática das relações solidárias, a opinião de uma das representantes da Cáritas enfatiza que, no início do século XXI, começa a haver uma preocupação em fortalecer e integrar os vários grupos, que até então trabalhavam isoladamente em suas comunidades, beneficiados apenas com recursos para o desenvolvimento de projetos produtivos, de forma a trazê-los para uma vivência solidária mais abrangente:

Na década de noventa, aí vem essa fase mais promocional, onde a gente tenta repassar os recursos pras pessoas desenvolverem projetos produtivos, né, aí vêm os projetos de geração de trabalho e renda, mas quando a gente vem chegando nos anos 2000, 2001, 2002, o trabalho da Cáritas passa a ser no sentido de integrar esses grupos que estavam até então cada um na sua comunidade, de articular eles em rede, então vem toda a política no campo da economia solidária da articulação dos grupos em redes, tanto redes de produção, que passavam por processo de formação, de intercâmbio de experiências, de conquistar políticas públicas, enfim.
(c1)

É exatamente nesse contexto que tem início a articulação em redes de produção, de formação, de intercâmbio de experiências e de conquista de políticas públicas, que se forma a Rede Bodega, que acessou o PAPPS em 2008.

Mais especificamente sobre o fundo rotativo solidário acessado pela Rede Bodega, e que beneficiou a AMA/Budeg´AMA, outra representante da Cáritas assim se expressa: “Os fundos rotativos solidários trazem um espírito de cooperação, de autogestão, de participação, e então de corresponsabilidade, isso tem sido muito valioso a partir das experiências da AMA/Budeg´AMA”. (c2)

Como se vê, na visão das representantes da Cáritas, os fundos rotativos solidários têm contribuído e sido instrumentos para obtenção de uma integração social dos diversos grupos que praticam a economia solidária.

b) Dimensão econômica

Na dimensão econômica, voltada para a geração de renda, procura-se saber a avaliação que as representantes da Cáritas faziam do PAPPS, cujos recursos foram aplicados nos empreendimentos de economia solidária para construção dos fundos rotativos solidários em associações e cooperativas sob a coordenação da Cáritas, dentre elas a AMA/Budeg'AMA.

Sobre a avaliação que fazem dos recursos do PAPPS, empregados em empreendimentos de economia solidária para fortalecer a prática dos fundos rotativos solidários, o entendimento manifestado por uma das representantes demonstra insatisfação:

São políticas ainda tímidas, muito embora o BNB tenha toda uma grande experiência com a questão do microcrédito. Mas para o campo da economia solidária esse apoio vem se dando por meio desse programa, que foi importante, mas ainda acho que mereceria ter um destaque maior dentro do banco. (c1)

Na visão da outra representante, o BNB, apesar de ser referência, precisaria avançar no campo da economia solidária. Para isso, precisaria criar equipes internas maiores, para obter o devido alcance, como consegue com outras políticas:

Eu acredito que o BNB tem sido uma referência muito grande, principalmente para todo o Brasil, como apoiador primordial e principal agente desse trabalho de economia solidária. Eu acho que o BNB é um dos poucos que a gente tem como referência, que a gente senta, conversa e dialoga. Só considero que ainda é uma equipe pequena, que não tem o alcance devido. Imagina se fosse uma equipe maior, e como seria e quais seriam os efeitos que esse banco já teria causado dentro do Nordeste e com referência no Brasil. Na minha avaliação o BNB poderia pensar um pouco mais, não sei, talvez ter uma secretária de economia solidária. (c2)

Com relação à aplicação dos recursos do PAPPS aplicados nos empreendimentos de economia solidária para construção dos fundos rotativos

solidários nas associações e cooperativas, assim se expressou uma das representantes da Cáritas, que faz questão de dizer que o recurso tem servido de apoio, “embora ainda de forma tímida”, mas, mesmo assim, tem contribuído para fortalecer os empreendimentos:

Têm sido muito importantes para fortalecer as experiências que conheço e que são apoiadas. São recursos que já vêm para algo que está mais ou menos já estruturado e têm muita perspectiva de serem recursos que tragam de fato um retorno para os grupos, como é o caso dos fundos rotativos. Têm servido também de apoio no campo da formação, na participação em feiras. Embora ainda timidamente, com um recurso que não é tão grande, o BNB tem feito diferença para os grupos. (c1)

Na visão da outra representante, os resultados alcançados pelo PAPPS são significativos, incluindo as experiências da Rede Bodega:

Olha, a gente tem a experiência a partir da Rede Bodega, que eu acho assim, que os projetos que a gente tem realizado em conjunto têm sido muito valiosos, porque têm ajudado aos demais grupos a ter seu próprio acesso ao fundo rotativo. Têm sido muito valiosos, e, a partir das experiências, eu posso dizer que essa forma metodológica que o BNB vem estabelecendo tem alcançado resultados muitos significativos. (c2)

As opiniões apontam que as políticas do BNB voltadas para a economia solidária ainda são muito tímidas e indicam a necessidade de o banco dar mais atenção e destaque à economia solidária, a exemplo do que faz com o microcrédito, começando essa mudança a partir do aumento da equipe que trabalha com o tema, muito pequena e sem o devido alcance. Também confirmam o que foi apontado no perfil socioeconômico das associadas, de que a questão econômica ainda precisa ser resolvida, a fim de que as comunidades que praticam a economia solidária e os fundos rotativos solidários possam se manter no tempo, ou seja, ter sustentabilidade.

Segundo Mota (2009), a Cáritas se configura como instituição que fomenta a economia solidária, tendo como missão histórica, política e ideológica apoiar ações de caráter associativo e cooperativo, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade.

Daí porque não poderia ser diferente o entendimento manifestado por suas representantes ao fazer críticas ao PAPPS, no sentido de que, segundo elas, são poucos os recursos e não há destaque no banco para a

economia solidária, haja vista a pequena estrutura organizacional interna que trabalha com os projetos.

Diferentemente da visão da Cáritas, os representantes do BNB, na dicotomia entre as ações de banco de desenvolvimento e as de banco comercial (CARDOSO, 2007), vêem o PAPPS apenas como primeiro instrumento de acesso ao crédito, entendendo que seus beneficiários devem procurar migrar para o crédito formal.

c) Dimensão política

A dimensão política traz como pressupostos a prática da autogestão nos empreendimentos, buscando o comprometimento e a participação dos que neles se inserem.

Em relação a essa dimensão, a exemplo dos representantes do Banco do Nordeste, procurou-se saber das representantes da Carias se o aporte do PAPPS tem promovido impacto nos empreendimentos e na vida de suas associadas.

Uma das representantes daquele organismo entende que o impacto vai além da questão econômica, pois potencializa a organização do grupo, promove autonomia e aumenta a autoestima, ao reconhecerem que o aporte é um direito a que nem sempre têm fácil acesso:

O recurso potencializa o grupo para que continue organizado, continue ativo, ele permite que as pessoas se empoderem, que as pessoas aumentem a autoestima porque estão recebendo recurso que é do governo, que é de direito delas, mas que muitas vezes elas não têm acesso muito facilmente. A gente percebe que ele aumentou a autoestima das mulheres da Budegama e de como elas cresceram politicamente. Sem falar também no efeito da produção, da geração de renda, mas isso não é o mais importante, é importante também, mas esses outros efeitos que estão agregados a isso contribuem bastante para que o grupo se mantenha, para que a economia solidária continue viva, assim na vida dos grupos. (c1)

Na opinião de outra representante, o impacto deixa de ser importante do ponto de vista do dinheiro, da renda, pois é capaz de fortalecer outros valores como o aprendizado e a convivência social:

Eu acredito. As meninas nesses dias conversavam nas reuniões da Rede Bodega, e diziam assim: nós temos certeza de que a melhor alternativa é a produção coletiva. Quando a gente faz a produção coletiva, uma vez por semana, é a melhor coisa para a gente então e que tem causado essa mudança na vida das pessoas, da importância assim em conjunto a gente pode fazer a diferença. Não é só o dinheiro. É importante que a gente tenha renda e que a gente viva a partir daquela renda, mas não é só. Produção coletiva traz esses valores de viver outros aprendizados da convivência, da relação. Eu acredito que esses recursos têm também trazido e possibilitado essas reflexões e isso também tem sido uma aprendizagem muito grande. (c2)

Os depoimentos das representantes da Cáritas vêm confirmar que, independentemente da renda gerada, as comunidades que praticam a economia solidária e os fundos rotativos solidários entendem que há outros valores que não somente os econômicos, e são eles que têm possibilitado a convivência, levado à autonomia e à prática da autogestão, enfim, conceitos que os tornam empreendimentos diferenciados.

Assim, percebe-se que as representantes da Cáritas procuram transmitir, em suas opiniões, a convicção de quem está comprometido com a economia solidária e, mais que isso, acredita que a prática dos fundos rotativos solidários pode promover significativas mudanças sociais, econômicas, políticas e ambientais na vida de quem as pratica.

d) Dimensão ambiental

Com relação à dimensão ambiental, que deseja despertar a consciência para a importância do cuidado com o meio ambiente obtivemos de uma representante da Cáritas a seguinte opinião: “A atenção para a produção com o olhar sobre o meio ambiente não passa despercebida nos conceitos da Rede Bodega repassados às bodegas”. (c1)

O que se percebe é que há uma preocupação no trabalho realizado pela Cáritas junto aos empreendimentos, principalmente os da área rural, para que utilizem práticas agroecológicas, e com isso desenvolvam a consciência para o uso de técnicas ecologicamente corretas e assim preservem a natureza.

Similar opinião foi manifestada por um representante do BNB, ao citar que as práticas agroecológicas estão presentes nas comunidades de economia solidária.

Assim, sem maior ênfase nos depoimentos dos representantes dos dois organismos, percebe-se que a dimensão ambiental não encontra maior destaque, se comparada às demais.

4.4 Uma comparação: associadas, Banco do Nordeste e Cáritas

A fim de se poder confrontar as visões dos atores envolvidos (participantes da AMA/Budeg´AMA e representantes do Banco do Nordeste e da Cáritas), são apresentados, a seguir, os enfoques de cada um, efetivando uma comparação entre as várias opiniões, a partir das dimensões da economia solidária.

a) Dimensão social

Na dimensão **social**, os resultados demonstraram que a socialização é fator visível e preponderante na AMA/Budeg´AMA. A existência da confiança entre as mulheres, demonstrada na amizade que permeia as relações entre elas, não só é notória, como serve de motivação para levar adiante o projeto de economia solidária, tornando-se a força motriz para a produção e a comercialização dos produtos.

Segundo Gaiger (2003, p. 193), com a pessoas motivadas é mais fácil a luta para manter o empreendimento da economia solidária:

O interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar ou favorecer um maior rendimento do trabalho associado.

Os depoimentos das associadas demonstram isso:

Eu acredito que a gente vem ao mundo para uma missão; não vim por acaso, eu tenho algo mais, algo maior pra fazer, eu sempre acreditei nisso, e aqui é nesse espaço que eu posso dá essa contribuição e que eu posso receber essa contribuição de outras pessoas. (a2)

Do ponto de vista dos representantes institucionais, tanto o Banco do Nordeste, quanto a Cáritas, admitem que o programa contribui para uma mudança social, e entendem que suas instituições desempenham papel fundamental para que isso aconteça, conforme depoimentos abaixo:

O banco vem trabalhando com economia solidária, tem se comprometido com a ação de economia solidária, trazendo o desenvolvimento comunitário, e com isso dando instrumento pras pessoas e pras famílias que possam ter uma atividade econômica dentro da visão de que elas têm que ter solidariedade nessa ação, e preparando as famílias para que possam ter melhoria de renda e melhoria de sua qualidade de vida. (b2)

A Cáritas tem um papel social e essa bandeira muito forte de economia solidária, da compreensão de economia solidária. (c2)

Comparando-se os depoimentos relativos à dimensão social, percebe-se que esse eixo vem sendo construído ao longo do tempo, já que a própria característica do trabalho associativo conduz ao cumprimento dessa dimensão da economia solidária. Essas mudanças, embora com visões variadas entre os atores, são reconhecidas por todos eles.

b) Dimensão econômica

Já, sobretudo, no aspecto **econômico**, relativo à geração de renda, há o consenso entre as associadas de que poderia ser obtida uma renda melhor, conforme depoimento de uma delas:

Eu quero ainda me organizar para produzir, ter uma escala bem legal de produção e vendas, né, porque também não adianta só produzir e não vender, né, mas eu ainda quero, por exemplo, no final do mês ter um salário ou mais de um salário-mínimo. (a1)

Na opinião de outra associada, o fato de ter dinheiro, oriundo do rateio da produção coletiva, já constitui melhoria: “Melhorou, né, porque de vez em quando a gente tem esse dinheiro, do repasse da produção coletiva”. (a8)

No que tange ao entendimento da questão econômica, percebem-se pontos de vista distintos em relação ao que pensam as associadas, os dirigentes do BNB e as representantes da Cáritas, o que pode ser comparado nas declarações transcritas a seguir:

Para o Banco do Nordeste, há um efeito multiplicador e o PAPPS tem promovido desenvolvimento por meio dos fundos rotativos solidários:

O efeito multiplicador e a velocidade que acontece no crescimento e no desenvolvimento econômico nessas localidades que utilizam os fundos rotativos solidários são perceptíveis; assim, a olhos bem claros, você vê um desenvolvimento muito acentuado. (b1)

Para a Cáritas, entretanto, as políticas de economia solidária do BNB precisam avançar:

São políticas ainda tímidas, muito embora o BNB tenha toda uma grande experiência com a questão do microcrédito. Mas para o campo da economia solidária mereceria haver um destaque maior dentro do banco. (c1)

O que o Banco do Nordeste vê como desenvolvimento econômico a partir do PAPPS é considerado uma política ainda tímida pela Cáritas, isso porque para ela, conforme parágrafo anterior, esses recursos poderiam ser maiores, bem como o tema poderia ganhar mais destaque no Banco, a exemplo de outros créditos trabalhados pelo banco, como o Crediamigo e o Agroamigo.

Da mesma forma, quando se confrontam as avaliações das associadas com as dos representantes institucionais, principalmente as dos gestores do Banco do Nordeste, percebem-se divergências. Para as associadas, que estão na prática das atividades produtivas segundo os pressupostos da economia solidária, as rendas geradas ainda são baixas, e o sonho delas, manifestado em depoimentos, é um dia poder receber algo em torno de, pelo menos, um salário-mínimo.

Também o Banco, ao entender, a partir de seus representantes, que o desenvolvimento gerado a partir do PAPPS é acentuado, diverge da opinião das representantes da Cáritas, segundo as quais as políticas públicas do Banco precisam avançar no campo da economia solidária, o que hoje

corroborar para que a situação econômica dos empreendimentos deixe a desejar.

Assim, pode-se concluir que, para a manutenção do empreendimento estudado, há a necessidade de serem aportados mais recursos, capazes de estruturar a produção e a comercialização, promovendo maior autonomia econômica e gerando mais renda.

Somente dessa forma será possível que projetos semelhantes aos da AMA/Budeg`AMA obtenham sucesso e atinjam os objetivos para os quais existem: serem motivo de inclusão social, ao tempo em que promovam vida digna para suas associadas.

É isso que foi reforçado nas entrevistas com a Cáritas, coordenadora do projeto Rede Bodega, na qual se insere a AMA/Budeg`AMA.

c) Dimensão política

Do ponto de vista **político**, relacionado às questões de autogestão, autonomia, empoderamento, cooperação, solidariedade e democracia, os depoimentos das associadas demonstram que esses aspectos são contemplados no trabalho diário: “A gente faz o possível para dividir as tarefas, né, para cada uma assumir mais, participar mais, decidir no coletivo”. (a2)

Porque nós temos uma experiência de ponto fixo, então, assim, você pode falar da experiência, porque você vivencia isso, isso é maturidade, é compreensão, é amadurecimento da vida como um todo, da política nacional que nos envolve, é formação humana. (a2)

Para os dois atores institucionais, Banco do Nordeste e Cáritas, as visões também convergem para as falas das associadas da AMA/Budeg`AMA, e são as seguintes:

Na vida das pessoas isso já vem como uma consequência clara desse desenvolvimento econômico, você percebe as pessoas muito mais cooperativas, muito mais de certa forma cidadãs, elas se sentem como inseridas num contexto de cidadania. (b1)

O recurso é só um instrumento. Ele pode indiretamente trazer uma série de outros efeitos que são importantíssimos para os grupos, por exemplo, com a vinda de um recurso, ele potencializa que o grupo continue organizado, continue ativo, ele permite que as pessoas se

empoderem, que as pessoas aumentem a autoestima, porque estão recebendo recurso que é do governo, que é de direito delas, mas que muitas vezes elas não têm acesso, muito. (c1)

No que tange à dimensão política, também se percebe que os pressupostos da economia solidária são praticados, e isso é constatado pelos depoimentos, tanto das associadas quanto dos agentes institucionais, BNB e Cáritas.

A produção coletiva, realizada na AMA/Budeg´AMA, depõe a favor e é uma prova de que a autogestão é estimulada nos encontros semanais, favorecendo as discussões políticas e levando as associadas a conhecer mais seus direitos e deveres.

Se do ponto de vista econômico o empreendimento ainda deixa a desejar, do ponto de vista político tem beneficiado para que mais pessoas se tornem cidadãos e busquem melhoria de vida.

d) Dimensão ambiental

Por último, nas questões relativas à dimensão ambiental, traduzida pela consciência de produção e consumo respeitando o meio ambiente, os resultados apontados pelas associadas são unânimes no sentido de que há essa consciência para o cuidado com o meio ambiente, demonstrada no depoimento a seguir: “De usar o material reciclável é maravilhoso, sabe, porque pelo menos está despoluindo o ambiente. Inclusive eu fiz uma boneca linda com garrafa “pet”. Eu faço bonecas e enfeites de porta com latas de leite”. (a7)

Do ponto de vista ambiental, os depoimentos recolhidos dos agentes institucionais, quando confrontados com os das associadas, são coincidentes e complementares, ou seja, nos empreendimentos de economia solidária há a consciência voltada para uma produção que respeita e cuida do meio ambiente e que se leva em conta, constituindo também um dos requisitos para obtenção do PAPPS no BNB: “Verifica-se que as práticas agroecológicas estão presentes em comunidades que praticam a agricultura familiar sem o uso de agrotóxicos, tendo em vista que esses agrotóxicos danificam a produção”. (b3)

Entretanto, pela pouca ênfase percebida nas entrevistas, o que se nota é que essa temática aparenta estar ainda em construção e que acontece mais no discurso do que na prática.

4.5 A avaliação dos impactos do PAPPS

Assim, avaliando-se os impactos do PAPPS, a partir da AMA/Budeg'AMA, a partir das dimensões e características da economia solidária e do PAPPS, constata-se que:

a) **Na dimensão social**, o recurso recebido pela AMA/Budeg'AMA promoveu maior sociabilidade e fortaleceu os laços solidários entre as associadas, possibilitando, além disso, motivar para a ocupação de um espaço físico destinado à sede da associação, embora ainda que alugado.

Também ficou claro, nos resultados obtidos, que as associadas encontram no trabalho coletivo motivações para levar adiante o projeto pessoal de autonomia, em que os conceitos de produção e decisão na gestão se realizam de forma participativa e se sobrepõem à competitividade do mercado capitalista, onde os ganhos são rateados de forma equânime e a preservação do meio ambiente é levada em conta na hora da produção e comercialização.

b) **Na dimensão econômica**, o recurso ajudou parcialmente, embora tenha possibilitado a criação do fundo rotativo solidário, capaz de fazer com que as associadas pudessem adquirir máquinas de costura e material de produção, mas não garantiram, por si só, a manutenção da sede, uma vez que mensalmente são obrigadas a custear essa despesa com recursos oriundos da receita operacional. Assim, em relação a esta dimensão, os resultados demonstram que a tão sonhada autonomia econômica ainda não ocorreu, já que a

renda obtida com a comercialização dos produtos é bem menor do que as despesas mensais que as associadas realizam.

c) **Na dimensão política**, o recurso contribuiu para o desenvolvimento das práticas democráticas de autogestão e para a criação de uma maior consciência política e cidadã.

d) **Na dimensão ambiental**, nota-se que o recurso vem contribuindo para a formação de uma consciência que vem sendo construída, de produzir levando em conta o cuidado com o meio ambiente, embora se tenha notado que os resultados são menos relevantes.

Dessa forma, se do ponto de vista econômico os resultados da pesquisa demonstraram que os recursos do PAPPS aplicados na AMA/Budeg'AMA não garantem a continuidade do empreendimento para que se mantenha autossustentável ao longo do tempo, pode-se considerar que o PAPPS causou, e continua a causar, impactos nas demais dimensões social, política e ambiental.

Assim, nota-se que o impulso fornecido ao empreendimento, a partir da formação do fundo rotativo solidário contribuiu para o aumento da autoestima das associadas e para despertar o sentimento de cidadania, voltada para a consciência de seus direitos. Esses fatos foram ratificados tanto nas entrevistas semiestruturadas realizadas com as associadas quanto nos depoimentos dos representantes institucionais.

Desse modo, conclui-se que os impactos do valor recebido do PAPPS se refletem muito mais em ganhos relacionados à autonomia, ao crescimento pessoal, ao fortalecimento de laços afetivos, ao desenvolvimento da cidadania e direitos, fortalecendo a vertente política da associação e da economia solidária, do que mesmo em termos econômicos propriamente ditos.

Resta saber em que medida isso pode fragilizar os empreendimentos e colocar em risco a economia solidária, pois a ideia de desenvolvimento proposta pelo PAPPS, atrelada somente a impactos mais visíveis nas

dimensões social, política e ambiental, pode estar comprometida se não houver o fortalecimento da gestão dos fundos rotativos solidários, incluindo aí um maior volume de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo principal avaliar os impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais, eleitas como categorias empíricas da presente pesquisa, na AMA/Budeg'AMA – empreendimento classificado como de economia solidária – a partir da aplicação de recursos oriundos do PAPPS. Referido objetivo possibilitou uma reflexão sobre as possibilidades de empreendimentos que praticam a economia solidária e se utilizam de fundos rotativos solidários virem a se tornar autossustentáveis ao longo do tempo, gerar renda e promover autonomia econômica e política.

Tentou-se, com isso, fugir de uma lógica linear na avaliação, empreendida a partir de diferentes tipos de dados e informações, considerada em novos e variados formatos .

Sob essa perspectiva avaliativa, metodologicamente, realizou-se levantamento bibliográfico e documental com o objetivo de revisar a literatura existente e, ainda, de aplicação de questionários, realização de entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade e observação participante, para se conhecer os impactos do PAPPS na AMA/Budeg'AMA, em suas diversas dimensões. Assim, para obtenção dos resultados, utilizou-se a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa, tudo isso com o objetivo de se verificar se a implementação da metodologia dos fundos rotativos solidários potencializou e modificou o empreendimento de economia solidária, no caso em estudo, a AMA/Budeg'AMA.

Assim, ao se analisar os resultados obtidos a partir do mapeamento do perfil socioeconômico das associadas, percebe-se o seguinte:

- 1) **Do ponto de vista social** o recurso modificou a sociabilidade das associadas, adensando os laços afetivos e fortalecendo a amizade e confiança que permeiam essas relações.
- 2) **Do ponto de vista econômico**, os dados mostraram que as associadas não conseguem obter uma renda mensal capaz de cobrir as despesas do espaço físico ocupado e nem as suas em

particular, significando que o recurso aplicado pelo Banco do Nordeste, em 2008, somado a outras ações realizadas, ainda não consegue reproduzir, na prática, a autonomia econômica que tanto desejam. Dessa forma, exemplarmente, os resultados da pesquisa demonstraram que a AMA/Budeg'AMA não se configura como um empreendimento autossustentável, embora o PAPPS tenha contribuído para a formação do fundo rotativo solidário nesse empreendimento. Assim, essa autonomia continua a ser desafio.

- 3) **Do ponto de vista político**, os resultados obtidos mostraram que as associadas encontram no trabalho coletivo motivações para levar adiante o projeto pessoal de autonomia, onde os conceitos de produção coletiva e autogestão pretendem se sobrepor à competitividade do mercado capitalista, já que os ganhos são rateados de forma equânime.
- 4) **Do ponto de vista ambiental**, foi constada a disposição e aptidão para o desenvolvimento de uma consciência que considera a preservação ambiental importante no processo de produção e comercialização, ainda que de forma embrionária.

Portanto, os impactos do PAPPS fortalecem mais ganhos relacionados à autonomia, ao crescimento pessoal, ao fortalecimento de laços afetivos, bem como ao desenvolvimento da cidadania e à prática da autogestão, aspectos não menos importantes se se levar em conta as demais dimensões da economia solidária: social, política e ambiental, do que do ponto de vista econômico.

Contudo, esses resultados devem ser circunscritos à luz do próprio paradoxo da economia solidária, que se depara no contraste presente nas políticas públicas, no contexto do Estado contemporâneo, permeado pelo embate entre a ação política emancipatória e a regulatória.

Sobre o assunto, Carvalho e Gussi (2011) afirmam que no contexto desta segunda década do século XXI, quando o capital encontra sua expansão sem limites, gerando crises de instabilidade e incertezas, conceber políticas públicas constitui um empreendimento paradoxal.

De um lado, para os neoliberais, as políticas públicas sociais, representadas pelas ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pela acumulação capitalista, são consideradas entraves ao desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessou a sociedade nos anos 1990. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa e a concorrência privada, podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer seu equilíbrio (HOFLING, 2001).

Como consequência, o desemprego passa a ser um dos maiores problemas nesse início de terceiro milênio em muitos países, embora em proporções diferenciadas, dependendo do país e da região, decorrente da reestruturação produtiva adotada pela economia considerada “globalizada” (HARVEY, 1993 apud BERTUCCI, 2003).

Com isso, de acordo com Carvalho “o enorme drama enfrentado pelos trabalhadores é a sua substituição pelas máquinas, na obsessão que o capital tem de reduzir os postos de trabalho, gerando grande contingente de desempregados” (CARVALHO 2008).

Assim, a crença defendida de que se deveria eliminar qualquer intervenção do Estado sobre o mercado, pois este conseguiria se autorregular e atenuar as desigualdades sociais, somente agravou a crise do desemprego, segundo Draibe & Henrique (1988).

De outro lado, nesse cenário, surge a economia solidária com a proposta emancipatória de outro modelo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade

individual, cujos resultados naturais são a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2006)²².

Nesse contexto contraditório, as políticas de economia solidária implementadas pelo Governo Lula, e, nesse contexto, o próprio PAPPS, revelam o atual paradoxo vivenciado pelo Estado, pois este, ao tempo em que incentiva os empreendimentos de economia solidária, via Senaes, fortalece a economia capitalista ao deixar que o mercado se autorregule.

Portanto, tendo como pano de fundo esse debate, os resultados da pesquisa, além dos demonstrados no Capítulo 4, apontam dificuldades da AMA/Budeg´AMA, entre as quais a dúvida sobre a sua permanência ao longo do tempo. Recorrendo à literatura sobre isso, percebe-se que essas preocupações não são somente dessa associação, mas de empreendimentos de economia solidária em geral.

Sobre essas dificuldades da economia solidária, Barbosa (2007, p. 290) assim se expressa:

Chama-se a atenção para as debilidades das experiências de economia solidária no tocante à sustentabilidade, por força do diminuto capital de giro que conseguem reunir, da defasagem tecnológica, da baixa escolarização dos associados/cooperados e da improvisada cadeia produtiva e de comercialização.

Dessa forma, e com a percepção mais nítida da arena e dos paradoxos em que acontece a economia solidária, entre o Estado, o mercado e os movimentos sociais, foi possível avaliar o PAPPS e seus impactos, bem como seus limites institucionais, nesse contexto político e econômico contraditório.

Como avaliadora de uma política de economia solidária, especificamente de finanças solidárias, a autora considera que muitos são os desafios para os empreendimentos solidários, dentre os quais: a) o de se autossustentar; b) diminuir custos de produção mediante compras coletivas, para as quais é necessário serem reconhecidos como pessoas jurídicas; c) comercializar produtos não somente mediante pagamentos em dinheiro, mas

²² Isso é o que Dagnino (2004) vem colocar como uma “confluência perversa” entre dois projetos antagônicos, um com a adequação da sociedade ao modelo neoliberal e outro que incentiva a participação da sociedade mediante criação de espaços públicos participativos.

possibilitar outras formas, a exemplo de moedas sociais ou uso de cartões de crédito; d) atrair mais pessoas para a associação mediante capacitações com vistas a fortalecer o empreendimento; e) divulgar os conceitos diferenciados da economia solidária; e, f) promover mudanças de cultura nos empreendimentos do entorno, fazendo com que mais pessoas enxerguem essa forma de produção.

Assim, esta dissertação aponta que o movimento da economia solidária, segundo os seus próprios fundamentos, ainda precisa avançar no Brasil a fim de proporcionar melhores condições, visando a que os grupos produtivos se insiram no mercado, pois, como se observa, em geral, eles ainda enfrentam vários problemas básicos, tais como: baixo nível de produção, dificuldades de logística para comercialização dos produtos e necessidade de capacitação gerencial (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 54).

Sobre essas dificuldades, concorda-se com Barbosa (2007), que entende a necessidade de se instituir, no país, uma plataforma de economia solidária, caracterizada pelos seguintes temas: 1) Marco legal; 2) Rede de produção, comercialização e consumo; 3) Finanças; 4) Educação; 5) Comunicação; e 6) Democratização do conhecimento e da tecnologia.

É nesse sentido e na busca desse marco legal, por exemplo, que foi lançada, recentemente, a Campanha da Lei da Economia Solidária, cujo objetivo consiste em conseguir um milhão e quinhentas mil assinaturas por parte da sociedade civil até 31 de dezembro de 2012, a fim de que possa ser criada a primeira lei brasileira que reconheça o trabalho associado e apoie os empreendimentos de economia solidária.

Assim, percebe-se que o debate atual está dividido entre aqueles que entendem que a economia solidária precisa ser fortalecida, e que o meio mais eficaz seria pelo seu reconhecimento, via marco legal, ou seja, o Estado Regulatório; e os que temem que essa regulação faça com que os seus pressupostos sejam enfraquecidos e a economia solidária deixe de ter o caráter emancipatório e alternativo que a caracteriza. Nesse embate, situa-se o PAPPs, que tem demonstrado não conseguir atender à demanda crescente e, mesmo assim, não lançou edital para financiamentos de projetos ao longo de todo o ano 2012.

Por fim, na confluência entre regulação e emancipação do Estado brasileiro contemporâneo, o que nos desafia é a possibilidade de promover, a cada dia, a autonomia dos trabalhadores por meio do fortalecimento de outros modos de produção, no âmbito da economia solidária, como contraponto à sociedade de mercado.

Infelizmente, em que pesem seus impactos para a vida de trabalhadores, a exemplo das mulheres da AMA/Budeg'AMA, na sua luta possível pela sobrevivência a partir de uma "outra economia", como nos diz Paul Singer, para a imensa maioria a economia solidária ainda se configura como algo desconhecido e, para aqueles que a vivenciam, a utopia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

ASSEBURG, Hans B.; GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a redução das desigualdades**. Trabalho resultante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. RS. 2003.

BACELAR, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

_____. **Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1999.

BANCO DO NORDESTE. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza, 2005.

_____. **Instruções para obtenção de financiamento ao Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários**. Fortaleza, 2010.

BARBOSA, Rosângela N. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Programa Educativo Dívida Externa – Pedex, Caderno Dívida Externa, n. 6, 2. ed., novembro 1994.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da autonomia coletiva e organizativa.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). **20 anos de economia popular solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS.** Brasília: Gráfica Terra, 2003.

_____. **Das alternativas de sobrevivência à economia solidária: a trajetória da Cáritas.** Revista Proposta, n. 97, jun./ago. 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Celso Furtado e a teoria econômica.** Publicado em Economia e Desenvolvimento, curso ministrado na PUC-SP, 1975. Coleção Arquivos Celso Furtado, Conferência pronunciada no Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro, em 6 de maio de 2008.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável.** Documento Síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2012.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste.** João Pessoa. Editora Universitária. 2007.

CARVALHO, Alba M. P. **Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI.** Poder e Política Pública na América Latina. Editora UFC, 2010.

_____. **Mundialização do capital e seus impactos no mundo do trabalho.** Debate sobre conjuntura no Sindicato dos Bancários, maio 2008.

CNBB. **Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade.** Estudos da CNBB, n. 92. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

COELHO Francisco da S.; GRANZIERA, Rui G. (Org.) **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

CREMONESE, Dejalma. **Teoria do estado contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Injuí, 2000.

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologias de avaliação de programas e projetos**. Revista do Serviço Público. Brasília 1981.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa**. Revista Política e Sociedade, n. 5, outubro 2004, Florianópolis.

_____. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?"** In: MATO, Daniel (Coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. **"Welfare state", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6(3):53-78, fev. 1988.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia económica: um passeio por las teorías**. São Paulo, 2007.

DUQUE G. & OLIVEIRA, M.S.L. **Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba**. V Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, Bruxelas, Bélgica, 11 a 14/04/2007. 10p.

FARIAS, C. M. F. **As múltiplas faces da exclusão na política de microcrédito para geração de trabalho e renda**. UFC, 2006.

FILHO SANTOS, Clarício – **Fundos rotativos solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil**. Fortaleza, 2010.

FLORY, Henrique. **Transformando necessidades em oportunidades**. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2009.

FORTE, Joannes P. S. **Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais da UFC, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto C. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**. Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio G. **Significado e tendências da economia solidária**. Texto do Curso de Formadores em Desenvolvimento Sustentável Solidário, Escola Sindical da CUT, São Paulo, 1999.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador.

_____. **A economia solidária e a redução das desigualdades**. Trabalho de estudos do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária

(www.ecosol.org.br), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (www.unisinos.br), com apoio do CNPq, da FAPERGS e da Unesco. Rio Grande do Sul, 2005.

GARCIA, Célia. **O desenho do programa Crediamigo do Banco do Nordeste – inclusão social e mercado** – Série BNB Teses e Dissertações n. 21, Fortaleza, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOLFE, Osvaldo Luís. 2009. **A crise do estado contemporâneo**. Disponível em:

http://www.imaculadaconceicao.com.br/site_2009/professores/mario/atualidd/1ncon.doc>. Acesso em: 18 dez. 2011.

GONÇALVES, Alícia F. **A experiência contemporânea dos FRS no Estado da Paraíba**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS, n. 16. Ano 2010.

Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/4.%20APRESENTA%C3%87%C3%83O%2050-54.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

_____. **Desenvolvimento, mercado e política sociais em comunidades camponesas no Estado da Paraíba**. Revista IDeAS-Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 5, n. 1, p. 249-273, 2011.

_____. **A história dos Fundos Rotativos Solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública**. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, Recife, v. I, n. 1, fev. 2010.

GONÇALVES, Alícia F. & SANTOS FILHO, C. **As finanças solidárias no Estado da Paraíba: a experiência contemporâneas dos FRS**. 2010.

GUSSI, Alcides F. **Cultura, desenvolvimento e microcrédito**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (ENAPEGS), 4., Lavras-MG, maio de 2010. **Anais...** Lavras, 2010.

HECK, Selvino. **Fundos Solidários/Rotativos: Apoio a Projetos Produtivos Solidários**. Artigo publicado no caderno 1, do livro Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais, realizado pela Fundação Grupo Esquel Brasil e coordenado por Bárbara Schmidt-Rahmer, 2007.

HOFLING, Eloísa de M. **Estado e políticas públicas sociais**. Cadernos Centro de Estudos Educação e Sociedade –CEDES, ano 21, n. 55, novembro/2001 – Unicamp.

HOLANDA, Nílson. **Avaliação de programas: conceito básicos sobre avaliação “ex-post” de programas e projetos**. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

LIMA, Margarida M. F. **Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – MAPP, UFC, 2008.

MANCE, Euclides. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego: **Desafios da economia solidária / elaboração do marco jurídico da economia solidária**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Ministério da Justiça. **Pesquisas e estatísticas / conceitos estatísticos / delineamento de experimentos.** Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID>>. Acesso em: 28 set. 2012.

MOTA, José R. D. **Políticas públicas e economia solidária: avaliação do Projeto Sementes da Solidariedade.** Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas), MAPP, UFC, 2009.

NOBRE, Mislene. **Avaliação dos fundos rotativos solidários do BNB: estudo da Associação Mulheres em Ação,** em Fortaleza. Monografia (Graduação em Economia Doméstica) – UFC, 2012.

PAIVA, Victória Régia A. **Mulheres, trabalho e cidadania: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão – a experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.

PEREIRA, Marcos A. CARVALHO, Ernâni. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social.** Revista Lua Nova de Cultura e Política, n. 73. São Paulo, 2008.

Relatório 20 anos de Economia Popular Solidária, Banco do Nordeste, 2003.

Relatório Final de Execução. PIBIC/CNPq/UFPB – 2009/2010

Relatório Final do Projeto Rede Bodega: Constituindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária – período agosto de 2008 a julho de 2010.

Relatório Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase e Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – Cordel. Sistematização das Experiências dos Fundos Rotativos Solidários no Âmbito do Convênio BNB/Senaes.

Relatório sobre Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais (cadernos 1 e 2), realizado pela Fundação Esquel Brasil e organizado por Bárbara Schmidt-Rahmer, 2007.

ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada e participativa**. Revista Pós-Ciências Sociais, v. 1, n. 11, São Luís/MA, 2009.

ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. 2ª ed. Cortez Editora. São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Léa C. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas**. In: PRADO, Edna Cristina; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (Orgs.). **Avaliação de políticas públicas: interface entre educação & gestão escolar**. 2008.

_____. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. Revista Aval. Arte Escrita Editora. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, ano 1, v. 1, jan./jun. 2008.

SANTIAGO, E. Girão. **Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. In: CONFERÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CEARÁ, 1., 2006, Fortaleza. **Anais**, Fortaleza, 2006.

SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). Petrópolis: Vozes; Brasília, 1999.

SILVEIRA, Caio M. **Sistema Ceape: Programa de Apoio aos Pequenos Empreendedores**, in: Ilka Camarotti e Peter Spink (Orgs.). **Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais**, São Paulo: FGV-SP, 2ª ed. 2002.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Governo Federal. Mercado de Trabalho**, Ipea, 2004.

SINGER, Paul; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, Rita Josina F. **Avaliação dos impactos do programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – MAPP, UFC, 2010.

SOARES, Marden M.; MELO SOBRINHO, Abelardo D. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed., revista e ampliada, 2008. Brasília-DF

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia**: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio (trabalho apresentado no FMS em Porto Alegre, 2002).

Análise de Conteúdo: a proposta de Laurence Bardin. Disponível em: <<http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

VESAPOLLO, Luciano. **A precariedade como elemento estratégico determinante do capital**. Pesquisa & Debate, volume 16, número 228, pp. 368-386, 2005, SP.

WIESE, Michely L. Discussão **do social a partir da transição paradigmática de Boaventura S. Santos**. Revista Espaço Acadêmico, n. 80, jan. 2008.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTES DA AMA

Nº do Questionário:

Nome:	idade:
Data	

I. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Estado civil

2. Solteira ()
3. Casada ()
4. Desquitada ()
5. Divorciada ()
6. Viúva ()
7. Separada ()
8. Convive maritalmente ()
9. Outro
(especificar): _____

2. Escolaridade

1. Sem instrução ()
2. Alfabetizada ()
3. Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano) – Incompleto ()
4. Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano) – Completo ()
5. Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) – Incompleto ()
6. Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) – Completo ()
7. Ensino Médio – Incompleto ()
8. Ensino Médio – Completo ()
9. Superior – Incompleto ()
10. Superior – Completo ()

3. Atualmente você estuda ou faz algum curso?

4. Se não, gostaria de voltar a estudar ou de participar de algum curso?

5. O que a impede de voltar a estudar ou de fazer o curso?

6. Situação de moradia

1. própria ()
2. alugada ()
3. cedida ()
4. financiada ()

7. Situação de moradia na antes de participar da AMA

1. própria ()
2. alugada ()
3. cedida ()
4. financiada ()

8. Mora no atual endereço há quanto tempo?

9. Estrutura da moradia

1. alvenaria ()
2. taipa ()
3. mista ()
4. outra ()

10. Com quem você mora?

1. sozinha ()
2. com o marido ()
3. com marido e filhos ()
4. com marido, filhos e pais ()
5. outros ()

11. Qual foi seu primeiro trabalho? Em que período?

12. Já trabalhou com carteira assinada? Se sim, onde?

13. Qual o último trabalho antes da AMA? Em que período?

14. Você já desenvolvia essas atividades antes de trabalhar na AMA?

1. Sim ()

2. Não ()

Se sim, onde: _____

15. Onde você exerce sua ocupação principal?

1. Em casa ()

2. Na sede da AMA ()

3. Em casa e na sede da AMA ()

4. Outro (especificar): _____

16. Além do trabalho da AMA, você exerce outra atividade remunerada?

17. Qual a renda auferida somente com a atividade da AMA?

18. Além do ganho na AMA, cite outras fontes de sua renda pessoal?

1. pensão ()

2. aposentadoria ()

3. aluguel ()

4. seguro desemprego ()

5. bolsa família ()

6. outra _____

19. Qual a sua despesa mensal?

1. aluguel _____

2. prestação da casa própria _____

3. alimentação _____

4. água _____

5. energia elétrica _____

6. celular _____

7. transporte _____

8. educação _____

9. vestuário _____

10. lazer _____

11. saúde e medicamentos _____

12. outros itens _____

20. Quais recursos financeiros você utiliza para o desenvolvimento do seu trabalho atual?

1. recursos próprios ()
2. recursos do BNB ()
3. recursos da Cáritas ()
4. recursos do Fundo Rotativo Solidário da própria AMA ()
5. recursos oriundos da venda da produção ()
6. recursos do governo federal, estadual ou municipal ()

21. Quantas pessoas, além de você, contribuem com a renda familiar?

II. AMA/Budeg´AMA

22. Como você começou a participar do grupo?

23. Que atividade você realiza na AMA?

24. Fale sobre como é a organização da AMA?

25. O que você acha da organização da AMA?

26. Como é feita a divisão dos ganhos na AMA?

27. O que você acha da divisão dos ganhos?

28. O que você acha da gestão da AMA?

29. Na produção da AMA existe a consciência para o uso de materiais recicláveis? O que você acha disso?

30. Cite aqueles que você considera os principais avanços e os principais desafios da AMA?

Avanços	Desafios

31. Como você avalia os recursos do BNB aplicados na Ama?

32. Como você percebe a mudança em sua condição de vida depois da participação na AMA?

1. Melhorou muito ()
2. Melhorou um pouco ()
3. Piorou ()
4. Permanece do mesmo jeito ()
5. Não sei responder ()

Justifique:

33. Em que aspectos de sua vida você reconhece que houve mudança para melhor?

1. Alimentação ()
2. Vestuário ()
3. Consumo de bens ()
4. Saúde ()
5. Habitação (reforma, possibilidade de pagar aluguel, compra) ()
6. Móveis e eletrodomésticos ()
7. Lazer ()
8. Educação ()
9. Outro: _____
10. Não houve mudança ()

34. O que ainda falta para melhorar sua condição de vida?

35. Compare sua vida antes e depois da sua entrada na AMA

Antes	Depois

36. O que você acha da Budegama?

**PERGUNTA AGREGADA AO QUESTIONÁRIO PARA SER RESPONDIDA
POR EX-PARTICIPANTES DA AMA/Budeg'AMA**

Nº do Questionário:

Nome:	Idade:
Data:	

28. Por que motivo você deixou de participar da AMA/Budeg'AMA?

APÊNDICE B

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DO BANCO DO NORDESTE

1. Perfil (nome / profissão / função / formação acadêmica / vinculação com a economia solidária)
2. Envolvimento com as políticas públicas de economia solidária (governo, movimentos sociais)
3. Fale sobre políticas de economia solidária no BNB
4. Fale sobre o Comitê Gestor (história de formação, composição, objetivos, periodicidade das reuniões, assuntos tratados)
5. Envolvimento com o PAPPS.
6. Avaliação da política pública Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) – fundos rotativos solidários, para a economia solidária
7. Fale o que acha da aplicação dos recursos do BNB nas associações/cooperativas que trabalham com a metodologia de fundos rotativos solidários
8. Avalie os recursos atualmente destinados pelo BNB às associações/cooperativas que trabalham com a metodologia de fundos rotativos solidários.
9. Avalie em que medida esses recursos têm modificado os empreendimentos solidários que trabalham com os fundos rotativos solidários e a vida das pessoas neles inseridas

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA CÁRITAS

1. Perfil (nome / profissão / função / formação acadêmica / vinculação com a economia solidária)
2. Envolvimento com as políticas públicas de economia solidária (governo, movimentos sociais)
3. Fale sobre as políticas de economia solidária no âmbito da Cáritas
4. Qual o papel da Cáritas no Comitê Gestor da Economia Solidária?
5. Como você avalia as políticas públicas do BNB em relação à economia solidária?
6. Fale o que acha da aplicação dos recursos do BNB nas associações/cooperativas que trabalham com a metodologia de fundos rotativos solidários.
7. Avalie em que medida esses recursos têm modificado os empreendimentos solidários que trabalham com a metodologia de fundos rotativos solidários e a vida das pessoas neles inseridas.